

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS LUIZ BRIGHTWELL

**OS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E SERRA
GERAL E O MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/ SC: DIMENSÕES
ESCALARES E CONFLITOS**

Florianópolis

2006

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia

Maria das Graças Santos Luiz Brightwell

Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e o município de Praia Grande/ SC: dimensões escalares e conflitos

Orientador: Professor Dr. Clécio Azevedo da Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

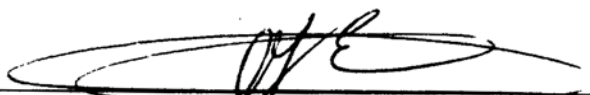
Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, setembro de 2006

Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e o município de Praia Grande/ SC: dimensões escalares e conflitos

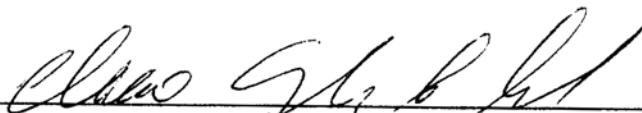
Maria das Graças Santos Luiz Brightwell

Dissertação submetida ao Curso de mestrado em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

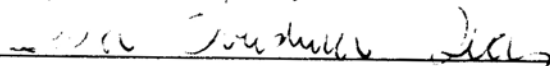


Prof. Dr. Carlos José Espíndola

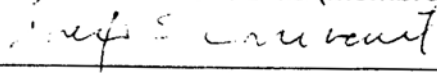
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia



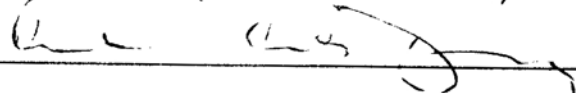
Dr. Clécio Azevedo da Silva (Presidente e Orientador – GCN/UFSC)



Dra. Leila Chistina Dias (Membro – GCN/UFSC)



Dra. Julia Guivant (Membro- CSO/UFSC)



Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (Membro/USP)

Dedico este trabalho à memória de meu pai,
Manoel Learcino Luiz (Seu Odiles) por seu
exemplo de determinação e coragem.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas e instituições. Caso minha memória me falhe, dirijo meus agradecimentos a todos que ajudaram-me a animar esta dissertação.

A minha entrada no campo de conhecimento da Geografia e esta pesquisa constituíram-se em experiências ricas e instigantes graças a presença amiga e a orientação intelectual comprometida de meu orientador. Com Clécio comparto as conquistas deste trabalho sendo de minha responsabilidade todas as incorreções.

Minha família, Tim, Greg, Sofia e André, merecem meu mais profundo agradecimento por suportarem minha ausência durante esta fase e por tentarem compreender e apoiar esta busca solitária.

Estendo meus agradecimentos aos meus familiares e amigos (em especial minha mãe) que entenderam o meu momento de dedicação intensiva a este projeto, oferecendo-me palavras de encorajamento nos momentos em que parecia impossível conciliar todas as atividades.

Sinto-me “agraciada” pelo convívio com meus queridos companheiros de Mestrado, especialmente Danielle Gelbcke, Josiane Vill, Marcos Aurélio Espíndola, Luiz de Vasconcellos Ferreira, André Vasconcelos Ferreira e Analice de Ávila que também compartilharam comigo a concretização do projeto acadêmico da Revista Discente Expressões Geográficas.

Meus agradecimentos aos funcionários e instituições que tão gentilmente me forneceram as informações que compõe este trabalho: agricultores, entrevistados, funcionários dos Parques, funcionários da Prefeitura Municipal de Praia Grande, ACEVAM, funcionários da EPAGRI de Praia Grande e Santa Rosa do Sul e aos membros da APCE.

Ao quadro de servidores e docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, pela capacidade de construir um excelente ambiente de pesquisa e ensino.

E finalmente agradeço a concessão de ajuda financeira da CAPES pelo período de um ano.

RESUMO

Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e o município de Praia Grande/ SC: dimensões escalares e conflitos

Ainda que as concepções acerca da criação, implantação e manejo de áreas protegidas tenham sofrido transformações no sentido de incorporar as variáveis socioculturais, a sua presença tem provocado disputas e conflitos e ensejado novos arranjos espaciais e sociais. Esta pesquisa explora as dimensões escalares e os conflitos derivados do processo de funcionalização e transformação sócio-espacial ocasionados pela presença do Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) e do Parque Nacional da Serra Geral (PNSG) no município de Praia Grande/ SC até o ano de 2005. Estes parques foram criados em 1959 e 1992 (respectivamente) e também cobrem terras dos municípios de Camará do Sul/RS e Jacinto Machado/SC. A pesquisa, de caráter qualitativo, baseou-se na análise de entrevistas, documentos, bibliografia, artigos de jornal, relatórios, dados estatísticos e observação, coletados ao longo dos anos de 2004 e 2005. Por conta de uma situação fundiária irregular e pela presença de vários grupos de interesse, conservação, turismo e agricultura disputam a capacidade de serem funções definidoras do espaço, ora aliando-se, ora contrapondo-se. Foi possível estabelecer que um dos maiores objetivos do PNAS, desde a sua criação, foi o aproveitamento das belezas paisagísticas pelas populações urbanas para atividades de turismo e lazer. A incorporação das encostas catarinenses através de um novo decreto em 1972, trouxe à tona não só os interesses científicos da preservação mas também, ao incluir as terras dos agricultores catarinenses, instaurou novos contornos para o conflito ao impor restrições às atividades agrícolas e extrativistas. A emergência de grupos ambientalistas, a partir dos anos de 1990, com ações direcionadas à defesa dos ecossistemas locais e em contraposição à exploração irracional do turismo, redundou na criação do PNSG, tornando público os embates entre os interesses da preservação e àqueles ligados ao turismo. A construção de estratégias entre ONGs locais e regionais e agências governamentais buscando introduzir práticas agrícolas e turísticas compatíveis com a preservação do ambiente natural do entorno dos parques, não consegue, no entanto, repartir os custos e os benefícios da preservação.

Palavras-chave: Conflitos em Parques Nacionais; Praia Grande/SC; Parque Nacional de Aparados da Serra; Parque Nacional da Serra Geral

ABSTRACT

PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA AND PARQUE NACIONAL SERRA GERAL AND THE MUNICIPALITY OF PRAIA GRANDE/ SC: SCALAR DIMENSIONS AND CONFLICTS

Although the guidelines for the creation, implantation and management of protected areas have shifted to include socio-cultural issues, the presence of these areas provokes disputes and conflicts, as well as social and spatial changes. This research analyzed scalar dimensions and conflicts that arose from the process of functionalization and socio-spatial transformation brought about by the Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) and the Parque Nacional Serra Geral (PNSG) to the municipality of Praia Grande, SC up to 2005. These parks were created in 1959 and 1992 respectively and also cover lands in the municipalities of Cambará do Sul, RS and Jacinto Machado, SC. A qualitative approach was used for the research, based on the analysis of interviews, documents, bibliographies, newspaper articles, governmental reports, statistical data and observation - mainly collected during the years of 2004 and 2005. Due to an incomplete legalization land process and to the presence of various vested interests – related to environmental conservation, agricultural use and tourism - there are ongoing disputes concerning who or what defines the use of the space. These vested interests often work against each other, although sometimes they have common cause. One of the main objectives of the parks has been the use of their landscape features as tourist attractions for urban populations in search of leisure. The conflicts arose mainly when areas of scientific importance were decreed in Santa Catarina in 1972, imposing restrictions on smallholders which remain in force to the present day. The emergence of environmental groups from 1990 onwards made public the conflicts between preservation and tourism. These groups acted in defense of local ecosystems by helping to create the Parque Nacional da Serra Geral and by opposing the mass exploitation of tourism in the area. The construction of strategies between local and regional NGOs, and government agencies, in order to introduce activities and practices environmentally friendly in the areas surrounding the parks does not manage to equally share, though, the costs and benefits of conservation.

KEYWORDS: Conflicts in National Parks; Praia Grande/SC; Parque Nacional de Aparados da Serra; Parque Nacional da Serra Geral

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 Localização regional dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.....	17
FIGURA 02 Foto do <i>Canyon</i> Itaimbézinho.....	18
FIGURA 03 Foto de trabalhadores transportando toras de madeira – 1940....	59
FIGURA 04 Mapa fundiário do Parque Nacional de Aparados da Serra	63
FIGURA 05 Foto da abertura da primeira estrada na Serra do Faxinal – 1955	65
FIGURA 06 Foto de plantações de arroz com <i>Canyon</i> Malacara ao fundo	107
FIGURA 07 Foto de bananais na localidade de Mãe dos Homens.....	107
FIGURA 08 Foto de plantações de fumo na localidade de Pintada	108
FIGURA 09 Mapa turístico da AMESC	113
FIGURA 10 Gráfica da evolução da visitação no PNAS da Serra dos anos de 1999 a 2002.....	115
FIGURA 11 Gráfico dos principais conflitos apresentados no Plano de Manejo de 2004.....	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Entendimento convencional de áreas protegidas	73
Quadro 02 - Entendimento emergente de áreas protegidas	74
Quadro 03 - Composição do Conselho Consultivo do PNAS e PNSG	123

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição do produtor no município de Praia Grande/SC.....	106
TABELA 03 Dinâmica populacional do município de Praia Grande.....	110
TABELA 04 Utilização das terras em Praia Grande:(%) 1970 -1995.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEVAM - Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Rio Mampituba

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

AMESC - Associação dos municípios do Extremo-Sul Catarinense

APCE – Associação Praiagrandense de Condutores de Ecoturismo

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

EMATER - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agro-Pecuária e Extensão Rural de SC SA

FAO – Food and Agriculture Organization

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

FATMA – Fundação do Meio Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IUCN – International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources

NUER - Núcleo de Estudo sobre Identidade e Relações Interétnicas

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONGs – Organizações não-governamentais

PARNA – Parque Nacional

PDA – Projetos Demonstrativos

PNAS – Parque Nacional de Aparados da Serra

PNSG – Parque Nacional da Serra Geral

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TNC – The World Nature Conservancy

UC – Unidade de Conservação

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UINC - Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza y los Recursos Naturales

UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

WCPA - [World Commission on Protected Areas](#)

WWF – World Wide Fund for Nature

ZA – Zona de amortecimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. DINÂMICAS ESPAÇO-TEMPORAIS DAS ÁREAS PROTEGIDAS: SEGREGAÇÃO NA TOTALIDADE.....	27
1.1 Desafios metodológicos.....	27
1.2 A emergência do capitalismo industrial e a ideologia da proteção da “natureza selvagem”	31
1.3 Conservação e desenvolvimento no Brasil: cooperação ou enfrentamento?.....	42
2. FUNÇÕES E MUDANÇAS NOS APARADOS DA SERRA GERAL.....	54
2.1 Notas sobre a produção do espaço	54
2.2 A dimensão empírica do processo de funcionalização espacial.....	56
2.3 Preservar é preciso.....	59
2.4 O desenvolvimento demanda passagem.....	64
3. A (NÃO) TRANSFORMAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS : DA VISIBILIDADE AO CONFLITO.....	72
3.1 Áreas protegidas: entendimento convencional e emergente	72
3.2 Presença humana: avanços e desafios	77
3.2.1 Preservar ou conservar?.....	77
3.2.2 Populações e áreas protegidas no Brasil	81
3.3 O conflito na agenda conservacionista	85

3.3.1 Matrizes teóricas nos estudos de conflitos.....	85
3.3.2 A inserção das Organizações Não-Governamentais no debate	87
3.3.3 Sócio-ambiental ou sócio-espacial?	90
3.3.4 A dimensão (trans) escalar dos conflitos	97
4. O ENTORNO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E SERRA GERAL COMO OBJETO DE TRANSFORMAÇÃO	101
4.1 Turismo e agricultura no centro da discussão	101
4.1.1 Interesses e conflitos no entorno praia-grandense: o movimento ambientalista gaúcho	101
4.1.2 A modernização da agricultura regional.....	105
4.2 Estratégias de cooperação para a produção de um espaço de conservação	111
4.2.1 Buscando soluções técnicas.....	111
4.2.2 Discussões e desdobramentos em torno da construção do plano de manejo, conselho consultivo e zona de amortecimento.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	135
ANEXOS.....	151

INTRODUÇÃO

“Para ser universal, basta falar de sua aldeia”. A frase de Tolstoi que Milton Santos utilizou para falar da força do lugar (SANTOS, 2004, p. 313), é aqui usada para ilustrar a trajetória desta pesquisa. Através deste estudo tentei dar sentido às transformações que ocorreram no lugar onde nasci e vivi metade da minha vida. Sem a intenção de produzir “verdades últimas”, os questionamentos propostos por esta investigação visam construir um sentido possível para a constante emergência do novo na realidade humana.

O novo, neste caso, está vinculado às transformações sócio-espaciais ocorridas no município de Praia Grande-SC. Encravado no sopé das encostas da Serra Geral, no extremo sul de Santa Catarina, Praia Grande convive com duas unidades de conservação de uso indireto: o Parque Nacional de Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral, criados em 1959 e 1992, respectivamente. Situados na porção leste da divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) e Serra Geral (PNSG) protegem a paisagem e a biodiversidade da borda da Serra Geral, constituída pelas escarpas abruptas que formam a transição entre o planalto e a planície litorânea. Os seus atributos paisagísticos mais famosos são os vários *canyons*, resultados das formações geo-morfológicas da Serra Geral, sendo o Itaimbézinho o mais conhecido e visitado. A área de 10.250 ha. do PNAS está distribuída nos municípios de Praia Grande-SC e Cambará do Sul – RS e os 17.300 ha. do PNSG distribui-se nos municípios catarinenses de Praia Grande e Jacinto Machado e no município gaúcho de Cambará do Sul. O PNAS e o PNSG são considerados área núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e ecossistemas associados e estão totalmente inseridos no bioma Floresta Atlântica (MMA/IBAMA, 2004)¹.

¹ Segundo Gatti (2004), os Parques abrigam porções de Floresta Ombrófila Densa Submontana, Floresta Ombrófila Densa Montana, Floresta Ombrófila Mista Altomontana, Floresta Nebular –



FIGURA 01 Localização regional do Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral

Fonte: IBAMA/ 1992

transição entre as florestas densas e mistas –, Campo Limpo, Campo Rupestre, Banhado Turfoso, e Refúgio Vegetacional denominado também de “Vegetação Rupestre”.

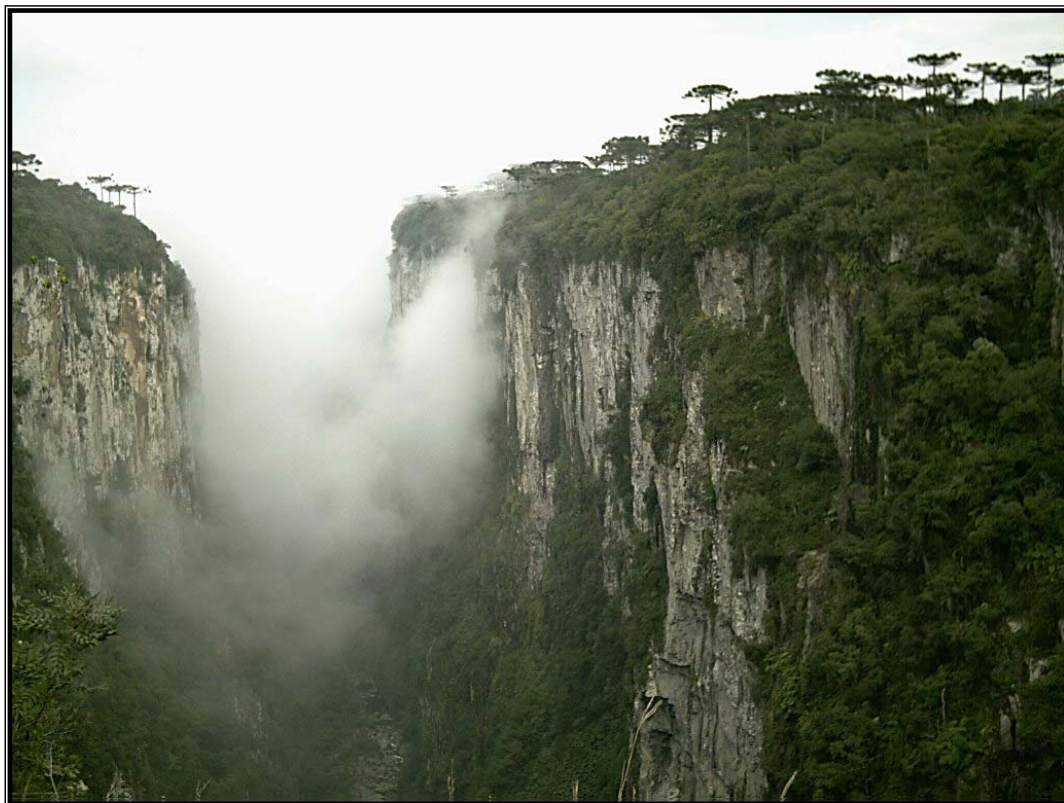


FIGURA 02 Foto do Canyon Itaimbézinho

Fonte: Maria das Graças S. L. Brightwell

Devido a processos de urbanização, exploração agrícola intensiva, poluição dos recursos hídricos e demanda turística que vêm ocorrendo na região estas “pequenas ilhas de conservação” têm sido cada vez mais objeto de disputas envolvendo agentes de várias escalas, nos levando a pensar a escala como uma construção social. Embora as disputas ali presentes tenham similaridades com outros conflitos em áreas protegidas, os contornos a assumidos são inscritos na sua identidade sócio-espacial e só podem tornar-se verdadeiramente visíveis levantando as camadas históricas das relações sociais ali cristalizadas. Tendo como provável causa uma situação fundiária irregular que se arrasta desde a sua criação², e devido a presença de vários grupos de pressão com interesse na área, conservação, turismo e agricultura disputam a

² 32,5% do Parque Nacional de Aparados da Serra ainda não conta com sua situação fundiária regularizada o que faz com que ainda existam pessoas morando no seu interior (GATTI, 2004). Dados sobre o PNSG não são disponíveis.

capacidade de serem funções definidoras do espaço, ora aliando-se, ora contrapondo-se.

Esta análise dá continuidade aos estudos realizados sobre os aspectos históricos do PNAS, tema da monografia no curso de História, defendida em 2003 nesta mesma universidade. Naquela ocasião, houve uma aproximação maior com a comunidade, através da contribuição com um curso de capacitação em Ecologia Cultural para jovens alunos da rede pública de ensino de Praia Grande e coordenação de um projeto de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina cujo tema versava sobre práticas alimentares e memória na comunidade de Praia Grande. A partir destas pesquisas e intervenções na realidade municipal, ficou claro para nós não só a relevância dos aspectos históricos da disputa que a presença dos Parques havia gerado, mas também as novas configurações espaciais engendradas pela articulação de agentes de várias escalas. Em uma região extremamente carente de estudos acadêmicos, nos deparamos, então, com o desafio de construir uma análise que levasse em conta não só o registro histórico, mas as variáveis sócio-espaciais decorrentes da criação dos parques.

Identificado o problema e justificada a sua relevância no mundo real, buscamos identificar, construir e problematizar nosso objeto no âmbito de um trabalho científico. A pesquisa aqui apresentada buscou analisar a ação transformadora do Parque Nacional de Aparados da Serra e do Parque Nacional da Serra Geral no município de Praia Grande/ SC, a partir dos anos em que foram criados (1959 e 1992, respectivamente) até 2005. De forma a empreender esta análise, buscamos de forma específica:

1- Compreender a dinâmica espaço-temporal de criação de áreas protegidas, evidenciando a sua construção simbólica e a sua materialização em uma política nacional de proteção dos recursos ambientais.

2- Identificar e analisar as transformações sócio-espaciais derivadas da presença dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, no município de Praia Grande-SC através dos seus principais agentes.

3- Identificar e analisar os principais conflitos e as suas dimensões escalares derivados do processo de funcionalização sócio-espacial.

Entendemos que o processo de (re)organização do espaço geográfico decorrente da implantação de áreas protegidas e os conflitos sociais decorrentes, objeto de nosso estudo, não é um fenômeno atemporal e nem segue uma lógica espacial aleatória. Em cada momento histórico, a distribuição espacial dos recursos assume novos arranjos e formas, levando à valorização simbólica e mercantil de determinados usos e eliminando outros, promovendo diferenciações espaciais e disputas em várias escalas pela gestão e uso do espaço e seus recursos.

Recentemente, assistimos ao reconhecimento da dimensão internacional das questões ambientais. O que se aponta como escassez de recursos naturais causados pelas rápidas mudanças ambientais e pelo aumento da demanda, sua distribuição desigual e maneiras de manejar estes recursos têm ocupado cada vez mais a pauta de discussões de estudiosos de várias áreas, dos governos e da sociedade civil. Este processo, por sua vez, tem fortalecido estratégias que busquem a organização do acesso, uso e conservação dos recursos ambientais, sendo que a criação de áreas legalmente protegidas tem sido a principal ferramenta utilizada por governos na maior parte do mundo.

Ainda que as concepções acerca da criação, implantação e manejo de áreas protegidas tenham sofrido transformações no sentido de incorporar as variáveis socioculturais, a presença destas áreas tem provocado disputas e conflitos, instituídos na divergência de interesses que diferentes grupos sociais - em diferentes escalas - têm na apropriação e gestão do espaço e seus recursos. Além disso, a criação e implantação destas áreas ensejam novos arranjos espaciais e sociais nos lugares onde se inserem. A disseminação destes conflitos (não só no Brasil, mas também no resto do mundo) justifica o aumento, nas últimas décadas, no número de estudos focando esta temática.

Como processos induzidos de diferenciação geográfica, a criação de áreas protegidas segue uma lógica sócio-espacial que entendemos estar inscrita

na escala global do “desenvolvimento desigual”. Considerando a contradição existente no processo de produção do espaço/natureza, as mudanças globais e estruturais impetradas pelas dinâmicas econômicas e sociais, implicam sempre em um processo de “destruição criativa”, o qual, para Swyngedown (2004, p. 131), destróem as condições existentes para rearranjá-las com novas configurações e características. Entretanto, estas mudanças sociais, nos explica Santos (2004, p. 116), afetam de forma qualitativa e quantitativa o conjunto das funções espaciais e irão se realizar onde as condições sejam mais propícias. Assim, adverte o autor, “enquanto as mudanças são globais e estruturais e abrangem a sociedade total, isto é, o Mundo, ou a Formação Socioeconômica” o papel das áreas geográficas onde se dá “a realização concreta da totalidade social” é exclusivamente funcional.

Mas como entender o embate que acontece quando a tendência hegemônica de racionalização do espaço se territorializa em uma determinada realidade geográfica? Nossa análise busca não perder de vista a dimensão sócioespacial do conflito: a disputa pelo uso de um dado recurso, definido a partir dos grupos envolvidos. A distribuição desigual dos recursos no espaço geográfico, converte-o em um fator importante, já que assume valores diferentes em cada localização determinada. É dessa diferenciação espacial que deriva as disputas entre grupos sociais, precisamente pela apropriação de espaços ricos em certos fatores, sejam eles os componentes geológicos ou a disposição e distribuição geográfica de elementos como clima, solo, vida animal e vegetal (SÁNCHEZ, 1991, p. 136). Esta divisão espacial social sobreposta à distribuição desigual dos recursos, é pois, um dos objetos analíticos da geografia (SÁNCHEZ, 1991, p. 137).

Considerada “mecanismo social de manipulação do espaço” (SÁNCHEZ, 1991) a funcionalização é um processo impulsionado por fatores diversos e por determinações provenientes de outras escalas, que despertam interesses pela mudança no uso do solo. Vincula-se a esta idéia, a noção de poder sobre determinado espaço, ou seja a apropriação de um território por uma determinada

sociedade, de modo que possa ser adequadamente organizado para fins de obtenção de valores de uso e troca, mediante a exploração de seus recursos físicos e humanos, como mostra Sánchez (1991, p. 74). Os conflitos derivados do processo de funcionalização e transformação sócio-espacial podem ser assim pensados na sua dimensão (trans) escalar, aqui entendida em conformidade com a proposição teórica de Swyngedown (1997, p. 140), ou seja, como um processo em que relações de poder sócio-espacial são contestadas, negociadas e reguladas.

A operacionalização desta pesquisa contou com um fator importante. A relativa familiaridade como pesquisadora com o local de estudo permitiu o uso de duas ferramentas: a observação e a experiência. O desafio enfrentado foi balizar o uso dessas ferramentas, questionando não só as evidências que elas me ofereceram, como minhas posições e escolhas. Foi necessária atenção constante, uma vez que ficou claro que o campo não é de forma alguma neutro. Afinal, como enfatizou Minayo (1992 p. 107), a forma de realizar a observação “revela as preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam tanto os fatos a serem coletados como o modo de reconhecê-los”. Nesse sentido, o maior desafio no entendimento deste processo social foi a tentativa de manter “o estranhamento como forma de conhecer o outro”, como lembrou a antropóloga Ruth Cardoso (1986, p. 99).

E muito havia para ser conhecido... Além das visitas informais, a parte empírica contou com quatro visitas para coletas de dados, ocorridas em julho de 2004, fevereiro de 2005, agosto de 2005 e novembro de 2005. Na primeira ocasião, conversou-se com os funcionários e com o chefe dos Parques no intuito de fazer uma aproximação institucional. Naquela ocasião foi realizado um levantamento dos documentos existentes e dos principais conflitos e desafios da administração dos Parques. Visitou-se também a EPAGRI local e algumas propriedades rurais. A segunda visita ocorreu em novembro de 2004, durante o Seminário de lançamento em Praia Grande do GESTAR MAMPITUBA , projeto de Gestão Ambiental Rural da FAO/MMA. Estavam presentes representantes do

poder público, de ONGs, da sociedade civil e de instituições de ensino, nos níveis federal, estadual e local, ligados aos interesses ambientais. Na oportunidade discutiu-se sobre alguns dos desafios relacionados a apropriação e conservação dos recursos naturais na região. Em fevereiro de 2005, houve uma nova visita para recolhimento de material documental nas instituições locais; visita a propriedades rurais e empreendimentos turísticos no meio rural; entrevista com membros da Associação Praiagrandense de Condutores de Ecoturismo (APCE) e entrevista com membros do Conselho Municipal de Turismo. Em julho/agosto de 2005 participamos do 5º encontro da Rede Ecovida de Agroecologia em Praia Grande e realizamos mais um lote de entrevistas. Duas outras coletas de dados foi feita em novembro de 2005 e julho de 2006, com visitas a AMESC e a Procuradoria da República em Criciúma. No total foram realizadas vinte e nove entrevistas semi-abertas e várias anotações de campo que foram analisadas de forma qualitativa. Optamos por entrevistas semi-estruturadas, combinando perguntas fechadas e abertas, dando ao entrevistado oportunidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições pré-fixadas pelo pesquisador. A coleta de informações de artigos jornalísticos aconteceu em vários momentos ao longo dos últimos três anos, sendo consultados os informativos da Prefeitura de Cambará do Sul e os jornais gaúchos Zero Hora, Correio do Povo e Jornal NH de Novo Hamburgo. Além dessas fontes, foram pesquisados artigos publicados em periódicos eletrônicos da base de dados da Biblioteca Central da UFSC.

O caráter aproximativo do conhecimento da realidade, que permeia as ciências sociais e humanas, nos deixa conscientes que o presente estudo não tem a pretensão de esgotar o conhecimento do tema, mas sim de abrir um leque de questões que poderão ser analisadas posteriormente, com outras fontes, teorias e métodos. Nossa expectativa é de que as questões aqui levantadas e as lacunas dessa pesquisa incitem novos estudos e abordagens.

A apresentação desta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado DINÂMICAS ESPAÇO-TEMPORAIS DAS ÁREAS

PROTEGIDAS: SEGREGAÇÃO NA TOTALIDADE, tem por objetivo apresentar uma estrutura teórico-metodológica que nos permita entender o processo de criação e gestão de áreas protegidas, a partir do mapeamento da estratégia global de criação de espaços “segregados” e a relação entre esta “racionalidade” hegemônica e a sua realização em uma realidade social específica. Nos pareceu pertinente, portanto, nossa compreensão sobre a construção de concepções sociais e ideológicas nas quais a criação de áreas protegidas foram (e são) baseadas e a materialização destas concepções em uma política nacional de proteção dos recursos ambientais.

No segundo capítulo FUNÇÕES E MUDANÇAS NOS APARADOS DA SERRA GERAL, nossa análise enfatiza a dimensão empírica do processo de funcionalização espacial. Iniciando com algumas considerações teóricas sobre a funcionalização, damos seqüência com uma apresentação deste processo na região dos Aparados da Serra, trazendo à tona os principais atores e interesses na produção do espaço em questão.

Não poderíamos entrar em uma análise empírica dos conflitos sem antes nos determos um pouco sobre o debate no campo das mudanças sociais e conservação. Apesar da forte presença de posições vinculadas à ideologia da natureza selvagem, seria injusto e falso afirmar que não houveram mudanças importantes nas últimas décadas na orientação conceitual. No terceiro capítulo A (NÃO) TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL DAS ÁREAS PROTEGIDAS: DA VISIBILIDADE AO CONFLITO, recuperamos primeiramente o que se identifica como as principais mudanças com relação às políticas de conservação e o que se reconhece como as causas e forças subjacentes a essas novas orientações. Em seguida mostramos o que se reconhece como sendo os principais desafios relativos à presença humana em áreas protegidas e o contexto brasileiro. Justificamos também, neste capítulo, nossa opção em não utilizar o termo "conflito sócio-ambiental" apresentando uma crítica a esse termo e apresentando uma proposta de pensar os conflitos a partir de sua dimensão espacial e (trans) escalar.

No quarto e último capítulo O ENTORNO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E SERRA GERAL COMO OBJETO DE TRANSFORMAÇÃO, nossa intenção é identificar os conflitos derivados do processo de funcionalização e transformação sócio-espacial e pensá-los também na sua dimensão escalar. Ou seja, como resultado da luta social pelo poder e controle do espaço, a escala é também uma atividade política em permanente construção, alimentada por interesses que os diferentes grupos sociais projetam para distintos espaços geográficos. Coube à pesquisa captar os momentos chaves onde as escalas são contestadas, assim como os grupos sociais envolvidos e os mecanismos discursivos e materiais adotados.

PARTE I

1. DINÂMICAS ESPAÇO-TEMPORAIS DAS ÁREAS PROTEGIDAS: SEGREGAÇÃO NA TOTALIDADE

1.1 DESAFIOS METODOLÓGICOS

A (re)organização do espaço geográfico decorrente da implantação de áreas protegidas e os subseqüentes conflitos sociais, não é um fenômeno atemporal e nem segue uma lógica espacial aleatória. Em cada momento histórico, a distribuição espacial dos recursos, assume novos arranjos e formas, levando à valorização simbólica e mercantil de determinados recursos e promovendo uma diferenciação espacial. A referida problemática será entendida em nosso trabalho, dentro de uma perspectiva que leve em consideração que a apropriação e transformação da natureza é um processo histórico e social, sob relações específicas de produção, imbuído e articulado em uma série de relações sociais de poder que operam em diferentes escalas geográficas (SWYNGEDOWN, 2004, p.130). O objetivo deste capítulo é apresentar uma estrutura teórico-metodológica que nos permita entender o processo de criação e gestão de áreas protegidas, a partir do mapeamento da estratégia global de criação de espaços “segregados” e a relação entre esta “racionalidade” hegemônica e a sua realização em uma realidade social específica. Nos pareceu pertinente, portanto, compreender também a construção das concepções sociais e ideológicas nas quais a criação de áreas protegidas foram baseadas. Considerados na “sua espaço-temporalidade os projetos (e argumentos) ecológicos passam a ser vistos como simultaneamente projetos (e argumentos) políticos e econômicos e vice-versa”, como propôs David Harvey no seu livro *Justice, Nature and the Geography of Difference*.

A primeira questão que a problemática coloca vem do caráter de “estratégia global de proteção da natureza” assumido pela política de criação de áreas protegidas, o que lhe confere a condição de “universalidade empírica”,

expressão cunhada por Milton Santos. Um dos desafios teórico-metodológicos, portanto, foi considerar esta universalidade, buscando uma compreensão desse fenômeno a partir da incorporação das “relações e totalidades”³ envolvidos nesses processos. Não teria lugar aqui a pretensão “de apreender o real em sua totalidade”, mas considerar a “universalidade empírica” que o fenômeno apresenta e “examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares” (SANTOS, 2004 p. 115), sempre entendidas dentro das condições materiais concretas do mundo em que nos encontramos (HARVEY, 1996, p. 7-8) e demarcadas pelo sujeito investigador (SUERTEGARAY, 2005, p. 26). A análise da totalidade supõe entender, assim, os padrões e processos espaciais que caracterizam a sociedade capitalista e as transformações que esses processos engendram. O exercício investigativo buscaria explicar a realidade geográfica não pela sua ocorrência isolada, mas considerando as motivações, mecanismos e instrumentos que impulsionam a dialética espacial. Isso significa que “é preciso ir além da função localmente exercida e de também considerar suas motivações, que podem ser distantes e ter até mesmo um fundamento planetário”, completa Santos (op. cit. 228).

Um aspecto importante para a explicação desta totalidade parte da observação de que a dinâmica dos espaços de globalização⁴ supõe uma adaptação permanente das formas e das normas, perfazendo aquilo que Santos (op. cit. p. 228), denominou de uma “ordem mundial cada vez mais normativa e normada”, onde “através de ações normadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais

³ “O sentido da análise é captar a totalidade nunca alcançada, daí a compreensão de que o conhecido é um momento do processo, uma totalização demarcada por quem investiga. Também considera a parte como constituinte do todo: não se nega o estudo da parte, entretanto, não se desvincula a parte da visão do conjunto, do contexto. Compreender a totalidade consiste em identificar as contradições concretas e as mediações que constituem a totalidade” (SUERTEGARAY, 2005, p. 26).

⁴ A globalização é assim entendida como um processo de produção capitalista do espaço. “O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses. Assim ele constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança.” (HARVEY, 2000, p. 80)

força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz” (ibidem, p. 232). Essa dinâmica global possui uma intencionalidade própria e se realiza através de agentes específicos, cujo projeto seria o de produzir a racionalização do espaço geográfico necessária à emergência de um meio técnico científico informacional, “que busca substituir o meio natural e o próprio meio técnico, produz os espaços da racionalidade e constitui o suporte das principais ações racionalizadas” (ibidem, p. 332). Vale lembrar que essa racionalização da sociedade não é um processo recente, mas está ligado ao início da revolução industrial (ibidem, p. 331).

A proposta teórico-metodológica de Santos (ibidem, p. 332), nos incita a entender as novas realidades geográficas derivadas dessas transformações, considerando o espaço como um “conjunto indissociável de um sistema de objetos e de um sistema de ações”. A operacionalização dessa base conceitual deve levar em conta que (ibidem, p. 77-83):

- 1) A lógica temporal destes objetos e ações, que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes). Em cada período histórico há um novo rearranjo de objetos e novas formas de ação;
- 2) Que as ações resultam de necessidades, naturais ou criadas, de ordem material, imaterial, econômica, social, cultural, moral, afetiva. Estas necessidades, que estão sujeitas a mudanças ao longo do processo histórico - conduzem os homens a agir e a designar funções;
- 3) As funções se realizam com o apoio dos objetos. Para tal, há que se reconhecer o valor social dos objetos;
- 4) A natureza, a partir de um conjunto de intenções sociais, é também um sistema de objetos.

Considerando a natureza como um sistema de objetos, Santos também chama a atenção para a intencionalidade, ou seja, o novo papel que esses objetos (formas geográficas) passam a desempenhar em cada momento histórico. Com este olhar, podemos inferir que ainda que a conservação esteja na maioria das vezes subordinada aos interesses do desenvolvimento capitalista, as intencionalidades, apesar das suas conseqüências espaciais, têm primeiramente uma força simbólica operada de maneira que a sociedade venha aceitar “a nova racionalidade proposta para as formas geográficas” (ibidem, p. 217).

A lógica espacial e temporal que rege a criação de espaços segregados de preservação também pode ser entendida observando-se “o processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente e que resultam na sua funcionalização efetiva dentro do processo produtivo”, que para Santos (op. cit. 132) relaciona-se à divisão do trabalho. Nesta divisão “o valor relacional de cada um (recurso) não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da sua da significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato de participar de um lugar” (ibidem, p. 132).

Um outro aspecto a ser considerado na análise diz respeito ao embate que acontece quando a tendência hegemônica de racionalização do espaço se territorializa em uma determinada realidade geográfica. Se, por um lado, a expansão do capitalismo leva a uma tentativa de apropriação de organizações espaciais específicas, a organização do espaço social não pode ser analisada somente como resultado exclusivo desta ordem hegemônica. Cabe aqui ressaltar o papel de mediação que a formação sócio-espacial exerce, constituindo, paralelamente, uma “razão global e uma razão local”, como nos ensina Santos (op. cit). Esta sobreposição, segundo o autor, geraria um processo dialético onde as forças tanto se associam quanto se contrariam. O espaço vivido ou espaço local se confrontaria com “um espaço global habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-

los” (idem,1994, p. 18). As realidades geográficas específicas afirmam-se assim, não apenas como meros receptáculos à imposição de uma lógica externa, mas respondem de acordo com as suas especificidades e com as suas próprias racionalidades (idem, 2002, p. 338).

1.2 A EMERGÊNCIA DO CAPITALISMO INDUSTRIAL E A IDEOLOGIA DA PROTEÇÃO DA “NATUREZA SELVAGEM”

thousands of tired, nerve-shaken, over-civilized people are beginning to find out that going to the mountains is going home; that wildness is a necessity, and that mountain parks and reservations are useful not only as fountains of timber and irrigating rivers, but as mountains of life.

Muir, Wild Parks, 1898

Neil Smith já fez notar, em seu célebre trabalho “Desenvolvimento Desigual”, que o conceito de natureza é um produto social e tem funções sociais e políticas (1988, p. 45). Não há, portanto, como entender o processo de criação de áreas protegidas sem antes atentarmos para o surgimento de concepções e visões contemporâneas sobre a natureza. Novamente Smith (1988, p. 27) observa que “a transformação global da natureza realizada pelo capitalismo industrial domina tanto o consumo físico quanto intelectual da natureza”. Modelos contemporâneos de proteção à natureza nasceram em momentos históricos quando as forças produtivas desenvolviam-se rapidamente, alterando não só o espaço, mas também as maneiras de relacionamento com o entorno físico, tanto física quanto intelectualmente.

A construção de uma visão de natureza dentro do capitalismo ocidental, abriga, para Smith (1988, p. 28), um dualismo essencial entre exterioridade e universalidade:

(...) de um lado, a natureza é externa, uma coisa, o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade. A natureza exterior é primitiva criada por Deus, autônoma; é a matéria prima da qual a sociedade é construída, a fronteira que o capitalismo industrial frequentemente faz recuar. Como árvores e rochas, rios e tempestades, a natureza está esperando para ser externalizada no processo de produção social. Por outro lado, a natureza exterior, nós temos a natureza humana, na qual está implícito que os seres humanos e seu comportamento social são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos “externos” da natureza. Desse modo, os tratamentos ecológicos da sociedade humana situam a espécie humana como uma entre muitas na totalidade da natureza. Em contradição à concepção exterior da natureza, a concepção universal inclui o humano como não-humano da natureza. A natureza exterior e a universal não são inteiramente conciliáveis, pois ao mesmo tempo que a natureza é considerada exterior à existência humana, ela é simultaneamente tanto exterior quanto interior.

A esse contraditório dualismo, Smith chama ideologia da natureza. A reflexão conceitual sobre a experiência social de natureza que dá base à criação de áreas protegidas mostra como é forte o vínculo entre a criação destas áreas e esta ideologia (burguesa) de natureza, como aponta Smith (1988, p. 44): “Em nossa experiência de parques nacionais (...) nós experimentamos uma viagem semelhante da exterioridade da natureza, da maneira como ela é experienciada na cidade, para a universalidade da natureza, na qual nós tentamos mergulhar”.

Sem dúvida o trabalho do americano Roderick F. Nash “Wilderness and the American Mind”, é uma das obras que melhor traduz a evolução histórica do conceito de natureza selvagem. Seguindo as idéias do autor, iremos expor a origem do conceito de natureza selvagem e o papel que este conceito teve na evolução do ambientalismo.

A tradição de uma natureza selvagem como um refúgio para os males da civilização, como algo a ser preservado para a recreação do espírito humano, foi apresentada inicialmente por Henry David Thoreau, na América do século XIX. A concepção de homem e natureza de Thoreau fundamentava-se no Transcendentalismo Americano derivado das tradições Idealistas de Kant e Platão, que postulava a existência de uma realidade mais elevada que a realidade física.

Henry David Thoreau foi o primeiro intelectual americano a introduzir para os seus conterrâneos a idéia de que a natureza selvagem poderia ser apreciada por suas qualidades atraentes e não por suas qualidades repulsivas, como bem observou Nash. Um dos primeiros a publicamente declarar aos americanos em 1851 de que “in the Wildness is the preservation of the World”, ele introduziu um ponto de vista diferente às discussões prévias a respeito do valor da natureza selvagem que enfatizavam clichês Românticos ou Nacionalistas (NASH, 1982, p. 85). A visão da natureza selvagem, como diabólica e oposta à civilização, que foi amplamente difundida através dos séculos em várias culturas⁵, ganhava uma nova oposição, ainda que de certa forma apenas teórica.

Embora o desenvolvimento da filosofia da natureza selvagem de Thoreau estivesse vinculada a um desapontamento e descontentamento com os rumos materialistas e o espírito comercial que permeavam a sociedade americana na época, as vantagens e desvantagens da civilização não estavam

⁵ Para citar um exemplo, os Puritanos, sob a cutucada de Calvino, temiam que o pecado inato à natureza humana correria solto se deixado no vácuo moral da natureza selvagem (NASH, 1982, p. 86).

assim tão bem definidas para Thoreau. Após uma viagem decisiva ao Maine, ele passou a questionar se as benesses da civilização eram assim tão dispensáveis e se o encanto da natureza selvagem era assim tão idílico. A resposta que ele encontrou foi de almejar um balanço entre o selvagem e o cultivado, onde a natureza selvagem e o refinamento não eram tidos como extremos fatais mas influências igualmente benéficas (ibidem, p.95). Ou seja, para remediar os malefícios provenientes da vida civilizada, deveria haver períodos de convívio com a natureza “intocada”.

Ações destinadas a preservar a natureza selvagem começaram a aparecer já por volta de 1832, apesar de que tal posição contrariasse completamente os propósitos dominantes, ou seja, para os pioneiros os reclames de preservação eram absurdos. Nash aponta George Catlin, um estudante e pintor de índios americanos, o primeiro a mover-se para além do pesar e em direção ao conceito de preservação, como mostram as suas reflexões de 1832: “what a beautiful and thrilling specimen for America to preserve and hold up the view of her refined citizens and the world, in future ages! A *nation's Park*, containing man and beast, in all the wild[ness] and freshness of their nature's beauty!” (ibidem, p. 101). O conceito veiculava a noção de que um “Parque da Nação”, seria o instrumento adequado para manter a harmonia entre o homem e as belezas da natureza.

Visões mais utilitaristas também justificavam a manutenção de extensas quantidades de solo americano preservados. A utilidade das florestas selvagens americanas foi justificada por George Perkins Marsh, em 1864, para quem tais reservas serviriam como “a garden for recreation of the lover of nature” e um “asilo” para a natureza selvagem junto com suas funções utilitárias (ibidem, p.105).

Ecoando as idéias de Thoreau, John Muir argumentava veementemente e com sucesso, que as áreas selvagens deveriam ser reservadas para preencher uma necessidade emocional por lugares selvagens. O entusiasmo

de Muir pela preservação da natureza selvagem americana fizeram dele um dos principais responsáveis pelo movimento de criação de Parques Nacionais nos Estados Unidos.

Se o advento das preocupações nacionais com a conservação no início pareceu uma frente unida, as divisões não tardaram a aparecer. O surgimento de um outro movimento que defendia a conservação como uso racional ou desenvolvimento planejado dos recursos, teve como seu maior representante o engenheiro florestal Gifford Pinchot. Ele acusava os preservacionistas de querer “trancar a chave” valiosos recursos naturais (ibidem, p.136) e defendia que a existência da natureza selvagem não era compatível com o manejo produtivo das florestas. Com a criação do Forest Management Act em 1906, no Congresso Americano, ficou claro que as reservas florestais não seriam para resguardar a natureza no seu estado selvagem, mas sim para resguardar os interesses de madeireiros, pecuaristas e mineradores (ibidem, p.137). Como Chefe Florestal do Serviço Florestal dos EUA, Gifford Pinchot apropriou-se do termo “conservação” para designar esta visão de uso dos recursos.

A acelerada expansão da civilização americana e a falta de proteção natural efetiva naquele país no século XIX fizeram com que as condições ambientais mudassem rapidamente. Estradas de ferro, assim como pecuaristas e mineradores logo tomaram posse do que antes era o paraíso dos cidadãos em busca de lazer. Nesse cenário, a criação de parques nacionais assumiu grande importância como uma maneira de manter viva pelo menos um símbolo da glória selvagem (ibidem, p. 350). Esta associação do nascimento dos parques a uma busca de identidade nacional, transformando paisagens em monumentos, também é enfatizada por alguns autores (RUNTE, 1979, apud MORSELLO, 2001). A criação de parques também é associada a idéia de afirmação de uma visão de democracia que os países do Novo Mundo desejavam criar, ou seja, a idéia de uma área protegida pública, garantia que o acesso às belezas naturais não fosse tão elitista quanto no Velho Mundo (GAMBINO, 1991 apud MORSELLO, 2001).

Mas, apesar de comumente se creditar a criação de Yellowstone em 1872 à defesa da natureza selvagem, Nash (op. cit., p.108) observa que a criação do parque estava mais vinculada a uma tentativa de prevenir a aquisição e exploração privada de *geysers*, fontes de água quente, cachoeiras e curiosidades similares, do que à proteção da natureza selvagem. Para os residentes locais de Montana e Wyoming, a desconfiança sobre o conceito de parque permaneceu até que ficou claro que o Parque Yellowstone atrairia turistas com poder aquisitivo (ibidem, p. 351). As considerações ecológicas só tornaram-se importantes para o público em geral a partir de 1970 (RUNTE, 1997).

Exauridas as reservas domésticas nos EUA, a proteção da natureza alcançou outras escalas. Facilitada pelo processo de colonização de áreas ricas em natureza selvagem por nações desenvolvidas ampliaram-se as tentativas de proteger os animais de caça na África (NASH, op. Cit., p. 354). Para os conservacionistas esta ação se fundamentava na “necessidade de se criarem condições para a recuperação de populações de animais que vinham sendo indiscriminadamente massacradas, em decorrência do desenvolvimento e melhoria dos armamentos” (MILANO, 2001, p. 6). Para Nash (op. cit., p.342) a proteção estava vinculada a manutenção de reservas de caça para o desfrute dos caçadores europeus e americanos:

Thinking of wild nature as an actively traded commodity in an international market clarifies appreciation and largely explains the word nature protection movement. The export-import relationship underscores the irony inherent in the fact that the civilizing process which imperils wild nature is precisely that which creates the need for it.

A proteção da natureza da África resultou na tentativa de implementar algumas regulações internacionais. Em uma série de proposições assinadas por 7 nações européias em 1900, buscou-se impor regulações para licenças de caça, métodos de captura e proibições sazonais. Ainda que o comércio e as

conveniências administrativas não tenham permitido a efetivação deste controle, esse movimento inicial contribuiu para instaurar um padrão onde um país tenta encorajar a proteção da natureza em outro (ibidem, p. 355).

Por fim, parques e reservas provaram ser a forma de mais sucesso na proteção da natureza na África. O exemplo americano foi usado para dar suporte à criação do Krüger National Park na África do Sul (1926), previamente uma reserva de caça (Sabi Game Reserve), o que foi obtido enfatizando o sucesso financeiro da proteção da natureza pelo seu potencial em atrair turistas com alto poder aquisitivo. Nas décadas de 1940 e 1950 foram criados vários parques na África: Nairobi National Park (1946), Tzavo (1948), Mount Kenia (1949), e Serengeti (1951), para citar os mais importantes. Esses parques nacionais reais foram estabelecidos, segundo Nash (ibidem, p. 364), por brancos e para brancos, protegendo a natureza dos nativos. Esse fator foi preocupante para os protetores da natureza selvagem na África durante o processo de independência já que os parques e reservas de caça tinham suas imagens atreladas ao colonialismo. O crescimento do turismo na década de 1960, tornando-se a primeiro ou a segunda fonte de divisas externas de alguns países africanos, explica, para Nash (op. cit. p. 372) a Convenção Africana para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

Berço do do conceito de parque nacional, os EUA também influenciaram significativamente o debate conceitual acerca dos objetivos da conservação da natureza. Graças ao Yellowstone (1872); Yosemite (1890); National Park Service Act (1916); iniciativas do Forest Service em designação de natureza selvagem na década de 1920 e 1930 e mais tarde o Wilderness Act (1964) e o Alaska National Interest Lands Conservation Act (1980), os Estados Unidos mantiveram uma reputação e formaram um padrão global de conservação, espalhando pelo mundo a premissa básica que a natureza deve ser preservada livre de interferência humana em unidades de conservação públicas, a idéia de colaboração internacional para proteger a natureza nas partes menos desenvolvidas do mundo e a disseminação de ideais preservacionistas e

conservacionistas que se iniciaram no século XIX e que ainda permeiam as políticas de proteção dos recursos naturais.

Alcançando status de fenômeno global, a ampliação da área de parques em todo o mundo acarretou uma variedade de significados e conceitos decorrentes das diferenciações sócio-espaciais. Já a partir do início do século XX, uma série de medidas foram tomadas buscando unificar conceitos e práticas à nível internacional tais como acordos, instrumentos legais, conferências e criação de entidades supragovernamentais. Uma das ações mais significativas foi a fundação em 1948 da União Internacional para a Proteção da Natureza – UIPN. A organização mudou seu nome em 1956 para International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN). A partir da sua criação, a estratégia ganhou uma forma de atuação institucional, prevendo comissões específicas na sua estrutura interna, responsáveis pelas políticas para as áreas protegidas em âmbito mundial. Esta organização, com reuniões anuais e discussões permanentes, será um ator fundamental na construção da estratégia mundial para conservação da natureza através da criação de áreas protegidas. Vale citar também a criação da Comissão Internacional dos Parques Nacionais – CIPN, que ocorreu durante a Oitava Assembléia Geral da Nações Unidas, realizada na Grécia, em 1958. Essa comissão chamou a atenção das Nações Unidas sobre a importância dos parques nacionais e a necessidade de gestões internacionais para a conservação da natureza e dos recursos naturais (WALLAUER, 1998, p. 71). Também de grande importância foi a criação do WWF, em 1961, e a sua atuação com a IUCN na arrecadação de recursos financeiros para projetos gerido pela elite europeia praticante de safáris na África e que visavam a proteção da natureza selvagem, (NASH, op. cit., p. 362).

Ainda que o interesse da ecologia pela interdependência entre os problemas globais e os impactos nos ecossistemas, tenha iniciado nos anos de 1960, quando os aspectos científicos passam a fazer parte dos objetivos da conservação (CASTRI, F. apud LEIS, 1996), as preocupações com as políticas

de desenvolvimento a nível global, assim como uma consideração dos problemas sociais, econômicos e políticos em conjunção com os problemas ambientais somente surgiram a partir da década de 1970. A grande mobilização ecológica e a preocupação ambiental global foram traduzidas no documento intitulado “Limites do Crescimento”, apresentados preliminarmente à realização da Primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo no ano de 1972. O supracitado relatório Meadows trazia uma investigação sobre grandes preocupações globais: industrialização acelerada, rápido crescimento populacional, mal-nutrição generalizada, depleção dos recursos não-renováveis e deterioração ambiental⁶. O referido relatório tinha um forte cunho neomalthusiano e propunha “um modelo para analisar a taxa de esgotamento dos recursos naturais em função da crescente exploração humana e a valorização da natureza também por sua não-utilização” (SILVA, 1989).

Tal relatório teve grande repercussão e resultou em diferentes interpretações. Para os países industrializados, estas atitudes se traduziram não só em uma maior preocupação e consciência dos riscos ambientais (BRECHIN & KEMPTON, 1994 apud MANFREDO, 2004; SILVA, 1999), mas também em significativo aumento no número de organizações ambientais não governamentais (HIRONAKA, FRANK AND SCHOFER 2000, apud MANFREDO, 2004).

Por outro lado, Harvey (2000, p, 113) argumenta que os programas de preservação de ambientes e habitats de natureza selvagem promovidos por grupos conservacionistas podem ser também qualificados como processos induzidos de diferenciação geográfica (ibidem, 113). Ao introduzir questionamentos sobre as propostas ocidentais para a gestão ambiental global, o autor aponta que práticas conservacionistas e as regulações ambientais em escala planetária, geralmente são interpretadas como racionais e eficientes recursos de gestão, mas podem também ser entendidas como uma imposição

⁶ <http://www.clubofrome.org/docs/limits.rtf>

de controle sobre os recursos alheios em nome da saúde do planeta, da sustentabilidade e da prevenção da degradação ambiental (HARVEY, 1996, p. 178-182). As diferenças de interesses e poder entre as nações que formam a “comunidade global” são muitas vezes mascaradas pelas afirmações de que a poluição ambiental e degradação são “globais” e de “preocupação comum”, pregadas através de relatórios como o “Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, como bem observa Colchester (2001).

A conjuntura internacional do final dos anos de 1980 foi marcada pela liberalização das economias nacionais, pelo surgimento de novos cenários devido a reconversão industrial, por um desenvolvimento espetacular de novas tecnologias, pela expansão de novos setores de serviços, pela crescente racionalização dos mecanismos de gestão e pelo incremento na competitividade entre os mercados, como bem observou Silva (2001). Além disso, a discussão ambiental passa definitivamente a fazer parte de uma agenda global, sendo notória a influência deste novo discurso na elaboração de políticas de desenvolvimento.

Nesse sentido, a inclusão da sustentabilidade ambiental na pauta da reestruturação econômica global reforçaria ainda mais o desenvolvimento social e espacialmente desigual que uma articulação capitalista supõe, conforme observou Silva (2001, p. 41:54). Para esse autor, não só a reestruturação produtiva afeta de forma desigual os espaços (tanto a nível global, quanto nacional), mas a criação de áreas protegidas ou “zonificaciones económico-ecológicas” agiria como um mecanismo que os Estados e organizações de países intermediários (semi-periféricos) empregariam desde o final da década de 1980 para mediar as discrepâncias internas causadas por esta reestruturação produtiva. “Este esfuerzo busca definir las áreas de producción (matizadas o no con una regla de restricciones) y prohibición referente a las actividades económicas, afectando la división del trabajo sobre todo en su sentido espacial”, afirma o autor.

A partir da Rio-92 são formuladas novas políticas para às áreas protegidas, desta vez com a assinatura da Convenção sobre a Diversidade Biológica, com destaque espacial para a conservação “in situ”, considerado o principal objetivo das unidades de conservação de uso indireto. O artigo 8º da Convenção estabelece que:

Cada parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

- a) Estabelecer um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;
- b) Desenvolver, se necessário, diretrizes para a seleção, estabelecimento de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica;
- c) Regulamentar ou administrar recursos biológicos importantes para a conservação da diversidade biológica, dentro ou fora de áreas protegidas, a fim de assegurar sua conservação e utilização sustentável;
- d) Promover a proteção de ecossistemas, habitats naturais e manutenção de populações viáveis de espécies em seu meio natural
- e) Promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente sadio em áreas adjacentes às unidades de conservação a fim de reforçar a proteção destas (IBAMA/GZT, 1997).

De acordo com Miller (1997, apud Millano), em 1997 haviam 9.776 unidades de conservação no planeta, distribuídas por 149 diferentes países e

somando uma área total protegida de 8.695.540 km² ou aproximadamente 7% da superfície da Terra. Tais dados indicam a proteção de 4,9 % da África, 8,9% da Europa, 10% da América do Norte e Central, conjuntamente, 6,3% da América do Sul, 4,4% da Ásia e 11,7% da Oceania. Dados atuais mostram que a rede mundial de áreas protegidas ocupa mais de 11,5% da superfície terrestre, apesar de que este crescimento não tenha contemplado a biodiversidade como prioridade tornando a rede mundial, do ponto de vista da representatividade da biodiversidade, ainda incompleta. A expansão da rede tenderia a cobrir regiões de alta insubstituibilidade (endemismo) e vulnerabilidade (perda de habitat), localizadas essencialmente em zonas de florestas tropicais, principalmente montanhas e ilhas (RODRIGUES et al, 2004, p. 3).

1.3 CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: COOPERAÇÃO OU ENFRENTAMENTO?

Paralelo à construção simbólica e à articulação de uma escala global de conservação da natureza, seguiu-se a tentativa de materialização desta política em escala nacional. Este processo como veremos nesta sucinta exposição, apresenta os seguintes aspectos: 1) interrelação entre o processo de desenvolvimento das forças produtivas e sua territorialização no espaço nacional com as políticas de proteção ambiental; 2) a estruturação administrativa do Estado e o seu fortalecimento como principal executor desta política; 4) a criação de áreas protegidas como principal estratégia de proteção na natureza e dos recursos; 5) a exclusão de parcelas da população dos benefícios de ambos os processos; 6) a presença de movimentos reivindicatórios decorrentes deste conflito.

Até o início de 1930⁷, a proteção da natureza no Brasil ainda não contava com instrumentos claros e coordenados. Algumas ações pontuais aconteceram, como a criação do Parque Estadual de São Paulo, em 1896, e os decretos publicados pela Presidência da República em 1911, criando dois Parques Nacionais no então território do Acre, que acabaram não se concretizando (MEDEIROS, op. cit. p. 603). O fato de que somente existisse um conjunto de normas relativas aos diferentes aspectos de particular interesse e ênfase em alguns recursos refletia a herança de uma noção essencialmente econômica e gerencial da proteção à natureza dos períodos colonial e imperial (MEDEIROS, 2004, p. 602). Dean (1995, p. 271) afirma que as primeiras medidas de conservação das florestas públicas visavam estabelecer sanções contra o desperdício ou mau uso das reservas de madeira, em um contexto histórico onde a economia brasileira encontrava-se profundamente dependente da exploração dos recursos florestais (caça, lenha, madeira e plantas) e abertura de novas fronteiras para exploração agrícola.

A criação pelo estado de um conjunto de instrumentos voltados à regulação dos usos dos recursos naturais e ocupação de espaços no território brasileiro inicia-se a partir de 1933 com a criação de diversos instrumentos legais no governo Vargas. Para Dean (1995, p. 272), “os recursos naturais passaram a ser encarados como uma reserva coletiva a ser utilizada eficientemente em favor da nação”. De acordo com a nova Constituição de 1934, os estados e governo central ficavam encarregados de “proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico e artístico”⁸: Foram também instituídos naquele mesmo ano, os principais instrumentos para regular a apropriação dos recursos naturais em âmbito nacional: o Código das Águas; o Código de Minas; o Código Florestal; o Código de Caça e Pesca e o Decreto de Proteção aos Animais (MEDEIROS, op. cit., p. 603). Considerado o primeiro estatuto legal abrangente editado no Brasil sobre a Flora, o Código Florestal de 1934

⁷ Para saber mais à respeito da temática das estratégias de proteção da natureza no Brasil ver: José Augusto Pádua. **Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

⁸ Capítulo I, artigo 10. Brasil, Constituição Federal 1934.

estabeleceu as bases para a criação de parques (Decreto 23.793. 23 de janeiro de 1934). Após a criação do parque Nacional de Itatiaia, em 1937, na Mata Atlântica nas montanhas do Estado de Rio de Janeiro, mais dois parques foram criados na região Sul e Sudeste em 1939 (Iguaçu e Serra dos Órgãos) tendo por objetivo resguardar os atributos estéticos e paisagísticos (BRITO, 2000, p. 84).

Elaboradas e implementadas sem que houvesse uma base social demandatória explícita, Medeiros (op. cit., 604) considera que estas ações tenham sido fruto de duas influências preponderantes: a pressão de pequenos grupos voltados à proteção da natureza e influenciados pela internacionalizada agenda de criação de Parques Nacionais no continente americano⁹, e a necessidade de re-organizar a exploração florestal uma vez que a economia brasileira era extremamente dependente destes recursos. Mesmo assim, no final da década de 1940, o Brasil, havia dado início a um sistema organizado para a proteção da natureza com a implementação de uma base jurídico-institucional para sua gestão e fiscalização, ainda que precária, garantida pelos Serviços Florestais Estaduais e Federal (idem, 2004:604).

A observação de Quintão (1983, p. 13) de que “a criação de parques nacionais ou outras áreas protegidas, precede ou coincide com o avanço das frentes pioneiras sobre regiões virgens” enfatiza o fato de que o processo de expansão territorial que começa a se delinear a partir de 1945 e o processo de implantação de áreas protegidas, podem ser considerados como dois lados de uma mesma moeda. Ou seja, o projeto de modernização produz seus próprios conceitos e formas de políticas ambientais, geralmente priorizando ações corretivas para os problemas gerados e focando na degradação, ambos subprodutos do processo (ANDREOLI, 1992, p. 11). Além disso, há que se

⁹ Data da década de 1950 a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), entidade vinculada à União internacional para a Conservação da natureza (UICN). Além disso, depois da década de 20, as organizações conservacionistas e agências governamentais dos EUA passaram a incentivar um intercâmbio científico na área de sicultura. Esta colaboração estava vinculada a demanda norte-americana por madeira de lei, que declinou durante a Depressão (DEAN, 1995, p. 299-300)

considerar a apropriação política e econômica do território como valor de reserva.

Esta fase de modernização acontece no período de intenso crescimento do capitalismo a nível mundial que vai de 1945 ao início dos anos de 1970, e que é marcado tanto pela vigorosa expansão americana, quanto pela emergência e consolidação dos “milagres” de Japão e Alemanha. Esta é uma fase de desenvolvimento cultural e de valores materialistas, marcada por uma crescente industrialização, urbanização, emprego laboral e fé nas instituições governamentais (INGELHART, 1997 apud MANFREDO, 2004).

No Brasil, esta fase se traduziu em políticas de governo concebidas no pós-guerra sob a idéia do “desenvolvimento econômico”, visando estimular a acumulação de capital e a industrialização e impôr um ritmo de crescimento econômico mais acelerado. Essas políticas, por sua vez, trouxeram várias transformações na organização social e espacial brasileira, com forte ênfase no “desenvolvimentismo”. Dentre as ações que marcam esta época, podemos citar o o plano de metas “50 anos em 5” levado a cabo pelo governo de Juscelino Kubitschek no final da década de 1950. Na sua administração percebeu-se a necessidade de integrar a Região Centro-Oeste do Brasil ao território nacional., A criação de Brasília e o desenvolvimento de duas importantes áreas de garimpo no Norte do Brasil: Rondônia e Pará, que marcaram o início da atividade em larga escala na Região Amazônica, são fatores importantes nesta política de integração do território nacional.

A promulgação de um novo Código Florestal e a unificação de diversas agências responsáveis por Parques e reservas florestais em um Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) só viria a ocorrer em 1967. O IBDF assumiu a atribuição não só de formular a política florestal, mas também coordenar e executar (ou fazer executar) as medidas necessárias à sua utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país (TRESSINARI, 1998, p.

56). Outro instrumento foi a aprovação de um novo Código de Caça e Pesca, proibindo a exportação de caça e autorizando a criação de refúgios de natureza selvagem.

Do ponto de vista da conservação, Dean (ibidem, p. 298) considera que por todos os anos de 1950 e 1960 os interesses privados prevaleceram no jogo de forças na tentativa do governo de implementar medidas de conservação. Durante esse período, as questões conservacionistas foram só discretamente assumidas por segmentos da classe média urbana e por cientistas. Até 1960, a criação de parques restringiu-se principalmente na região sudeste-sul, a mais populosa e urbanizada do país, sendo justificada apenas com base na proteção de belezas cênicas (PÁDUA et al, 1984 apud BRITO 2000).

Durante a ditadura militar (1964-1985) a causa ambiental foi tratada como antítese do desenvolvimento desejado. Para os governos militares, as principais preocupações eram promover as exportações, atrair capital estrangeiro e criar pólos de crescimento afim de internacionalizar a economia brasileira. A instalação de corporações multinacionais e estatais concentradas no triângulo industrial formado pelas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, fazia parte do Projeto desenvolvimentista de industrialização e modernização conhecido como “milagre brasileiro” na virada da década de 1970. A industrialização maciça e tardia incorporou padrões tecnológicos avançados para a base nacional, mas problemáticos no que se refere ao meio ambiente, principalmente com a implantação de uma matriz internacional químico-petroquímica, da metal mecânica, da indústria de material de transporte, da indústria madeireira, de papel e celulose e de minerais não-metálicos, todos com uma forte carga de impacto ao meio-ambiente (CIMA, 1991, p. 47). Além disso, o processo de industrialização também acelerou uma intensa concentração da população brasileira nas cidades causando, conseqüentemente, a metropolização dos maiores centros urbanos. Relatórios oficiais também apontam o crescimento demográfico como causa para acelerar os processos de degradação ambiental na Região Centro-Oeste, onde a

população cresceu seis vezes entre as décadas de 1950 a 1990 (EMBRAPA, 1996).

O avanço das fronteiras agrícolas entre 1950 e 1980 fizeram com que as áreas agrícolas praticamente dobrassem, aumentando em 1,67 milhões de quilômetros quadrados. “O rápido crescimento da agricultura trouxe, ao lado do agravamento da crise social, problemas ecológicos e ambientais que até então não haviam sido percebidos em toda a sua dimensão. A utilização crescente de adubos químicos e agrotóxicos, a intensa e concentrada mecanização e as extensas monoculturas voltadas para o mercado externo causaram a erosão e a degradação de terras agrícolas, assim como sérios impactos sobre os recursos florestais, os rios, os lagos, o equilíbrio biológico de pragas e doenças” (CNUMAD, op. cit). Com a expansão da fronteira agrícola e a destruição de florestas, foram criados parques em outras regiões. Um levantamento dos parques nacionais, realizado por Alceo Magnanini e Maria Tereza de Jorge Pádua, em 1969, mostrou que o próprio governo admitia o abandono de metade das áreas que ele havia designado como terras de parques (DEAN, 1995: 298).

Os lançamentos do I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social – I PND (1972-1974) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979) previram ações para o desenvolvimento da Amazônia. O I PND previu a construção da rodovia Transamazônica e o II PND considerou a região Amazônica prioritária para a criação de áreas destinadas a Parques e Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e parques de Caça (EMBRAPA, 1996). A proposta, inspirada pela diretrizes para o estabelecimento de áreas protegidas desenvolvida pela UICN e de estudos realizados pelo IBDF, foi delineada na I Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil (BRITO, 2000:61). Segundo Andreoli (op. cit., p. 23) a política ambiental voltada para o estabelecimento de parques e reservas não estabelecia uma contradição direta com o setor produtivo sendo, portanto, mais tolerada. Em 1970 o sistema federal de áreas protegidas era composto de 14 parques (então cobrindo 2,756,513 ha)

e 12 florestas nacionais (257,756 ha), totalizando 3,014,269 ha ou 0.36% de área terrestre brasileira.

De forma a atenuar as críticas e pressões feitas por organismos e entidades ambientalista internacionais, assim como a colocar o Brasil em uma posição favorável à obtenção de empréstimos e investimentos estrangeiros, foi criada, em 1973, a SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente. Paradoxalmente, a Secretaria foi subordinada ao Ministério do Interior, um dos principais órgãos responsáveis pela formulação das políticas de crescimento econômico acelerado. Em um contexto social e econômico pouco favorável ao estabelecimento de uma política de cunho conservacionista, a SEMA teve sua atuação relegada a um nível secundário em relação às demais atividades do Ministério. A ação da secretaria se restringia às normas e regulamentações para reduzir as degradações ambientais sem questionar o modelo de desenvolvimento nem comprometer o bom andamento das atividades produtivas.

Somente em 1975 iniciou-se o desenvolvimento de uma base legal para o meio ambiente, já que a legislação anterior a 1975 tratava dos recursos naturais em áreas setoriais, conforme veremos a seguir (ANDREOLI, op. cit. p. 14). A base legal passou a contar com o Decreto-lei nº 1.413/75, dispondo sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais; o Decreto nº 76.389/75, dispondo sobre medidas de controle da poluição industrial; a Lei nº 6.513/77, dispondo sobre criação de áreas especiais e locais de interesse turístico; a Lei nº 6.766/79, dispondo sobre o parcelamento do solo urbano; a Lei nº 6.803/80, estabelecendo as diretrizes para zoneamento industrial; a Lei nº 6.902/81, sobre áreas de proteção ambiental e o Decreto nº 84.617/79, que aprovou a regulamentação de parques brasileiros e introduziu a necessidade de elaboração de planos de manejo para todos os parques

nacionais brasileiros (BRITO, M. C., 2000 p. 61)¹⁰. Essa fase culmina com a Lei nº 6.902/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio ambiente, regulamentada em 1983. Nela considerou-se a conciliação do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, através do zoneamento ambiental¹¹.

O período compreendido entre 1970 e 1986 corresponde também a um avanço no número de unidades de conservação, alavancado principalmente por pressão de organismos externos como o Banco Mundial e o BID que passaram a colocar e fazer respeitar cláusulas da conservação ambiental. Foram criados durante este período 22 parques nacionais, 20 reservas biológicas e 25 estações ecológicas, totalizando 144,180 Km² – uma área do tamanho do Estado do Ceará (MITTERMEIER, 2005).

Em 1981 foi estabelecido o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) pela lei nº 6.938/81. Concebido como um conjunto articulado de instituições, entidades, regras e práticas da União, Estados e Municípios e de fundações instituídas pelo poder público, com a responsabilidade pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, está sob a direção superior do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), este composto por representantes de todos os Estados, da sociedade civil organizada em sociedades de proteção ao

¹⁰ Andreoli (1992:14) reconhece que esta pródiga base legal, com aumento das responsabilidades do Poder Público e do setor produtivo, não representou uma negociação com a sociedade, resultando no não-cumprimento das determinações.

¹¹ O Zoneamento Ambiental é um dos instrumentos preconizados pela Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938/81. No entender de Paulo Bessa Antunes "o zoneamento é uma forte intervenção estatal no domínio econômico, organizando a produção, alocando recursos, interditando áreas, destinando outras para estas e não para aquelas atividades, incentivando e reprimindo condutas, etc." Portanto, é uma ordenação jurídica que estabelece regras de uso e ocupação do solo. Segundo o autor, "o zoneamento macro está ligado à organização espacial de um país ou de uma grande região, estado ou município, chamado de Zoneamento Ecológico-Econômico. A preocupação do governo federal em implementar um programa de zoneamento ecológico-econômico iniciou em 1990, e foi dada prioridade a Amazônia brasileira para começar os trabalhos. O objetivo principal do zoneamento ecológico-econômico é conciliar a utilização econômica dos recursos naturais com a conservação dos ecossistemas e das espécies dentro da visão do desenvolvimento sustentável, a fim de beneficiar as sociedades regional e nacional".

meio ambiente e de outros segmentos sociais ligados, de uma maneira ou de outra, a essa questão.

Como uma resposta à crítica internacional pelo desmatamento da Amazônia, o governo brasileiro criou, em 1989, o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O IBAMA englobou em sua estrutura a SEMA, IBDF, SUDEPE e SUDHEVEA, organismos com estruturas e finalidades diferentes na esfera institucional até então existente. A coordenação no plano federal da política nacional de meio ambiente, a aplicação da legislação em vigor e a atuação, em caráter supletivo, nos estados onde os órgãos ambientais não estivessem cumprindo suas funções, assim como a criação e implementação de unidades de conservação passou a ser responsabilidade do IBAMA, que deixou de fazer parte do Ministério do Interior e passaram a fazer parte do novo Ministério do Meio-Ambiente.

No plano jurídico-institucional, no final da década de 1980, a política ambiental brasileira passou por uma sistematização, apoiada principalmente pela promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual o meio ambiente recebeu a atenção de um capítulo inteiro. Além disso, as instituições ambientais no nível federal e estadual também passam por um período de consolidação, com um direcionamento para que, também em uma escala local, desenvolvam-se mecanismos para um maior envolvimento na gestão dos recursos naturais. A partir de 1988, inicia-se também uma grande revisão do sistema brasileiro de áreas protegidas, que vai se materializar no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – criado pela Lei 9.985 de 18 de Julho 2000. O seu Art. nº 6 definiu que o sistema seria gerido pelos seguintes órgãos com as seguintes atribuições: CONAMA: *órgão consultivo e deliberativo*, com a função de acompanhar a implementação do sistema; MMA: *órgão central*, tem a finalidade de coordenar o sistema; e IBAMA e órgãos ambientais estaduais e municipais: *órgãos executores*, têm a função de implantar o SNUC, subsidiar as propostas de criação, administrar as UCs federais, estaduais e municipais nas respectivas esferas de atuação.

Ainda que o SNUC tenha incorporado as consultas públicas na criação de UCs e a gestão participativa, para Diegues (1996:118) este sistema ainda mantém uma visão conservadora, autocrática e autoritária da questão ambiental no Brasil. Esta posição, que encontra-se na contramão das tendências mundiais de conservação, para o autor pode ser resumida nos seguintes pontos:

1. Noção de ilhas de conservação faz do SNUC um sistema fechado, isolado da realidade brasileira;
2. Não há sinalização de políticas que visem compatibilizar o aumento das áreas de proteção com a presença de populações nos ecossistemas a serem preservados, nem em proteger a biodiversidade cultural das populações residentes no entorno ou dentro das unidades de conservação;
3. Distinção hierárquica entre as várias categorias privilegia as unidades de uso indireto como mais importantes;
4. A definição de novas unidades deve ser feita a partir de “estudos técnico-científicos”, sem inclusão da participação da sociedade afetada na definição de categorias de manejo;
5. Não estabelece uma distinção entre os diferentes grupos sociais e suas relações com a natureza;
6. Não avança no trato das questões relacionadas à melhora das condições de vida das populações prejudicadas pelo avanço das políticas de conservação.

A diretoria de áreas protegidas do Ministério do Meio Ambiente vem mais recentemente buscando construir uma política integradora através da construção de um Plano Nacional de Áreas Protegidas, que venha a

articular diferentes setores e esferas governamentais. A política busca alcançar uma forma de gestão integrada do SNUC com outras áreas protegidas em todo o território nacional, visando ultrapassar o paradigma das UCs como ilhas de preservação afastadas dos problemas locais, além de buscar uma complementaridade entre as diferentes categorias de manejo (FERREIRA, I. 2004, p. 174). A política, que ainda encontra-se em fase de construção, tem como princípio norteadores, segundo Ferreira (op. Cit, p. 74):

- O estabelecimento, no âmbito do SISNAMA, da gestão integrada das áreas protegidas, visando o fortalecimento e a efetividade da conservação da biodiversidade e de outros recursos naturais, bem como de seu uso sustentável nestas áreas.
- O estabelecimento de princípios e diretrizes para a ampliação, gestão e consolidação do SNUC, integrado às demais áreas protegidas;
- A articulação das políticas setoriais de governo para a conservação e manejo do uso sustentável da biodiversidade e de outros recursos naturais;
- A repartição equitativa dos benefícios da biodiversidade no âmbito de um sistema integrado de áreas protegidas;
- A garantia de participação de povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades locais no planejamento e na gestão de áreas protegidas, respeitando sua diversidade cultural e contribuindo com seu desenvolvimento social;
- A compatibilização de diretrizes estabelecidas na Conferência Nacional de Meio Ambiente

Por outro lado, há que se ressaltar o papel cada vez mais crescente das agências bilaterais e as multilaterais no provimento de recursos para projetos de conservação (BRITO, op. cit., p. 76). Dentre as principais

agências financiadoras destacamos: o Bird (Banco Mundial), o KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau), O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o GEF (Global Environmental Facilities) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

A Mata Atlântica, por exemplo, está sendo beneficiada por algumas iniciativas. A primeira é através de um subprograma específico do **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7)**, uma iniciativa internacional aprovada e apoiada pelo grupo dos sete (G-7) países em 1991 (MMA, 2004)¹², que resultou em vários projetos de conservação financiados bilateralmente (os chamados projetos demonstrativos) em vários estados no Sul e Sudeste.

A outra iniciativa foi promovida pelo German Kreditanstalt für Wiederaufbau Bank, em uma parceria com algumas agências estaduais no sul e sudeste, envolvendo um grande investimento voltado para a implementação de inúmeras áreas protegidas nos Estados de Paraná e São Paulo. Além disso, foi lançado em 2002 o CEPF (Critical Ecosystems Partnership Fund). Com o objetivo de resguardar os “hotspots” de biodiversidade ameaçados nos países em desenvolvimento, o fundo está apoiando projetos na Mata Atlântica que abordem as relações espaciais nos usos da terra e as áreas protegidas públicas e privadas, assim como a dinâmica de fragmentos florestais (CEPF, 2001).

Para finalizar, um breve olhar sobre a área de cobertura das unidades de conservação: no Brasil, de acordo com o primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre a Biodiversidade Biológica (MMA, 1998), o sistema federal cobre 39.068.000 ha ou 4,59% do território nacional. Dessa área, 15.890.000 ha ou 1,87% do território são unidades de conservação de uso indireto, e 23.178.000 ha ou 2,72 % são unidades de conservação de uso direto (Milano, 2001, p. 5).

¹² <http://www.mma.gov.br/ppg7/>. Acesso em 04/07/2005.

2. FUNÇÕES E MUDANÇAS NOS APARADOS DA SERRA GERAL

2.1 NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

As mudanças globais e estruturais perpetradas pelos sistemas econômicos e sociais, resultado da contradição existente no processo de produção do espaço/natureza, implicam sempre em um processo de “destruição criativa”, os quais, para Swyngedown (2004, p. 131), destróem as condições existentes para rearranjá-las com novas configurações e características. Esses rearranjos, como vimos, buscam a normatização do espaço e seus recursos através de mecanismos e estratégias que vão desde um nível simbólico até a construção de um aparato jurídico. Entretanto, estas mudanças sociais, nos explica Santos (op. cit., p. 116), afetam de forma qualitativa e quantitativa o conjunto das funções espaciais e irão se realizar onde as condições sejam mais propícias. Assim, adverte o autor, “enquanto as mudanças são globais e estruturais e abrangem a sociedade total, isto é, o Mundo, ou a Formação Socioeconômica” o papel das áreas geográficas onde se dá “a realização concreta da totalidade social” é exclusivamente funcional.

As idéias do geógrafo espanhol Joan-Eugeny Sanchez, nos ajudam a aqui a compreender melhor o processo de funcionalização espacial, entendido por ele “como o uso atribuído por parte do individuo ou indivíduos que tenham se apropriado do mesmo” (1991, p. 124). A funcionalização é considerada, portanto, um “mecanismo social de manipulação do espaço”. Impulsionada por fatores diversos e por determinações provenientes de outras escalas, que despertam interesses pela mudança no uso do solo, ela começa, materialmente e formalmente, com a apropriação político-jurídica de determinado espaço, lembra o autor. No entanto, esta apropriação não garante necessariamente a transformação espacial. Para que o espaço assuma uma função concreta, é necessário que a produção do espaço social se ocupe de

propiciar uma adequação territorial à função atribuída (ibidem, p. 75). Para tal, dois limites necessitam ser superados: “as características físicas do meio no espaço geográfico a funcionalizar e a capacidade dos agentes de se apropriarem e dominarem o espaço, de maneira que se possa adequar este espaço a nova função através da produção do espaço” (ibidem, p. 124).

Deve-se considerar nesta análise que, ainda que um conjunto de formas geográficas esteja à espera de ser transformado ou imbuído de novas funções, limitações diversas, relacionadas à própria estrutura social e/ou técnica, podem constituir um empecilho para a sua plena realização (SANTOS, op. cit. p. 96). Em outros casos, a funcionalização não necessariamente requer uma mudança visível. A determinação funcional pode justamente estar relacionada a não-transformação espacial. A proteção de espaços naturais e a valorização de paisagens rurais agrestes e intocadas seriam exemplos de como o congelamento, ou a não transformação espacial, alicerçado em valores sociais contemporâneos, constituem-se também em determinações funcionais. Como observou Silva & Gelbke (2004), “Os valores sociais, neste caso, seriam diretamente proporcionais à condição de originalidade ou de intocabilidade destes elementos”.

A transformação espacial deve ser entendida, para o autor, levando-se em consideração os processos históricos e as estruturas sociais ali assentadas (SANCHEZ, op. cit., p. 75). A importância do processo histórico desenvolvido anteriormente em determinado território para a análise de um espaço real concreto é enfatizada várias vezes pelo autor, uma vez que, para ele, as atuações quase sempre terão sentidos antagônicos: as forças que buscam a manutenção de uma estrutura social em contraposição às forças emergentes que buscam imprimir mudanças sócioespaciais. Somente considerando a dupla dimensão espaço-temporal, poderemos identificar aspectos relacionados aos novos interesses e às estruturas sociais que dão coerência ao espaço social. Neste ponto, Sanchez (op. Cit, p. 65) parte da premissa que

cada estructura social comporta una forma propia y diferenciada de actuación respecto a la variable espacio geográfico, considerada como factor indispensable (necesario) a cualquier articulación social (...) De ahí deriva que el espacio geográfico se transforme en un espacio social que necesita ser coherente con la estructura social a la que da soporte, para que ésta pueda mantenerse y reproducirse (...) Un espacio social coherente con la estructura social es una condición necesaria, aun cuando no suficiente, para la reproducción de la propia estructura social.

É no seio desta incoerência entre as estruturas sociais existentes e seus interesses e a produção de um novo espaço social, onde “os objetos mudam de função e criam novas geografias” (SANTOS, op. cit. p. 96) que a tensão se estabelece. Ocasionalmente, então, que a coerência entre o espaço social e a estrutura social não seja, portanto, um fator dado.

2.2 A DIMENSÃO EMPÍRICA DO PROCESSO DE FUNCIONALIZAÇÃO ESPACIAL NA REGIÃO DOS APARADOS DA SERRA GERAL

Paradoxalmente, mesmo que a principal função da criação de áreas protegidas seja a não-transformação espacial, a consecução do processo de funcionalização na realidade sócio-espacial estudada engendrou novas configurações sócio-espaciais. Vale lembrar que a valorização social da região dos Aparados da Serra enquanto formas geográficas intocadas é um fenômeno relativamente recente. Na dinâmica sócio-espacial anterior ao Parque a encosta servia como corredor da integração produtiva entre a chamada encosta e o planalto. As referências históricas (CABRAL, 1970, p. 244) informam que muitos

fazendeiros do planalto serrano necessitavam de produtos agrícolas e enviavam seus escravos para abrirem roças de milho, feijão e cana-de-açúcar nas férteis planícies e várzeas do Rio Mampituba, denominando o lugar de Roça da Estância, por volta do final do século XIX. Os descendentes desses trabalhadores permaneceram na região, conforme evidenciado no laudo antropológico (FERNANDES, 2005), que comprovou a conexão histórica e geográfica entre a comunidade quilombola São Roque (em Praia Grande- SC) e a localidade de São Francisco de Paula de Cima da Serra - RS, região de produção pecuária.

O fortalecimento dessa dinâmica social e territorial fez com que, na segunda década do século XX, a região dos Aparados da Serra fosse bastante usada como um corredor para o caminho de tropas. Isso, por sua vez, atraiu para as planícies próximas das encostas, comerciantes e agricultores responsáveis pela formação de povoados e pelo desenvolvimento de uma economia baseada na produção e troca de gêneros de subsistência profundamente ligados à atividade pecuária desenvolvida no planalto. A partir daí, fortaleceu-se um intenso comércio realizado por tropeiros através de muares, que desciam a serra trazendo pinhão, charque, queijo, gado e varas de porcos e subiam levando do litoral açúcar, cachaça, farinha de mandioca e produtos agrícolas (BRIGHTWELL, 2002).

Esses comerciantes, oriundos de localidades catarinenses vizinhas , como Passo do Sertão (hoje São João do Sul), se fixaram, por volta de 1918, em grandes extensões de terra próximas ao pé da serra (REITZ, 1948, p.12). Donos de casa de comércio, moinhos, engenhos e atafonas, formavam a elite política e econômica local. A relativamente animada vida mercantil do lugar, ao longo das próximas décadas, alavancada pela produção e beneficiamento de produtos agrícolas, atraiu também colonos pobres de núcleos populacionais vizinhos que vinham tentar a vida naqueles espaços ainda pouco habitados. Ganhavam a vida prestando serviços no pequeno núcleo urbano, abriam pequenas roças ou trabalhavam como arrendatários. Estrutura-se nessa fase, portanto, não só uma

diferenciação social entre os agricultores referente ao tamanho e à localização de suas terras, mas também o fortalecimento de um segmento social ligado à compra e venda de mercadorias, beneficiários estes da expansão local do capital comercial. Região fronteiriça, favorecia também o contrabando de cachaça e animais (PERES JÚNIOR, 2002, p. 55) , além de servir como abrigo para fugitivos (FERNANDES, 2005, p. 45) .

No lado gaúcho, as disputas pelos recursos naturais alcançavam a capa florestal do planalto gaúcho, levando o Rio Grande do Sul a despontar na década de 1940 como pólo exportador de madeira nativa, especialmente araucária (MARCUIZZO, 1998, p.15). Esta atividade, por sua vez, serviu como um estímulo à expansão da atividade agrícola ao longo das encostas (BRIGHTWELL, 2002, p. 40). Produzia-se ali os gêneros de subsistência para abastecer os núcleos populacionais formados pela indústria itinerante de extração madeireira que acompanhava a borda da serra, conforme relata um morador de Praia Grande:

(...) Lá por 1949/50, tinha muitas serrarias. Aí foi quando desenvolveu mais. Mas sempre na base do cargueiro. Então daí deu mais movimento, o pessoal do interior, principalmente da Roça da Estância, levavam tudo o que podiam para lá, desde batata-doce, aipim, laranja, tudo quanto era coisa levavam para as serrarias. Tinham às vezes cinqüenta famílias que moravam, dava talvez oitenta, cem pessoas que moravam numa serraria. Era um povoado que ali faziam, ali eles tinham que ter a subsistência, essa subsistência para chegar lá a maioria tinha que ser de cargueiro. (...) Os gêneros destes mais simples, como açúcar arroz e verdura, subia a serra por cargueiro. Subiam pela Pedra Branca. Lá era mais perto. Eles faziam a localização da serraria. Porque as serraria se espalhavam por todas a margem em cima da serra.(...) conforme era o lugar mais perto eles subiam a serra. Serra da Pedra Branca, Serra do Faxinalzinho, do Cavalinho, Serra do Faxinal¹³.

¹³ LUIZ, Manoel Learcino. Entrevista concedida à autora em Praia Grande. 17/11/2002.

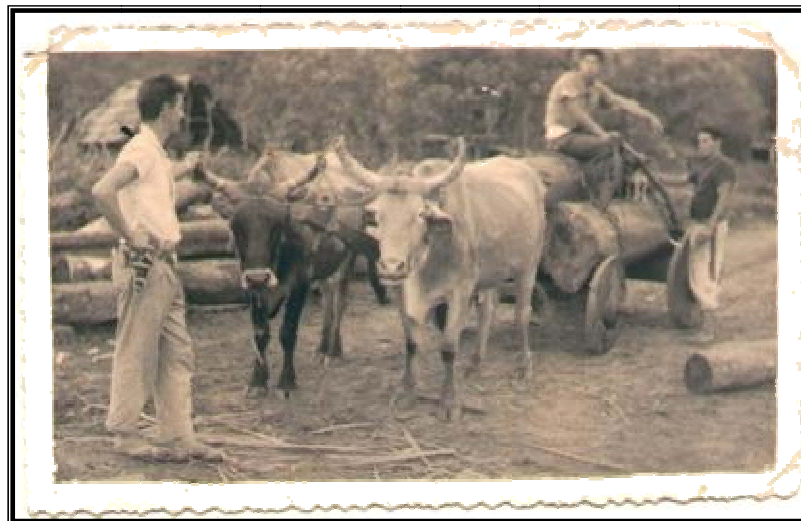


FIGURA 03 Foto de trabalhadores transportando toras de madeira - 1940

Fonte: Coleção Nereu Esteves de Aguiar e Noêmia Ramos

2.3 PRESERVAR É PRECISO...

Em 1951, Padre Balduíno Rambo, um naturalista que percorreu a região várias vezes efetuando estudos botânicos, em visita ao Itaimbézinho, testemunhava a situação em que se encontravam os recursos florestais da região: “as serrarias e o grande incêndio de 1951, profundamente diminuíram o ambiente vegetal” (RAMBO, 1994, p. 387). Ele foi um dos precursores na promoção da importância científica da região dos Aparados da Serra, contribuindo inclusive na própria demarcação da área do parque (MAUHS, sem data).

Quando pouco restava para ser aproveitado pela indústria madeireira, os donos das serrarias existentes debandaram e as terras foram vendidas para os antigos proprietários que passaram a utilizar as terras para pecuária. As belezas cênicas da região também já haviam chamado a atenção das autoridades gaúchas, levando aos primeiros movimentos para a criação de um “Parque

Natural". Através do Decreto nº 8.406, de 15 de dezembro de 1957 declarou-se de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de 13.000 ha no então município de São Francisco de Paula, hoje município de Cambará do Sul (IBDF, 1984). Não foi efetuado, no entanto, nenhuma ação judicial de desapropriação e a área permaneceu na mão de particulares. Exatamente dois anos após o Decreto nº 8.406, o Governo Federal, através do decreto nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959, criou o Parque Nacional de Aparados da Serra, com área de 13.000 ha apenas em terras gaúchas, em áreas de campo ocupadas por criadores de gado e parcialmente utilizadas por algumas serrarias que ainda restavam (IBFD, 1984). Apesar do Ministério da Agricultura ter sido autorizado, por intermédio do serviço florestal, a entrar em entendimentos com os proprietários particulares de terras e prefeitura local, para o fim especial de promover doações, bem como efetuar as desapropriações indispensáveis à instalação do parque, nada foi feito. Apenas as serrarias foram fechadas e foram proibidas as vendas de pinheiros.

A situação legal do parque continuou pendente nas décadas seguintes tornando a relação com os proprietários antigos cada vez mais complicada. Completamente contrários à implantação do parque, eles reagiam ao problema fundiário e exigiam a indenização dos pinheiros existentes nas áreas desapropriadas. As ações de fiscalização por parte do órgão ambiental, por sua vez, não conseguiam garantir a intocabilidade dos recursos, como mostram os relatórios do Plano de manejo de 1984. Apesar da debilidade na estruturação formal do parque, a imposição legal do decreto criava uma construção simbólica e material ao nomear os primeiros desapropriados, como bem destaca Brustolin (2003, p. 40).

Por sugestão da Comissão de Revisão da Política Brasileira de Parques Nacionais, em conjunto com o grupo de Trabalho de Delimitação de Áreas Indígenas e Parques Nacionais, o PNAS teve seus limites reformulados (IBDF, 1984). A partir da expedição de um novo decreto (nº 70.296 de 17 de março de 1972), o Parque passou a englobar o *canyon* Itaimbézinho (sua principal

atração) e áreas no município de Praia Grande-SC, caracterizadas por vales situados entre as encostas do planalto - localmente conhecidas como “perais” - e passou a ter uma área de 10.250 ha. Ainda que, como observou Brustolin, (op. cit., p. 12) o parque tenha permanecido em “estado latente” durante essas duas primeiras décadas devido à falta de delimitação precisa e cadastramento dos moradores, essa situação foi corrigida com os vários levantamentos realizados em 1978, quando sua importância passou a ser fundamentada em estudos científicos. Tais estudos visavam dar um detalhamento da situação do parque: levantamento florístico e de mastofauna, detalhamento de limites, pesquisa cartorial e cadastramento dos proprietários. Esses últimos foram classificados em três grupos: a) proprietários já citados em processo desapropriatório; b) proprietários não incluídos na desapropriação; c) posseiros (IBDF, 1984, p. 24).

A mudança no conjunto de funções espaciais da encosta se iniciou com o reconhecimento, por parte do Estado, da importância científica atestada pelos relatórios oficiais. Esta reorientação normativa incidiu sobre um espaço onde crescia a demanda por parte de outros agentes interessados em utilizar de maneira direta os recursos da área. O cultivo de bananais, a abertura de roças para cultivo de feijão e milho, a extração de madeira para serrarias e lenha para secagem de fumo, a caça, eram atividades que respondiam pela base da economia local, conforme relatam nossos depoentes. As reações locais, portanto, eram de resistência à presença do parque. Por sua vez, essas atividades, efetuadas por pequenos proprietários ou arrendatários, não só eram vistas pela administração do parque como indesejáveis - “pressão antrópica” - mas como uma ameaça.

A fase que segue, foi classificada por Brustolin (op. cit., p. 39), como a “fase de efetivação”, já que, a obtenção de mais de metade da área fortaleceu a presença do parque na região. Através da negociação direta com os proprietários de suas terras e benfeitorias uma nova etapa na regularização fundiária foi iniciada a partir de 1980. Havia sido adquiridas, até janeiro de

1984, cerca de 5.800 ha de terras (IBDF, op. cit., 24). A nova situação fundiária foi oficialmente classificadas como:

- propriedades pertencentes à União:
- propriedades particulares ou sem informações fundiárias;
- propriedades adquiridas parcialmente.

O processo de aquisição pelo órgão ambiental de parte das propriedades através de um acordo de venda/entrega, como mostrou Brustolin (op. cit., p. 46), foi marcado por ambigüidades e contradições, gerando ressentimento em alguns moradores pelo descaso do Estado e pela falta de transparência nas negociações. Além disso, alguns moradores ficaram em condição irregular (em áreas pertencentes à União) e passaram a sofrer cada vez mais pressão dos órgãos ambientais, segundo a autora.

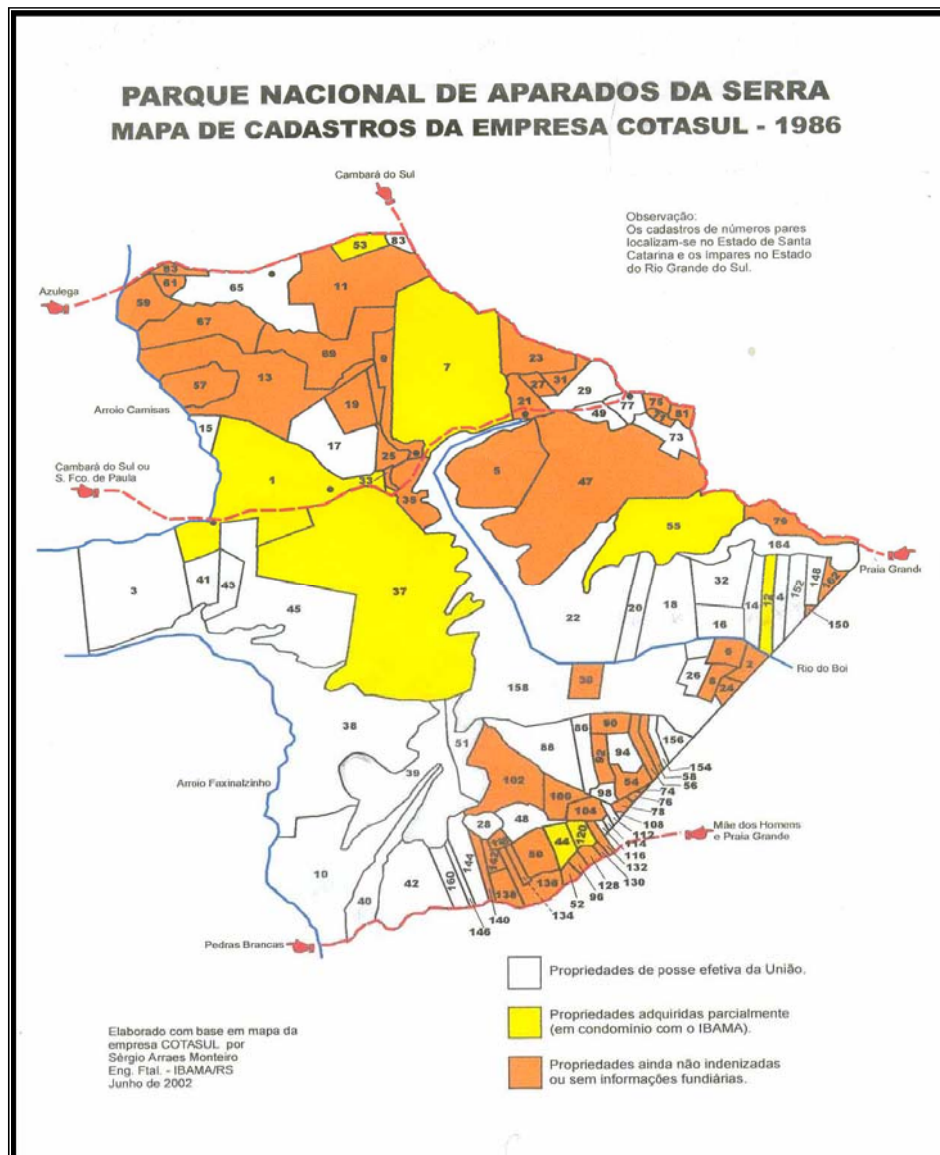


FIGURA 04 Mapa fundiário do Parque Nacional de Aparados da Serra

Fonte: IBAMA

A configuração espacial resultante, formada por uma lado pela infraestrutura do parque (construção de guaritas, a transformação das casas das fazendas compradas em alojamentos para pesquisadores, em casas para funcionários e o cercamento de uma parte da área destinada ao parque) e por outro pelas áreas particulares, é interpretada por Brustolin (op. cit., p. 59):

Tal configuração da área gerou uma situação de sobreposição entre espaços considerados públicos e privados. A propriedade formal das terras por parte do governo federal de mais de metade da área decretada como parque fortaleceu a percepção institucional sobre a área total como um patrimônio público a ser preservado, fragilizando a imagem da comunidade (em parte desmantelada com a entrega das terras). Para os moradores, porém, o parque deixou de ser a desapropriação, a promessa futura, ou as restrições pouco fiscalizadas, para tornar-se a presença cotidiana do poder estatal.

2.4 O DESENVOLVIMENTO DEMANDA PASSAGEM....

Pararelo ao processo de fortalecimento do parque enquanto espaço público de preservação, dinâmicas produtivas “vizinhas” impunham suas lógicas espaciais. O velho sonho da construção de uma estrada que ligasse Praia Grande à Cambará do Sul¹⁴, alimentado pelo vínculo do poder político local com o comércio entre o planalto e a zona litorânea catarinense, agora era reforçado pela promessa da exploração turística do canyon Itaimbézinho, pela indústria de fabricação de celulose e em menor grau pelo escoamento dos produtos agrícolas.

Os primeiros passos na construção de uma estrada já haviam sido dados em 1955 pelo comerciante e líder político local Abel Esteves de Aguiar, que, com verbas do Governo Federal durante a gestão de Nereu Ramos, deu início a abertura da estrada da Serra do Faxinal. Com a morte de Nereu Ramos em 1956, porém, as obras foram paralisadas.

¹⁴ A estrada geral Nereu Ramos, ligando Praia Grande a Araranguá foi aberta em 1943.



FIGURA 05 Foto da abertura da primeira estrada na Serra do Faxinal - 1955

Fonte: Fotos Arte Gil

A concretização da sua abertura ocorreu no começo dos anos de 1980, quando foram concluídas as obras da estrada interestadual Praia Grande-Cambará do Sul. As reportagens jornalísticas da época mostram os conflitos de interesses envolvidos¹⁵. Em vista da estrada passar pela periferia do Parque, o IBDF colocou sérias restrições quanto à conclusão nas terras riograndenses. Contudo, a integração a ser proporcionada pela “estrada da serra”, fundamental

¹⁵ Sentinela Cambaraense. Informativo da Prefeitura Municipal de Cambará do Sul – RS. Ano I, nº 11. Dez. 1978.

para os interesses econômicos locais, era defendida como uma reivindicação das comunidades vizinhas ao Parque. Para Cambará do Sul principalmente, uma vez que, a estrada permitia rápido e fácil acesso ao Vale do Araranguá e BR 101, via Praia Grande. Era, portanto, do interesse das indústrias locais, principalmente por parte da Celulose Cambará S/A que seria beneficiada com o escoamento de sua produção de papel e o abastecimento da fábrica. A estrada também permitiria um contato fácil e rápido da serra com a zona litorânea catarinense, tradicional fornecedora de produtos agrícolas¹⁶.

Além disso, a partir de 1960 o Parque começou a ser freqüentado por jovens mochileiros, excursionistas de final-de-semana e famílias das cidades vizinhas. Uma manchete na década de 1960 no principal jornal gaúcho, atesta o papel do Parque na gênese das novas atividades de lazer na região: “Turismo ganha novo impulso com o Parque Nacional de Aparados da Serra”¹⁷. O canyon Itaimbézinho, o maior atrativo do PNAS, passa a ser denominado na imprensa gaúcha como a “jóia rio-grandense”. O PNAS passou a ser um destino de lazer cada vez mais procurado pela populações urbanas das cidades gaúchas de Caxias do Sul, Porto Alegre, Novo Hamburgo e São Leopoldo. O relato verbal de uma antiga moradora, com área dentro do PNAS nos permite ter uma idéia dessa movimentação:

Quando abriram as estradas para as serrarias, logo em seguida começou a vir gente, né. Daí, fizeram aquele hotel ali, daí veio gente para acampar. Tinha tempo que tinha barraca dentro da lavoura, nossa lavoura ali embaixo dos eucaliptos, tinha ali na frente da casa (...) Eu fiz muito dinheiro com os veranista. Eu vendia de tudo. Uma Páscoa, Quinta, Sexta, Sábado e Domingo, dá quatro dias. Mas Quinta quase nunca era muita gente. Sexta e Sábado era bastante. Uma vez eu fiz cinqüenta e cinco quilos de farinha de trigo em pão, assado no fogão. Estava uns crescendo e eu já estava sovando os outros. O Eliseu me ajudava. O

¹⁶ Sentinela Cambaraense. Informativo da Prefeitura Municipal de Cambará do Sul – RS. Ano I, nº 11. Dez. 1978.

¹⁷ Correio do Povo. Domingo 10 de Janeiro de 1960. p. 13

marido da Eliete me ajudava a amassar, né. Assei pão dia e noite, para cinqüenta e cinco quilos em pão é muito pão né, pra vender pra veranista assim acampado. Eu vendia feijão cozido, eu vendia queijo, eu vendia leite, vendia vinho, vendia cachaça, tudo¹⁸.

Esta movimentação foi confirmada no relatório do ano de 1966, feito pelo Dr. Antonio Lara, administrador do Parque Nacional. Ele afirmava que haviam sido registrados mais de 10.000 visitantes na área, e que o SETUR (Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul) havia construído uma hospedaria e um restaurante, que não operavam por falta de abastecimento de água e energia elétrica. Segundo o Plano de manejo de 1984, a regularização da exploração dessas construções foi realizada sem qualquer entendimento com o serviço florestal do Ministério da Agricultura e só veio a acontecer em 1971, com assinatura de convênio entre IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e SETUR (IBDF, 1984).

Principal projeto turístico do RS, a dinâmica assumida pela exploração turística do Parque, articulava interesses de agentes em várias escalas. O projeto elaborado em conjunto entre a EMBRATUR e as Secretarias dos Transportes e Cultura, Desporto e Turismo visava o aproveitamento dos “excepcionais recursos paisagísticos do Itaimbézinho” de forma a igualá-lo às Cataratas do Iguaçu. A reportagem enfatizava os contatos que estavam sendo feitos com o IBDF, a fim de “traçar as diretrizes concretas para a implantação de uma infra-estrutura, sem agredir de forma alguma, a fisionomia natural da região do Itaimbézinho”¹⁹. As providências a serem tomadas, segundo o diretor da EMBRATUR, Sr. Lauro Guimarães, diziam respeito à construção de uma estrada de acesso asfaltada ligando São Francisco de Paula ao local: “com este acesso, está resolvido o problema de organizar excursões de Porto Alegre e outras cidades do Estado”, além da construção de uma “rodovia de boa

¹⁸ KLIPP, Maria. Entrevista concedida à autora. Cambará do Sul, 31/10/ 2002.

¹⁹ Sentinela Cambaraense. Ano IV, nº 37, nov 1981

qualidade”, ligando a serra ao mar, para que “visitantes de outros estados ingressem no Rio Grande do Sul pela BR-101”. Os planos de produzir um espaço adequado às demandas turísticas não paravam por aí. O diretor da EMBRATUR frisava que: “o mais importante do projeto serão os equipamentos de lazer, que serão construídos junto ao *canyon*, com hotéis, restaurantes, parques e outras atrações para todas as categorias de turistas, sejam adultos ou crianças”. No início de 1982 foi assinado um termo aditivo a um convênio existente entre o IBDF e a EMBRATUR com a finalidade específica de iniciar a infra-estrutura para receber os turistas (IBDF, 1984). Um pouco antes, em novembro de 1981, havia ocorrido o que foi chamado de “solenidade de implantação do PNAS”. As falas dos agentes na cerimônia, registradas na mídia local²⁰ são elucidativas das propostas para o espaço em questão. Para o governador gaúcho, Amaral de Souza, a política de preservação da natureza através de parques nacionais era compatível com o desenvolvimento econômico, uma vez que “não existe contradição entre meio ambiente e progresso. O homem hoje tem à sua disposição, uma tecnologia que permite a preservação do meio ambiente”. O presidente do IBDF, Dr. Mauro da Silva Reis, destacou a prioridade dada pelo Presidente João Batista Figueiredo à implantação e regularização fundiária dos Parques Nacionais. A “beleza excepcional, o valor científico e cultural”, eram inegáveis e justificavam que fossem empreendidos esforços no sentido de buscar um acordo com os proprietários, já que o parque significava “muito mais que um bem ao Rio Grande do Sul, é um bem à humanidade”. Devidamente equipada, a paisagem agreste podia finalmente servir como fonte de renovação espiritual para a massa urbana, proposta evidenciada no discurso do Prefeito de Cambará do Sul:

Após 22 anos do Decreto de Juscelino Kubitscheck, eis que chega o dia da implantação. No momento em que a consciência gaúcha se preocupa com o pólo petroquímico, fruto do progresso e da mão do homem, surge um Parque Nacional, que é fruto da obra divina e um presente da natureza (...) Nos momentos atuais, onde as populações das cidades

²⁰ Sentinela Cambaraense. Ano IV, n° 37, nov 1981.

andam tão ávidas de lazer e recreação junto à natureza, para revigorar suas energias e respirar ar puro, sentindo o contato com o belo e o infinito, Cambará do Sul tem o privilégio de oferecer ao visitante , os dois mais significativos pontos turísticos²¹.

Era preciso “mostrar o Itaimbézinho para o mundo, dar condições para que o turista chegasse até ele, além de dotá-lo com infra-estrutura: estradas trafegáveis, energia elétrica e água encanada”²². A natureza, assim, precisava ser modificada, acrescentada de “novidades úteis”, para ser apreciada pelo homem moderno, urbano. Os líderes políticos locais (do RS e SC) na fundada Associação Serra e Mar, também coadunavam com esta perspectiva, acreditando que “o Itaimbézinho poderá ser a oitava maravilha do mundo, dependendo apenas da infra-estrutura”²³. A “gigantesca” estrada do Faxinal - era “um braço que se estende à Serra e outro ao mar e desse aperto de mão resultará a integração do vale do Araranguá com os Campos de Cima da Serra”²⁴.

A exploração turística, inseria-se assim, em uma ampla rede de interesses, incluindo os órgãos governamentais gaúchos, representantes das administrações locais (Praia Grande e Cambará do Sul) e empresários. Apesar das restrições impostas pelo IBDF à construção da estrada, os interesses desenvolvimentistas saíram fortalecidos e redundaram em ações que buscavam “modernizar” o espaço, dotando-o de infra-estrutura. A ocupação do parque pelos interesses turísticos culminou com as propostas do governo estadual gaúcho, no início da década de 1990, de construção da estrada Rota do Sol, ligando a serra ao litoral norte gaúcho, asfaltamento da via de acesso ao Itaimbézinho e instalação de um teleférico²⁵. As conseqüências dessas ações e

²¹ Sentinela Cambaraense. Ano IV, n° 37, nov 1981.

²² Sentinela Cambaraense. Ano II, n ° 14 out. 1979.

²³ Ibidem

²⁴ Ibidem

²⁵ NH. Terça-feira. 8 de maio de 1990. p. 3

a conformação de uma arena conflituosa, envolvendo a presença de outros atores, será objeto de nossa análise na parte II.

A emergência e fortalecimento dos grupos ligados ao turismo segue, no entanto, lado a lado com as atividades econômicas tradicionais. As encostas e as várzeas continuaram sendo exploradas por atividades agrícolas e extrativistas. Liquidada pela força dos dispositivos legais, a cultura da cana-de-açúcar cedeu lugar às culturas de banana, fumo e, gradativamente, a de arroz. Conforme mostra artigo jornalístico da época²⁶, as bananas produzidas na encosta abasteciam Porto Alegre e grande parte do estado do RS. As possibilidades de exploração de terras para rizicultura, a partir de obras de drenagem realizadas pelo estado, inicia-se na década de 1960, em terras no vale do Araranguá (LAGO, 1988, p. 160). A inclusão do município de Praia Grande acontece a partir de 1974, quando foi definida uma área no litoral Sul de Santa Catarina para implantação de um "Projeto de Desenvolvimento Hortigranjeiro", abrangendo uma área de 15.200 ha nos municípios de Jacinto Machado, Praia Grande, São João do Sul e Santa Rosa do Sul, intitulado "Projeto Sombrio". O extrativismo florestal também teve um papel significativo na economia local. Alavancado pela produção de fumo no período de 1970-80, que passou de 857 para 2.219 toneladas, o corte de árvores nativas para obtenção de lenha, consumida principalmente na secagem das folhas, passou de 3.000m³ para 51.000m³ (UFSC, 1988).

²⁶ Jornal Correio do Povo. Terça-feira, 13 de Janeiro de 1959, p. 11

PARTE II

3. A (NÃO) TRANSFORMAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS : DA VISIBILIDADE AO CONFLITO

Não poderíamos entrar em uma análise empírica dos conflitos sem antes nos determos um pouco sobre o debate no campo das mudanças sociais e conservação. Apesar da forte presença de posições vinculadas à ideologia da natureza selvagem, seria injusto e falso afirmar que não houve mudanças importantes nas últimas décadas na orientação conceitual. Neste capítulo, recuperamos primeiramente o que se identifica como as principais mudanças com relação às políticas de conservação e o que se reconhece como as causas e forças subjacentes a esta mudança de orientação. Em seguida, mostramos os principais desafios relativos à presença humana em áreas protegidas, o contexto brasileiro e a posição das organizações não-governamentais frente ao debate. Por último, apresentamos breves notas sobre a emergência e uso do termo 'conflito sócio-ambiental' nas análises.

3.1 ÁREAS PROTEGIDAS: ENTENDIMENTO CONVENCIONAL E EMERGENTE

A partir dos anos de 1980 e 1990, foram pródigas as mudanças nas orientações conceituais que regem a criação e implantação de áreas protegidas. Como resultado, vários países incorporaram estas mudanças nas suas legislações, ainda que entraves relacionados a problemas fundiários, políticas macro-econômicas, conflitos políticos e étnicos e desigualdade nas relações de poder, nos diversos níveis sociais, tenham impedido que estas mudanças alcancem a realidade de todas as unidades, como advertem Borrini-Feyerabend et alli (2004, p. 3).

As diretrizes da Comissão Mundial de Áreas Protegidas (World Commission on Protected Areas - WCPA) / União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN - The World Conservation Union) (BORRINI-FEYERABEND et alli, 2004, p. 3), apontam vários fatores para estas mudanças, conforme mostramos no quadro a seguir.

Quadro 01 – Entendimento convencional de áreas protegidas

- Estabelecidas como áreas separadas
- Manejadas como “ilhas”
- Manejadas reativamente, dentro de um período de tempo curto, dando pouca importância as lições aprendidas a partir da experiência
- Relacionadas à proteção de bens naturais e paisagísticos existentes – não sobre a restauração de valores perdidos
- Criadas e geridas para a conservação (não para o uso produtivo) e proteção cênica (não para o funcionamento de ecossistemas)
- Estabelecidas de maneira tecnocrática
- Geridas por cientistas naturais e peritos em recursos naturais
- Estabelecidas e geridas de forma a controlar a atividade de pessoas locais, sem preocupação com as suas necessidades e envolvimento
- Geridas pelo governo central
- Pagas pelos contribuintes
- Benefícios da conservação assumidos como auto-evidentes
- Beneficia primeiramente visitantes e turistas
- Vistas como um bem para o qual as considerações nacionais prevalecem sobre as considerações locais

Fonte: Traduzido e adaptado de BORRINI-FEYERABEND et alli, 2004, p. 3

Quadro 02 - Entendimento emergente de áreas protegidas

- Planejadas como parte de um sistema nacional, regional e internacional
- Manejadas como elementos de “redes” (áreas protegidas conectadas por “corredores”, “stepping stones” e usos da terra amigáveis à biodiversidade)
- Manejo adaptativo, em uma perspectiva de longo prazo, tirando vantagem do aprendizado contínuo
- Relacionadas à proteção, mas também à restauração e reabilitação, para que valores perdidos ou erodidos possam ser recuperados
- Criadas e geridas para a conservação, mas também para objetivos científicos, culturais e sócio-econômicos (incluindo a manutenção de serviços ecossistêmicos)
- Estabelecidas como um ato político, requerendo sensibilidade, consultas e julgamento astuto
- Geridas por indivíduos com múltiplas habilidades, incluindo algumas habilidades sociais
- Estabelecidas e geridas com, para e em alguns casos pelas pessoas locais; sensíveis aos problemas das comunidades locais (que são empoderadas como participantes na tomada de decisão)
- Geridas por vários parceiros, incluindo diferentes camadas do governo, comunidades locais, grupos indígenas, setor privado ONGs e outros.
- Pagas por muitas fontes e quando possível, auto-sustentadas
- Benefícios da conservação avaliados e quantificados, vistos como uma herança comunitária assim como um bem nacional
- Beneficiam primeiramente as comunidades locais que assumem as oportunidades e custos da conservação

Fonte: Traduzindo e adaptado de BORRINI-FEYERABEND et alli, 2004, p. 3

As mudanças nas práticas conservacionistas, no manejo de recursos naturais em geral e de áreas protegidas em particular foram baseadas em mudanças de várias ordens, acompanhando o movimento da sociedade. Para

Phillips, estas mudanças são muito profundas e estão ligadas não só a um entendimento de como a natureza funciona, mas também de como se operam as mudanças sociais (PHILLIPS, 2003). Para o autor, estas mudanças estão vinculadas à compreensão científica, à consciência cultural e social, ao reconhecimento dos direitos humanos, ao desenvolvimento político, ao desenvolvimento geral de práticas administrativas, aos avanços tecnológicos e às forças econômicas. Baseando-nos nas idéias de Phillips (2003), apresentaremos de forma sucinta, os principais fatores relacionados a estas mudanças.

O conhecimento científico trouxe novas abordagens para o problema da distribuição espacial das áreas protegidas. A ampliação das áreas de conservação em um sistema que compreenda escalas regionais, nacionais e internacionais, baseia-se na fundamentação de que é necessário uma maior amplitude e interligação entre áreas de conservação. Falhas da visão de “natureza selvagem”, foram apontadas, principalmente com descobertas de impactos humanos em áreas que até então eram consideradas isoladas, como a Amazônia e a Austrália. O conhecimento científico também produziu técnicas para a restauração ecológica, abriu novas fronteiras para a conservação em habitats marinhos e agora se depara com desafios referentes às mudanças climáticas.

A emergência de uma consciência cultural e social, encorajou um maior respeito por comunidades locais, povos indígenas e tradicionais. Passou-se também a perceber e apreciar a relação destes povos com a natureza, com uma atenção para as práticas sustentáveis, além de incorporar pontos de vista e experiências das mulheres. A presença destas comunidades em áreas destinadas à preservação também levou a um questionamento do valor do conceito de natureza selvagem e à preocupação com a não-marginalização das minorias étnicas. Ocasionalmente também a elaboração, em décadas recentes, de leis internacionais sobre os direitos humanos, relacionados principalmente aos dos povos indígenas e ao meio ambiente (ILO Convention 169; draft

Declaration on the Rights of Indigenous Peoples and the Inter-America Declaration on the Rights of Indigenous Peoples). Esta orientação jurídica influenciou uma mudança de abordagem por parte dos governos que têm áreas protegidas em terras indígenas, como por exemplo, na América Latina, Nova Zelândia e Austrália, no sentido de incorporar as comunidades locais no manejo e criação de áreas protegidas.

No âmbito político, mudanças mais amplas ocorridas na sociedade mundial como o processo de democratização da sociedade e o fortalecimento de níveis regionais e locais de poder (incluindo populações indígenas); a participação de ONGs em áreas protegidas; a inserção de mecanismos de mercado no manejo de áreas protegidas e o reconhecimento dos governos da responsabilidade internacional pela proteção da natureza são também apontadas como interrelacionadas.

A mudança de orientação nas áreas protegidas também sofreu influências no seu aspecto administrativo e se viu invadida por teorias econômicas. Assim, a adoção de uma abordagem multidisciplinar fez-se necessária, face aos vários desafios enfrentados pelas administrações destas áreas e que extrapolam a formação das ciências biológicas e exatas. Passou-se a valorizar também a combinação entre uma estratégia com objetivos claramente definidos e um manejo adaptativo. Além disso, passaram-se a considerar aspectos relacionados a valores e benefícios que as áreas protegidas representam, ao desenvolvimento de planos de negócios para estas áreas e a inclusão da idéia de geração de renda para suplementar as subvenções governamentais.

Graças aos avanços tecnológicos, o uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG) tornou-se possível manusear e compartilhar uma grande quantidade de informação, criando não só um conjunto novo de entendimento e expectativas para todos os envolvidos, mas também encorajando uma crença de que os limites do possível está mais ligado a fatores humanos e políticos que técnicos, observa o documento (PHILLIPS, 2002).

3.2 PRESENÇA HUMANA: AVANÇOS E DESAFIOS

3.2.1 Preservar ou conservar?

Embora com muitos avanços, a criação de áreas protegidas no mundo continua apresentando muitos pontos de conflito. Nas últimas décadas, tem ganhado cada vez mais visibilidade o problema enfrentado pelas populações residentes dentro ou no entorno de tais áreas no que se refere a pendências fundiárias, expulsão e inflexibilidade dos órgãos ambientais com relação ao uso da terra. Esse aumento na visibilidade está relacionado principalmente ao aumento no número de áreas protegidas. No Brasil, a designação de mais de um terço das áreas protegidas brasileiras ocorreu na década de 1980. De 1962 a 2003, o número de áreas protegidas no mundo aumentou dez vezes, de 9.214 para 102.102 (Chape et. al. 2003). Atualmente 12,65% do mundo são áreas protegidas, o equivalente ao tamanho da América do Sul (MANFREDO, 2004). Este aumento, no entanto, nem sempre significou a regularização destas áreas. Colchester (2003) mostra que segundo os dados da IUCN para 1985, 86% das áreas protegidas na América Latina são habitadas, 80% das áreas protegidas na América do Sul possuem pessoas morando dentro delas, 85% na América Central e, no mundo inteiro, 70% das áreas protegidas são habitadas.

O aumento no número de áreas protegidos foi paralelo a uma busca pelo reconhecimento formal dos direitos destas populações, fazendo com que os termos populações nativas, tribais, indígenas e tradicionais tenham sido objeto de intenso debate, tanto no que se refere aos conceitos, quanto as expressões em diferentes línguas, como observa Diegues (1996, p. 80). O autor chama a atenção para o fato de que o termo “indigenous”, em inglês, não quer dizer necessariamente indígenas, no sentido étnico e tribal, mas “nativo”.

Além disso, o conceito do Banco Mundial presente no Bank's Tribal People's Policy Statement, 1982) para povos nativos (indigenous) teve que ser mudado, pois baseava-se nas condições de vida dos povos indígenas da Amazônia e não se adaptava a outras regiões do mundo (DIEGUES, 1996, p. 81). O termo povos tribais foi substituído por povos nativos (indigenous) e uma nova definição proposta para as populações que mesmo que sejam oriundas de diferentes regiões geográficas apresentem as seguintes características, ainda segundo Diegues (1996, p. 81):

- a) ligação intensa com os territórios ancestrais;
- b) auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos;
- c) linguagem própria, muitas vezes não a nacional;
- d) presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais;
- e) sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência.

O reconhecimento de que o estabelecimento de áreas protegidas deve levar em conta as populações locais tem uma longa história de avanços e desafios, com dissenso principalmente dentro dos grupos ligados à conservação da natureza. Essa preocupação começa a aparecer em 1975, quando a UICN passou uma resolução na 12ª Assembléia Geral no Zaire, reconhecendo o valor e importância "dos modos tradicionais de vida e das habilidades das pessoas que as permite viver em harmonia com o seu ambiente". A resolução recomendava que os governos "mantivessem e encorajassem métodos tradicionais de viver" e "concebesse meios de assegurar que os povos indígenas destinassem suas terras para áreas de conservação sem renunciar à propriedade, uso ou posse". A mesma resolução também posicionava-se contra o deslocamento populacional e afirmava que

nenhuma reserva deveria ser proclamada em nenhum lugar sem consulta adequada.

A relação entre as populações locais e as unidades de conservação começou a aparecer de forma mais clara nos debates internacionais a partir do Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais (1962), em Bali, Indonésia. Mesmo que evitando explicitamente endossar os direitos de populações tradicionais com relação a uma total autonomia (self-determination) ou reconhecer seus direitos de propriedade e controle de seus territórios, a resolução advogou que a implementação de arranjos de co-manejo (joint management arrangements) seja feito entre as sociedades que têm tradicionalmente efetuado o manejo de recursos e as autoridades das áreas protegidas (COLCHESTER, 2003, p. 59).

O Programa da UNESCO “ O Homem e a Biosfera” também tentou incorporar a dimensão humana ao lançar mão da estratégia de zoneamento. Uma zona *core* que excluía a ocupação ou uso humano seria atenuada do mundo externo por uma *buffer zone* (zona de amortecimento) definida como uma zona periférica a um parque nacional ou reserva, onde são colocadas restrições de uso ou são efetuadas medidas especiais de desenvolvimento, de forma a melhorar o valor de conservação da área (idem, p. 61)²⁷.

Mas é definitivamente a partir da década de 1980, que o debate sobre esta problemática avança para além dos circuitos ambientalistas tradicionais. Não só são publicados artigos internacionais criticando a expulsão das populações tradicionais das unidades de conservação, mas também essas populações passam a receber atenção especial nas conferências da UICN (DIEGUES, op. cit., p.101). Na Conferência da UICN realizada em Ottawa (Canadá) em 1986, cujo tema era “Conservação e Desenvolvimento: Pondo em Prática a Estratégia Mundial para a Conservação”, recomendou-se de forma

²⁷ “a zone, peripheral to a national park or equivalent reserve, where restrictions are placed upon resource use or special development measures are undertaken to enhance the conservation value of the area” Tradução nossa.

explícita que os povos tradicionais não tivessem seu modo de vida alterados se decidissem permanecer em áreas de parques, ou que não fossem reassentados fora delas sem seu consentimento.

Os novos princípios buscando encorajar formas mais inclusivas de conservação levam a World Conservation Union, em 1994, a abrir a porta para novos modelos de áreas protegidas, sob a propriedade e administração de uma variedade de atores – agências não governamentais, proprietários de terras, corporações, comunidades locais e populações tradicionais (COLCHESTER, op. cit., p. 80). Esta tendência foi seguida pelo WWF, que em 1996, depois de anos de negociações com organizações indígenas adotou uma Declaração de Princípios sobre as Populações Indígenas e Conservação, endossando a UN Draft Declaration on the Rights of Indigenous Peoples. Essa declaração “aceita” que um engajamento construtivo com as populações indígenas deve iniciar com o reconhecimento de seus direitos, e apoia o direito das populações indígenas de possuir, administrar e controlar suas terras e territórios e beneficiar-se da aplicação do seu conhecimento, aponta Colchester.

Com tantas críticas, a exclusão das populações para a criação de áreas protegidas, defendida pelos preservacionistas, passou por mudanças no referencial conceitual e político das áreas protegidas, propostas durante o Protected Areas in the 21st Century Symposium organizado pela World Commission on Protected Areas (WCPA) na Austrália (1997). Ferreira (2003, p. 33) explica que o paradigma *ilhas de biodiversidade circundadas por paisagens alteradas pela ação humana predatória*, de orientação preservacionista, cedeu lugar ao paradigma *bioregional*, de cunho conservacionista e que previa a criação e manutenção de redes de áreas protegidas integradas ao contexto regional onde se inserem. Essa nova orientação conservacionista, segundo a autora, levou a “uma mudança de foco em direção às dinâmicas sociais no interior e no entorno das áreas consideradas prioritárias para conservação”.

Ferreira (2003, p. 34) lembra que a tendência de aceitar a presença de populações em áreas de preservação, presente nos vários debates internacionais já há duas décadas, e responsável por várias mudanças de ordem jurídica e institucional, inclusive no Brasil, tem tido vários revêzes. Sai fortalecida a idéia de que as áreas protegidas são responsáveis primordialmente pela conservação adequada da biodiversidade e não podem ser responsabilizadas pela implantação do desenvolvimento sustentável²⁸.

3.2.3 Populações e áreas protegidas no Brasil

Apesar de uma pródiga base legal, com aumento das responsabilidades do Poder Público e do setor produtivo, o considerável aumento de UCs não representou uma negociação com a sociedade, resultando muitas vezes no não-cumprimento das determinações (ANDREOLI, 1992, p. 14). Diegues (op. cit., p. 116) também ressalta a arbitrariedade destas decisões uma vez que nem as populações, nem as regiões afetadas foram consultadas.

Um ambientalismo mais preocupado com as questões sociais só apareceu a partir dos anos de 1980, com o processo de redemocratização brasileira, embora o surgimento de um movimento ecológico no Brasil como ação coletiva já tivesse se dado na década de 1970, com a formação da Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural – AGAPAN (ANDREOLI, op. cit., p. 20). Como frisou Scotto (op. cit. p. 86), a entidade pautou-se no ativismo militante e incentivo à mobilização cidadã pois “assumia uma posição crítica em relação às características assumidas pela civilização urbano-industrial contemporânea” ao incluir questões como o “combate à poluição, luta contra o uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas, a promoção da

²⁸ Ver: Parks in Peril: people, politics and protected áreas (The Nature Conservancy – TNC) e People and Parks: linking protected areas with local communities

ecologia como ciência da sobrevivência”. Sua atuação, no entanto, era de apoio à criação de parques, reservas e áreas especialmente protegidas, ações que encontravam fraca oposição (ANDREOLI, op. cit., p. 20).

No Brasil, a discussão sobre os conflitos advindos da relação entre populações e unidades de conservação é relativamente recente (VIANNA, 1994), embora historicamente, estas populações tenham sido consideradas um empecilho à conservação, sendo comumente referidas em relatórios como posseira e degradadora como assevera Diegues (op. cit.). Uma preocupação em adequar a realidade brasileira aos conceitos internacionais de preservação sem questionamento do nosso contexto político, econômico e cultural, desencadeou ações que visavam retirar estas populações do interior dos limites e resultaram em situações de conflito e desconfiança (BRITO, 2000, p. 106). Para citar alguns exemplos, nos Parques Nacionais de Iguazu e da Serra da Bocaina e nas Estações Ecológicas de Aiuaba, Anavilhanas, Maracá-Jipioca e Serra das Araras foram efetuadas retiradas de populações com pagamento de indenizações (BRITO, op. cit., p. 106). Esta situação de imposição de modelos de preservação visando “proteger áreas naturais de grande beleza cênica para usufruto dos visitantes (de fora da área)” (Diegues, op. cit., p. 99), contra os avanços da sociedade urbano-industrial, também reflete aquilo que Santos denominou de “relação de dominação das sociedades urbanas frente às sociedades rurais, pelo fato de as primeiras ocuparem todos os espaços produtivos, urbanos ou rurais, transformando-os em espaços de produção e consumo da economia pós-industrial” (SANTOS, 1985).

As áreas destinadas à preservação muitas vezes - mas nem sempre - eram espaços habitados por populações apartadas ou parcialmente integradas a sociedade urbana-industrial. Diegues (1983) oferece o termo *cultura tradicional* para designar o modo de vida das populações associadas a “pequena produção mercantil”. Para o autor “estas culturas se distinguem das associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e

venda (mercadoria). Neste sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes” (Diegues, 1994, p. 82). Vale lembrar, no entanto, a ressalva do mesmo autor (idem, p. 93) de que estas culturas tradicionais decorrentes da pequena produção mercantil não se encontram hoje tão isoladas, estando em maior ou menor grau dependentes do modo de produção capitalista, resultado de um processo de mudança social e econômico a que estão submetidas.

O reconhecimento dos direitos e a defesa dos interesses dessas populações começaram a aparecer em meados dos anos de 1970, tanto aqui no Brasil como no resto do mundo e ganharam visibilidade social na década de 1980. Um caso exemplar foi os movimentos sociais iniciados na década de 1970 por seringueiros no Acre buscando a posse efetiva da terra e a manutenção do seu modo de vida tradicional, que resultaram na criação das Reservas Extrativistas²⁹, e que ganharam notoriedade internacional depois do assassinato de Chico Mendes em 1988. A partir dos anos 1980, ambientalismo e movimentos sociais encontram um denominador comum, questionando a destruição da floresta amazônica, dos seringais e a construção de barragens. Representantes do Conselho Nacional de Seringueiros, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pescadores Tradicionais, trouxeram à tona a necessidade de se repensar a função de parques e reservas e o papel de seus tradicionais moradores (Diegues, 1996:130). Este movimento está para Diegues (136) “atrelado ao próprio processo de reorganização da sociedade civil brasileira, por meio de um grande número de movimentos sociais, o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo, de organizações não-governamentais e um conjunto de alianças que incluem também parte do movimento ecológico tanto nacional quanto internacional”. A necessidade da participação no processo de gestão destas unidades, tem levado, mais

²⁹ A primeira foi oficialmente criada em 1988, como Projeto de Assentamento Extrativista, parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do Incra (Portaria nº 627/Incra), passando em 1997 a fazer parte das Unidades de Conservação de responsabilidade do Ibama (Decreto Governamental nº 98.897). (DIEGUES, 1996:147).

recentemente, à criação de inúmeras associações ou entidades civis (BRITO, 2000:109).

O reconhecimento do Brasil no cenário mundial como um país megadiverso e os parques nacionais como principal instrumento da conservação da biodiversidade levou a importantes discussões em âmbito nacional durante a Primeira Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em Brasília, em novembro de 2003³⁰. A política de proteção da biodiversidade e dos recursos naturais por meio das áreas protegidas foi alvo de muitas críticas, no que se refere a exclusão das comunidades locais na criação e implantação das unidades (FERREIRA, I. 2004). A formulação de uma nova política para as áreas protegidas brasileiras tem, pois, um duplo desafio: por compromisso assumido pelo Brasil no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), durante a 7ª Conferência das Partes na Malásia em fevereiro de 2004, quando o Brasil ratificou seu compromisso em relação às áreas protegidas, com o objetivo de “reduzir significativamente a taxa de perda de biodiversidade em nível global, regional e nacional e subnacional e contribuir para a redução da pobreza e a busca do desenvolvimento sustentável”³¹. O outro desafio seria o incorporamento por parte das políticas brasileiras dos resultados do V Congresso Mundial de Parques (realizado em 2003, na África do Sul) que aponta para questões relativas a uma maior “equidade da repartição de custos e benefícios advindos das áreas protegidas; e a valorização das terras e povos indígenas, bem como de outras comunidades e saberes tradicionais, para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade”.

Atualmente são reconhecidos pelos órgãos de meio-ambiente no Brasil as seguintes populações tradicionais não-indígenas: açorianos, babaçueiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros

³⁰ Disponível no site www.mma.gov.br/conferenbianacional

³¹ Disponível no site www.iucn.org/themes/wcpa/wcp2003

(pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros e varjeiros (ribeirinhos não-amazônicos).

3.3 O CONFLITO NA AGENDA CONSERVACIONISTA

3.3.1 Matrizes teóricas nos estudos de conflitos

A construção da idéia de conflito encontra-se firmemente associada ao controle de recursos conforme explica-nos Bobbio, Matteuci & Pasquino (1992, p. 225): “*existe um acordo sobre o fato e que o Conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos.*” Não que a interação entre os grupos sociais, indivíduos, organizações e coletividades seja definida somente através de disputas. Formas de cooperação entre os diversos agentes também se constitui em um outro parâmetro através do qual podemos definir qualquer sociedade histórica.

A abordagem de conflitos dentro da tradição acadêmica das ciências humanas e sociais está ligada a dois grandes modelos conceituais: a) Continuum - tributária de teóricos como Comte, Spencer, Pareto, Durkheim, Talcott Parsons. Uma vez considerados a harmonia e o equilíbrio o estado normal dos sistemas sociais, o Conflito é visto como uma patologia social, uma perturbação ou distúrbio na ordem de tais sistemas (BOBBIO, MATTEUCI & PASQUINO, 1992, p. 227). Esforços teriam que ser direcionados para mitigar ou neutralizar tais disputas. Neste contexto, as análises e intervenções levam em consideração os desvios a partir de um estado original de equilíbrio (FERREIRA, 2005, p.118).

Esta posição antagoniza com uma visão processual da vida social, que reconhece que qualquer grupo ou sistema social é constantemente marcado por conflitos, uma vez que em nenhuma sociedade a harmonia ou o equilíbrio foram normais, sendo portanto, “elemento intrínseco aos sistemas sociais e políticos, e ineliminável a longo prazo” (BOBBIO, MATTEUCI & PASQUINO, 1992, p. 227). Seguindo uma orientação marxista, esta visão preconiza que através dos conflitos surgem as mudanças e se realizam os melhoramentos (BOBBIO, MATTEUCI & PASQUINO, 1992; VAYRYNEN, 1991 APUD FERREIRA). Vistos desta forma, os conflitos podem ser catalisadores de mudanças dentro destas mesmas estruturas e podem ser vistos como uma maneira positiva de engajar uma diversidade de opiniões e idéias, tornando-se até mesmo uma ferramenta para avançar na busca de soluções (CASTRO & NIELSEN, 2004). Mecanismos tais como adaptação, auto-regulagem e mudança, acionados por sociedades conflituais, são considerados positivos. As formas de organização social consideradas consensuais ou conformistas não utilizam estes mecanismos, o que pode ser considerado um fato prejudicial para as mesmas (BOBBIO, MATTEUCI & PASQUINO, 1992:229). A ausência de conflitos explícitos não indica, todavia, uma situação de consenso (ASCELARD, 1991 APUD BUCKLES E RUSNAK, 2000). Para os autores, o processo de exclusão sistemática das populações locais nos processos de tomada de decisões ou a desinformação acerca de indicadores de crise ecológica podem, na realidade, encobrir conflitos importantes.

Bobbio, Matteuci & Pasquino (1992, p. 226) também observam que os sistemas contemporâneos e as sociedades organizadas procuram abrandar e/ou diluir o impacto dos conflitos sobre suas estruturas através de vários mecanismos. Um deles seria a tentativa de orientar o potencial da mudança para um sentido pré-estabelecido. A outra estratégia seria a elaboração de regras que fossem aceitas pelos participantes. Uma vez que o desenvolvimento do conflito seguisse tais regras aceitas, sancionadas e observadas, aconteceria a sua *institucionalização*.

3.3.2 A inserção das Organizações Não-Governamentais no debate

Como já vimos, o aumento no número de parques e áreas protegidas em diferentes contextos políticos e sócio-culturais foi seguido por uma expansão e variação no conceito, propósitos, associações institucionais e filosofias de manejo, como também observou Manfredó (2004). Decorre deste processo um enfrentamento não só no nível das populações diretamente envolvidas, mas um “efeito dominó”, com a proliferação e propagação do conflito para outras escalas, envolvendo principalmente organizações não-governamentais, que passaram a assumir posições divergentes. Baseados em diferenças políticas e científicas, estas divergências são importantes, uma vez que marcam o tipo de atuação das ONGs, instituições estas que tem cada vez mais participado das decisões e orientações das políticas ambientais, além de muitas vezes atuarem na linha de frente dos projetos de conservação.

De forma geral, o embate se dá segundo Dourojeani (2000), entre ONGs de orientação “ambientalista” e as de orientação “sócioambientalista”. A visão do “ambientalismo” na denominação de Dourojeanni, ou “preservacionismo” como refere-se Diegues, foram preponderantes até 1970. Na sua forma mais clássica, considera o ser humano um inimigo a excluir, são partidários de uma natureza virgem, enfatizam os valores éticos e estéticos, preocupam-se com a proteção dos animais contra a crueldade, se opõem a caça e pesca desportiva e resistem ao público dos parques, à terceirização e à participação da sociedade civil na gestão. No Brasil, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), seria um exemplo, ainda que não se possa generalizar todos os objetivos acima como sendo objetivos desta organização. Para o “ambientalismo”, as UCIs são indispensáveis para conservar a natureza e em especial a biodiversidade. A presença desta orientação ainda é forte em instituições importantes no gerenciamento de parques, como o IBAMA e o Instituto Florestal de São Paulo (Diegues, 1996:125). A força dos

preservacionistas ficou evidente durante os debates para a construção do SNUC, de tal forma que, em 1996 criaram a Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação foi criada, reunindo as ONGs preservacionistas e tendo como objetivo defender o modelo tradicional de UCs³².

O “sócio-ambientalismo” surgiu a partir dos anos de 1980, com um questionamento destas tendências exclusionistas. Uma das organizações que mais mudou sua orientação foi o WWF (World Wild Life Fund agora World Wide Fund for Nature). De uma atuação pautada em ações emergenciais para proteger espécies em extinção e ecossistemas ameaçados, a agência passou a desenvolver programas do tipo “conservação para o desenvolvimento” e “community based conservation”, alocando mais recursos para o desenvolvimento sócio-econômico de comunidades ao redor dos parques. Os discursos das ações da União Mundial para a Conservação (UICN) e alguns setores do banco Mundial também mostraram as mesmas tendências. Essa nova orientação tem sido alvo de crítica por parte dos preservacionistas que alegam haver falta de projetos relacionados ao problemas dentro dos parques.

Em uma tentativa de definir e explicar as divergências, Dourojeanni (2000, p. 42) as classifica como tendo origem em interpretações de questões de ordem científica ou em questões em torno de políticas de desenvolvimento. As questões de ordem científica seriam para o autor:

1. A natureza intocada – Teoria de que o homem é um dos principais fatores de diversificação genética. (GOMÉZ-POMPA ET AL, 1972; GOMÉZ-POMPA & KAUS, 1992 APUD DOUROJEANNI, 2000). Para Dourojeanni, considerar isso como verdade absoluta pode levar a crer que a presença humana é sempre benéfica. Somam-se a esta teoria as constatações de Denevan (1970) sobre a antiguidade da presença humana na Amazônia. A crítica de Dourojeanni vai para o que ele considera que seja a interpretação de Diegues (1996) : como não há

³² Para uma discussão mais aprofundada ver Mercadante, 2001.

nada virgem, intocado, pode-se ocupar todo o território, sem necessidade de preservar nada (sic). Para os ambientalistas, diz Dourojeani, quanto maior seja a presença humana, menor será a biodiversidade. O ideal, neste caso, afirma Dourojeanni, é que as áreas protegidas não recebam visitantes nem tenham seus recursos explorados por populações.

2. Teoria do isolamento: a ciência diz que dependendo de seu tamanho, as unidades territoriais isoladas estão condenadas a uma erosão genética gradual mas irremediável (DIAMOND, 1997; SOULÉ & WILCOX, 1980 APUD DOUROJEANI, 2000). A criação dos corredores biológicos e ecológicos foi uma das estratégias defendida pelos ambientalistas;
3. Representatividade ecológica: a proliferação de reservas de biosfera e outras categorias de áreas daria a impressão de que há excesso de áreas protegidas. Para os ambientalistas a quantidade e representatividade de UCs está abaixo do mínimo necessário.

As questões em torno de políticas e/ou estilos de desenvolvimento, segundo Dourojeani (2000), giram em torno das seguintes discussões:

1. **Desenvolvimento sustentável:** Parques podem ser uma técnica conservacionista dentro de uma estratégia de D.S., desde que este desenvolvimento não ocorra dentro dos limites do Parque.
2. **Áreas congeladas:** ainda que parques fechados não gerem o apoio da comunidade e possam servir como desculpa para os que querem explorar os seus recursos, estas áreas mesmo assim estão gerando benefícios sociais e econômicos na forma de serviços ambientais para

a região, diz Dourojeanni. Esses incluem a conservação dos recursos genéticos e da biodiversidade, a fixação de carbono, a regularização dos fluxos hídricos, a manutenção da qualidade da água, a proteção contra avalanches e inundações etc...

3. **Conservação baseada na comunidade:** está baseada no critério de que a participação e a melhoria de vida da população do entorno são condições importantes para o sucesso da conservação de uma UC. Diegues foi o autor que de forma mais contundente chamou a atenção para o papel das populações tradicionais no manejo sustentável dos recursos naturais, permitindo uma reflexão importante sobre os processos de re-arranjo das comunidades caiçaras e caboclas em função da criação de áreas de preservação. A posição defendida por este autor é de que a melhor estratégia para assegurar a conservação da biodiversidade está na busca dos conhecimentos tradicionais das populações locais. Ele enfatiza a necessidade de entender melhor a relação entre a manutenção da diversidade biológica e a conservação da diversidade cultural, trazendo para a discussão as populações diretamente envolvidas, resguardando-se, no entanto, de uma visão simplista de que todos os moradores são “conservacionistas natos” (DIEGUES, 1996 p.159). A grande questão seria aliar concomitantemente a reprodução socioeconômica e cultural e do ambiente em que vivem (VIANNA et al. 1994).

3.3.3 Sócio-ambiental ou sócio-espacial?

O processo de mudança social que envolve a questão ambiental e a ampla repercussão dos conflitos ligados a estratégias de conservação têm sido analisados nas últimas décadas por várias disciplinas com a utilização de

abordagens e metodologias variadas, com já observou Ferreira (2005, p. 105). Vale lembrar que, mais que apenas idéias e concepções abstratas, as interpretações teóricas “materializam-se em projetos, em estruturas burocráticas, em encaminhamentos de investigações, em programas de pesquisa, em financiamentos, e, mesmo em políticas públicas para o setor” (MORAES, 2005).

Nosso objetivo aqui será de apresentar brevemente algumas posições que têm emergido no debate sobre as interpretações dos conflitos sociais e políticos na área ambiental sob a denominação de “sócio-ambiental”. Graças a algumas análises sistemáticas já empreendidas, é possível identificar os avanços e algumas limitações das interpretações que vêm sendo utilizadas para explicar as relações entre meio-ambiente e sociedade das últimas duas décadas no Brasil. (FERREIRA, 2005; ALONSO & COSTA, 2003). Afinal, lutas pelo acesso e gestão dos recursos naturais constituem a base de qualquer formação sócio-espacial. O que o termo “sócio-ambiental” distingue e o que ele sobrepõe? O que difere um conflito social de um conflito sócio-ambiental? O que distingue um problema ambiental de um conflito ambiental?

Ferreira (2005, p. 105-118) já observou que o conceito de “conflito sócio-ambiental” teria perdido sua força explicativa devido à banalização a que foi submetido. Um breve exercício de compreensão do contexto em que o termo emerge, nos permite mostrar que o termo “sócio-ambiental” aparece vinculado principalmente às demandas sociais por qualidade ambiental que ocorreram nos anos de 1980 e a conseqüente organização dos cidadãos para reivindicá-la enquanto direito político, gerando o desenvolvimento de novas metodologias de pesquisa e instrumentos de mensuração e aferição de “riscos ambientais” (ALONSO & COSTA, 2003).

O trabalho de Ormeño & Saavedra (1995) “Conflictos Ambientales: una oportunidad para la democracia”, publicado pelo Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales, é exemplar no trato dos impactos ambientais causados pela expansão urbana e econômica desordenada no

Chile. Uma orientação que focaliza no “dano ambiental” se faz notar na definição de conflito que os autores oferecem: “incompatibilidad de intereses que aflora a propósito de la prevención o reparación de un dano ambiental”³³. De acordo com a metodologia desenvolvida por aqueles autores, os atores envolvidos no conflito podem ser classificados em três categorias: geradores do dano, receptores do dano e reguladores. Tal classificação nos parece restritiva, já que as situações de conflitos podem ser mais complexas e compreender mais que apenas essas três posições. Apesar desta limitação metodológica, os estudos organizados por Ormeño e Saavedra oferecem-nos questões que são importantes para reflexão: 1) Os conflitos são percebidos no seu movimento dialético, como oportunidade de pôr em movimento processos sociais que impulsionam mudanças, que de outro modo não poderiam manifestar-se; 2) Os conflitos são vistos, portanto, a partir de uma ótica positiva, como expressão da vitalidade da comunidade em busca de seus direitos básicos e controle se seu ambiente imediato; 3) Uma vez que a maioria dos conflitos manifestam assimetrias de poder por parte dos envolvidos, 4) os estudos não focalizam somente na prevenção ou resolução do conflito, mas na “necesidad de equiparar el nivel de información y acceso a los instrumentos jurídico-administrativos y políticos de los actores que se enfrentan en un conflicto ambiental”.

Um outro aspecto que se vincula ao termo é o próprio envolvimento da comunidade científica na militância ambiental³⁴. Este carácter reivindicatório e militante faz com que a abordagem sócio-ambiental seja “profundamente

³³ Uma definição um pouco mais abrangente é oferecida por Carvalho & Scotto (1995), que usa o termo para “designar as relações sociais de disputa e tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural. Estas situações de litígio, vigentes nos níveis material e simbólico, podem ou não assumir a forma de um embate mais direto”.

³⁴ A aproximação das Ciências Sociais pelo tema ambiental, apesar de haver iniciado na década de 1980, só veio a fortalecer-se com a explosão do mercado editorial depois da Rio 92. A partir de então, passou a haver um maior direcionamento dos estudos à problemática ambiental, atraído pela maior facilidade de financiamento para pesquisas e a ampla visibilidade do tema na opinião pública e nos meios de comunicação. (ALONSO & COSTA, 2002, p. 118).

marcada por posições políticas e por um viés engajado, que confunde a trajetória do movimento ambientalista com a trajetória política e social da questão ambiental, transformando suas concepções ideológicas em pressupostos analíticos para compreender a dinâmica ambiental” (ALONSO & COSTA, 2002, p.117).

No Brasil, a coletânea organizada por Isabel Carvalho e Gabriela Scotto (1995), intitulada Conflitos Socioambientais no Brasil proporcionou não só uma visão panorâmica dos problemas ambientais brasileiros e suas causas mas também as definições e distinções entre “conflito sócio-ambiental” e “problema ambiental”. Utilizadas oficialmente pelo IBAMA³⁵, as definições de conflito sócio-ambiental servem para designar as relações sociais de disputa e tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural, sendo que problema ambiental é definido pela “falta de reação frente ao problema por parte dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil face ao problema (CARVALHO E SCOTTO,1995).

Uma outra contribuição importante são os estudos de gestão participativa de recursos naturais, a partir do enfoque da Gestão Patrimonial desenvolvido por Paulo Freire Vieira e Jacques Webber (VIEIRA & WEBER, 1997) à luz das discussões de Ignacy Sachs (1997). Os estudos de Conflitos socioambientais em Unidades de conservação apresentados por Vivaqua e Vieira (2005), apontam a gestão patrimonial como um mecanismo para a negociação de conflitos em contraposição às posições mais tecnicistas defensoras da apropriação privada ou governamental para a solução de tais conflitos.

A dimensão cultural de construção de certos problemas e disputas tem sido examinada por Guivant (1998[a]; 1998[b]) e Fuks (1996;1997). Os autores, através de uma abordagem construtivista, "descrevem a constituição de problemas ambientais através de um processo de construção pública que

³⁵ Ver QUINTAS, José Silva. Introdução à Gestão Pública. Série Educação Ambiental. IBAMA/MMA: Brasília, 2005. p.68-69

envolve disputas técnicas e políticas" (HANNIGAN, 1995, apud ALONSO E COSTA, 2003).

Para Alonso & Costa (2002), os estudos sobre conflitos têm se concentrado até agora somente na investigação dos atores, valores e percepções ambientalistas, permanecendo uma lacuna que leve em conta o contexto sócio-político no qual todos estes elementos surgem, interagem e se redefinem. Ferreira (2005, p.110) acredita que a tendência seria uma mudança de foco: "de uma forte primazia no ator, visando compreender suas características sociais, políticas e culturais, e as condições históricas para sua emergência, o foco de análise a partir de então se dirigiu para os processos e dinâmicas interativas que constituem a ação, invertendo a lógica unidimensional para uma perspectiva relacional de análise". Ferreira aponta também para a necessidade de conhecer melhor os grupos sociais envolvidos, suas motivações e objetivos, ações e estratégias, relações de conflito e cooperação, formato do projeto social que os une (movimento social ou grupo de pressão), tipo de mudança que estas organizações tem por objetivo e qual de fato promovem.

A crítica de Alonso e Costa (2003), vai para o fato de que o "foco sócio-ambiental não parece diferir, mas sim sobrepôr, aspectos que são facilmente identificáveis como 'ambientais' (poluição do ar e das águas, preservação de regiões ecologicamente 'virgens') com o que antes se nomeava problemas sociais". Del Prette (2000:48) complementa esta crítica ao afirmar que "a extensão de conflito social para conflito sócio-ambiental obscurece as contradições existentes na sociedade para focalizar a atenção sobre o fenômeno do "uso inadequado", aquele no qual um dado recurso natural passa a ser disputado pelo bem e pelo mal. É como se o conflito somente tivesse sentido no momento em que ocorresse a disputa sobre o uso de um dado recurso natural. Oculta assim o fato de que o recurso natural seja proveniente da própria natureza da organização da sociedade que o define enquanto tal, através dos seus mais diversos grupos" (DEL PRETTE, 2000, p.48).

Nossa análise busca não perder de vista a dimensão sócioespacial do conflito: a disputa pelo uso de um dado recurso, definido a partir dos grupos envolvidos. A distribuição desigual dos recursos no espaço geográfico, converte-o em um fator importante, já que assume valores diferentes em cada localização determinada. É desta diferenciação espacial que as disputas entre grupos sociais são derivadas, precisamente, pela apropriação de espaço ricos em certos fatores, sejam eles os componentes geológicos, a disposição e distribuição geográfica de elementos como clima, solo, vida animal e vegetal (SÁNCHEZ, 1991, p. 136). Esta divisão espacial social sobreposta à distribuição desigual dos recursos, é pois, um objeto analítico da geografia (SÁNCHEZ, 1991, p. 137).

Vincula-se a esta idéia, a noção de poder sobre determinado espaço, ou seja a apropriação de um território por uma determinada sociedade, de modo que possa ser adequadamente organizado para fins de obtenção de valores de uso e troca, mediante a exploração de seus recursos físicos e humanos, como mostra Sánchez (1991, 74). O autor segue argumentando que, ainda que o espaço não seja neutro em relação aos usos, o poder busca adequar tanto a estrutura social quanto espacial a seus objetivos globais, ou seja, para ele, as relações de poder inscrevem-se tanto em uma dialética social, quanto em dialética espacial.

De forma a alcançar uma otimização do espaço como fator, o poder tenta funcionalizar o espaço a seus interesses, como por exemplo com o estabelecimento de modelos de localização e assentamento territorial; articulação e hierarquização do território de acordo com a estrutura social que o ocupe; adequação da circulação dos fatores materiais e produtivos, difusão tecnológica, material e científica etc. O aumento na capacidade técnica de intervenção espacial e as vantagens dos mecanismos de mobilidade, aumentam as possibilidades de funcionalização e podem servir conseqüentemente à "manutenção e reprodução das relações de poder através da produção, circulação, gestão a apropriação do excedente" (SÁNCHEZ, p.

132). O autor adverte, no entanto, que a difusão da polivalência de uso do espaço, desperta expectativas de mudanças de uso do espaço nem sempre concretizáveis. Ou seja, apesar de potencialmente o espaço ser apto a vários usos, o autor aponta para os constrangimentos reais, uma vez que “cada espaço concreto só é capaz de ser destinado a um único uso, que pode mudar quando um novo agente ou um novo interesse incide sobre o mesmo espaço” (idem, p. 150).

Na tipologia proposta por Sánchez, duas funções espaciais são especialmente importantes. Como suporte, no papel passivo de base material de outras funções que sobre ele se desenvolverão, o espaço pode ser objeto de tensões e conflitos por seu domínio. Como meio de produção, ou seja, quando sua utilização ou funcionalização deriva de alguma característica nele contida, demandará a produção de espaços complementares. A esta dinâmica funcionalizadora, acompanha processos de especulação e hierarquização espacial, uma vez que a possibilidade de usos alternativos leva à competição por sua apropriação.

A mudança de função de qualquer espaço carrega consigo uma carga potencial de conflitos, portanto, como bem observa Sanchez (1991, p. 74), que também aponta dois sentidos distintos para os conflitos territoriais ou espaciais (idem p. 149). Um sentido diz respeito a luta com outros agentes para conseguir a apropriação. Neste caso, muitas vezes são usados meios extremos, como a desapropriação, de forma a conseguir a propriedade que permita a atuação posterior. Ainda que cada sociedade crie mecanismos legitimadores da apropriação do espaço, em muitos casos esta pode ocorrer sem bases jurídicas, por meio da força. O outro sentido referente aos conflitos espaciais, diz respeito à interação com outras funções atribuídas a espaços mais ou menos próximos. Seriam estas interações de natureza espacial, presentes mesmo quando não houvesse uma conexão produtiva necessária entre os usos em questão, as que são incompatíveis entre si. Este será o

campo onde as ações das relações de poder se desenvolverão, de forma a impôr ao espaço a função atrelada ao grupo social dominante.

3.3.4 A dimensão (trans) escalar dos conflitos

É reconhecido que as escalas possam ser definidas dentro de componentes ou influências “naturais”: por exemplo, a definição de onde pode começar e terminar um “ecossistema” e de que tipo de “entidade” ele pode ser numa dada escala (um lago ou um continente) (HARVEY, 2004, p. 108). Este reconhecimento é fundamental para a formulação de políticas atentas às especificidades ecológicas, e sustenta a argumentação dos ecologistas de que os problemas de análise e gestão estariam equacionados se as escalas “reais” da natureza pudessem ser casadas com arranjos institucionais, como bem observam Harvey e Label (op. cit).

Essas considerações, no entanto, freqüentemente esbarram nas determinações econômicas (ou de outra ordem) que constróem suas próprias lógicas escalares. Como vimos, a integração dos recursos naturais em um entorno ou espaço interconectado faz com que não só as ações de um indivíduo ou grupo possam gerar efeitos em lugares distantes, mas também processos econômicos e políticos multiescalares podem afetar os padrões de uso dos recursos locais.³⁶

³⁶ Os conflitos pelos recursos naturais podem produzir-se em diversos níveis, desde o âmbito familiar ao plano local, regional, nacional e mundial. Ademais os conflitos podem ultrapassar os limites destes níveis mediante múltiplos pontos de contato. A maioria dos conflitos de estendem para além das interações locais e envolvem também a atores e processos de outros níveis. Os conflitos produzidos em contextos locais podem estender-se ao plano nacional e mundial por causa de sua transcendência jurídica. (Talaue-Mcmanus et al., in Buckles; Weitzener Y Fonseca Borrás, in Buckles 1996) ou como resultado dos esforços de atores locais por influir em processos mais amplos de tomada de decisões (Chenier et al. , in Buckles; Oviedo, in Buckles 1996).

Os estudos que focalizam esta temática têm recebido cada vez mais atenção, e vêm provocando uma aproximação entre a geografia e a ecologia política, conforme aponta Zimmerer (2003). Para ele, o fato de que diferentes processos constroem, desconstróem e agem em diferentes escalas espaciais e temporais, tem levado a uma busca de considerações mais criativas nas análises sobre as escalas geográficas de processos econômicos, políticos e ecológicos e seus efeitos interativos em problemas e políticas ambientais.

Uma breve revisão empreendida por Herod (2003) nos aponta que dentro da geografia humana, a escala é abordada considerando duas matrizes: materialista ou idealista (HEROD, 2003, p. 229). A abordagem idealista (derivada da filosofia idealista de Immanuel Kant) utilizada pelo geógrafo John Fraser Hart (1982 apud HEROD, 2003), concebe escala simplesmente como “um mecanismo mental para categorizar e ordenar o mundo”. Dentro dessa concepção, “o local e o global são vistos como parte de uma matriz conceitual pré-existente de escalas dentro do qual a vida social é vivida. O global é definido pelos limites geológicos da terra e o local é uma resolução espacial útil para compreender os processos e práticas que ocorrem em um *range* geográfico menor que a escala regional” (HEROD, 2003, p. 229). Nesta abordagem, a escala geográfica é tratada simplesmente como “diferentes níveis de análises (do global ao local) na qual a investigação de processos políticos são estabelecidos” (DELANEY AND LEITNER, 1997). Esta crença na noção de “escalas espaciais como uma hierarquia fixa de espaços interligados” tem sido cada vez mais contestada, conforme observam Delaney and Leitner (1997).

Na perspectiva materialista, a escala geográfica é entendida como fruto de processos de lutas e compromissos, portanto, socialmente construída. Para Smith (1993, p. 97 apud HEROD, 2003), a escala realmente existe como um produto social material: “a escala é produzida na, e através da atividade societária, a qual, por seu turno, produz e é produzida pelas estruturas geográficas de interação social”. Portanto, tanto a constituição das atividades

econômicas quanto a autoridade política seriam passíveis de transformações, sendo para Swyngedown (1997, p. 141), “perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações”. Como exemplo, o autor aponta as disputas atuais no âmbito da União Européia. Esta luta, para o autor, indica a contestação e a transformação perpétuas das escalas geográficas de regulação (local, nacional ou européia) nos seus mais diversos aspectos: social, trabalhista, ambiental e monetária.

É importante observar, portanto, as relações e as influências de processos operando em diferentes escalas geográficas bem como sua interação para produzir incentivos e motivos para a ação política (MILLER 1994, apud DELANEY 1997). As configurações escalares são assim, “resultado de processos sócio-espaciais que regulam e organizam relações sociais de poder” (SWYNGEDOUW, 2004, p. 132), ou seja, conflitos sociais e embates político-econômicos.

Swyngedouw (2004, p. 132) e Adger (2005) observam que as transformações ambientais e naturais são também fatores centrais na produção social e material da escala. Para Adger, processos contemporâneos de integração de localidades, sociedades e economias em níveis múltiplos de governança e sistemas econômicos fazem com que os recursos naturais sejam motivos de disputa por grupos de atores em várias escalas espaciais. O autor mostra como os serviços e funções ambientais, como sequestro de carbono, e a manutenção dos recursos biológicos genéticos e dos recursos hídricos são cada vez mais vistos como bens públicos passíveis de serem valorizados pela sociedade global (DIETZ ET AL. 2003, APUD ADGER 2005).

Por outro lado, “as reconfigurações escalares também produzem novas escalas sociofísicas e ecológicas que moldam de maneira importante quem terá acesso a que tipo de natureza, e as trajetórias particulares das mudanças

ambientais” (SWYNGEDOUW, 2004, p. 132)³⁷. Estas redefinições escalares, alteram o que o autor chama de geometria de poder social, pois reafirma o poder e controle de determinados grupos ao mesmo tempo em que “desempodera” outros (Op. Cit. 132). O autor assevera que há, portanto, “variações consideráveis das posições relativas de poder social a depender de quem controla o que em que escala”.

Uma outra contribuição importante da geografia crítica é o reconhecimento de que a escala é produzida não só através das práticas materiais, mas também discursivas (MARSTON, 2004). Herod (2003, p. 237) e Harvey (2004, p. 113) mostram que a maneira como os termos local e global são empregados discursivamente pode ser muito importante para as lutas políticas. Para Harvey, a aceção de que “tudo é determinado fundamentalmente na escala global” é resultado da escolha de sujeitos sociais que se beneficiam da produção de um discurso globalizante como sendo hegemônico. Neste ponto, Herod (2003, p. 242) complementa afirmando que “a maneira como nós nos referimos à escala pode determinar nosso engajamento social e político, impactando a maneira como conduzimos nossa práxis social, econômica e política e como produzimos o espaço”.

Vainer (2001, p. 147)) traz considerações pertinentes para o debate no Brasil, ao propor que “qualquer projeto (estratégia) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos”. Rejeitando uma concepção do local como *campo de um desenvolvimento alternativo*, o autor propõe analisar de que maneira o local pode se constituir em “escala e arena de construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas”.

³⁷ “Scalar reconfigurations also produce new sociophysical ecological scales that shape in important ways who will have access to what kind of nature, and the particular trajectories of environmental change”. Tradução nossa.

4. O ENTORNO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E SERRA GERAL COMO OBJETO DE TRANSFORMAÇÃO

Apesar de estarem latentes por mais de quarenta anos, os conflitos envolvendo os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral só emergiram na esfera pública enquanto problema social no início dos anos de 1990. Como vimos anteriormente, o interesse em funcionalizar o Parque Nacional de Aparados da Serra para uso turístico, alavancado principalmente pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, seguia a passos largos. Estes rumos passam a ser contestados com a entrada em cena de um grupo articulado (mas não homogêneo) em torno de interesses relacionados à preservação . A partir de então, uma série de novos agentes passam a disputar publicamente o direito de decidir pelos rumos dos parques, engajando-se em processos de construção e contestação de escalas espaciais.

4.1 TURISMO E AGRICULTURA NO CENTRO DA DISCUSSÃO

4.1.1 Interesses e conflitos no entorno praiagrandense: o movimento ambientalista gaúcho

Ações coletivas do ambientalismo gaúcho já haviam surgido em 1971, com a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Através de um “ativismo militante e incentivo à mobilização cidadã” a entidade empreendeu uma série de campanhas, dentre as quais destaca-se a luta contra indústrias poluidoras (caso Borregard Celulose), e contra a “máfia dos agrotóxicos” (liderada pela Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (SCOTTO, 1995:86). Nos anos 1980, o movimento experimentou um momento de ascensão, com o aglutinamento de diversas entidades em torno de uma

estratégia comum: a luta contra a instalação do Pólo Petroquímico à beira da Lagoa dos Patos. Ainda que as reivindicações dos ambientalistas não tenham sido totalmente atendidas, os avanços foram evidentes, como assevera Scotto (1995:87): o movimento saiu fortalecido em termos políticos e organizativos, a população ficou mais informada sobre os problemas ambientais, novas entidades e novas alianças com foco ambiental foram criadas e o movimento verde obteve o reconhecimento do Estado, que passou a considerá-lo interlocutores legítimos (SCOTTO, 1995:87). Fortalecidos e unidos contra o Estado, a atuação dos ecologistas centrou-se principalmente na “denúncia de situações concretas de degradação do meio ambiente, articulada a um movimento de pressão pela criação, aperfeiçoamento ou cumprimento da legislação ambiental” (SCOTTO, 1995:87).

No caso do Parque Nacional de Aparados da Serra, a denúncia partiu por parte da Comissão de Defesa dos Aparados da Serra, com sede em Porto Alegre, e dizia respeito à ocupação irracional do parque por parte do Estado. A crítica exposta na mídia³⁸ era que os investimentos (que contavam com o apoio dos prefeitos das cidades de Cambará do Sul e São Francisco de Paula) concentravam-se somente na abertura de estradas e na ocupação do parque (instalação de um teleférico) e tinham objetivos eleitoreiros.

A crítica dos ambientalistas dirigia-se à desconsideração por parte do Estado com os problemas mais urgentes enfrentados pelo parque do ponto de vista da conservação: falta de pessoal; incompleta demarcação da área; ocupação humana irregular; incapacidade do Estado de conter a caça e o desmatamento em áreas adjacentes ao Parque, pressionadas pela exploração de madeira e plantio de *pinus*; falta de Plano de manejo e também falta de condições para o atendimento ao turista. Apesar do Parque possuir um plano de manejo, oficializado em 1984, que definia o zoneamento, os programas de manejo e um programa de desenvolvimento integrado, os objetivos primários de manejo, proteção integral da natureza, recreação ao ar livre, pesquisa científica

³⁸ Jornal NH. Novo Hamburgo. Terça-feira, 8 de maio de 1990. p. 3.

não eram totalmente atendidos. Os ecologistas também exigiam uma explicação na Assembléia Legislativa do estado sobre o plano de ocupação turística da área. Esta denúncia foi seguida de uma “operação limpeza”, que reuniu 60 integrantes de várias entidades simpáticas à causa: Movimento Roessler, AGAPAN, Amigos da Terra, Clube Gaúcho de Montanhismo, Defesa Civil e outros. A ação tinha por objetivo “chamar a atenção da comunidade gaúcha e das autoridades omissas”³⁹.

Como resultado daquelas denúncias, a procuradoria geral da República no Rio Grande do Sul entrou com cinco liminares na Justiça Federal, exigindo atenção do IBAMA para os seguintes problemas do parque: reforço na fiscalização, identificação dos proprietários do gado que estava no local e retirada dos animais em 45 dias, delimitação de uma área para camping, estudo de impacto ambiental antes do asfaltamento previsto e ativação das guaritas existentes⁴⁰. A justificativa era de que, “antes de atrair grandes levas de visitantes”, os órgãos de defesa ambiental “devem estar preparados para coibir destruições irremediáveis contra a ecologia”.

Uma série de ações e procedimentos foi movida pelo Ministério Público Federal, exigindo o cumprimento da legislação ambiental e até mesmo exigindo o fechamento do parque⁴¹. A disputa, assumiu então o que Brustolin chamou de “versão jurídica”. Novamente, o conflito, ainda que local, capturou processos mais amplos, relacionados ao maior interesse que a discussão ambiental teve no meio jurídico, devido à institucionalização do meio ambiente enquanto problema social no Brasil e a estruturação estatal para a guarda do meio ambiente.

Neste ínterim, duas outras ações importantes foram empreendidas para a proteção dos ecossistemas locais, sob a influência do movimento ambientalista. A proteção da “serra” viu sua extensão aumentada com a criação do Parque Nacional da Serra Geral (Decreto nº 531 de 20.05.1992), com área de 17.300

³⁹ Jornal NH. Novo Hamburgo. Sexta-feira, 25 de maio de 1990. p. 40

⁴⁰ Zero Hora, Porto Alegre, 25 de maio de 1990. p. 40

⁴¹ Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 25 agosto de 1994.

ha., obedecendo a uma recomendação do Plano de Manejo do PNAS de 1984 realizado pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) órgão então responsável pela administração do PNAS. Devido à impossibilidade de alterar-se a área de um parque sem aprovação do Congresso Nacional, optou-se pela criação de um novo parque adjacente ao PNAS. O outro instrumento foi o reconhecimento pela UNESCO, em 1993, da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados no Rio Grande do Sul, como Reserva da Biosfera. A reserva foi zoneada, sendo o Parque Nacional de Aparados da Serra considerado zona núcleo, ou seja, de máxima restrição, o seu entorno zona de amortecimento, com várias restrições de uso.

As reivindicações dos ambientalistas e a pressão do MPF resultaram no fechamento parcial do parque em março de 1996. Foram, então, realizadas várias obras para a implantação da infra-estrutura turística, tais como sistema telefônico, rede-elétrica, ponte, reforma do paradoro, lancheria e sala de exposições, construção de estacionamentos, guaritas, cercas de proteção e colocação de placas indicativas, num investimento conjunto do Estado do RS e IBAMA (BRUSTOLIN, 2003, p. 62). Não foram, no entanto, cumpridas as exigências da Procuradoria da República do Rio Grande do Sul: o cumprimento das medidas do Plano de Ação Emergencial⁴² que se referiam a retirada de animais domésticos (gado), a aquisição de material e a realização de um plano de prevenção de incêndios, além da regularização da situação fundiária. Tal situação fez com que o MPF proibisse a reabertura do Parque ao público prevista para o dia 30 de maio de 1998. Após o IBAMA haver derrubado a liminar de proibição, o parque foi reinaugurado em 1998 com a presença do governador Antônio Brito⁴³.

Ainda que esta batalha não tenha sido vencida, membros do movimentos continuaram a participar do processo de re-estruturação dos parques, culminando com a nomeação de um deles para o cargo de Diretor dos

⁴² O PIONEIRO, Caxias do Sul, Caderno da Região, 30 e 31 de maio de 1998, p. 16.

⁴³ O PIONEIRO, Caxias do Sul, Caderno da Região, 30 e 31 de maio de 1998, p. 16.

Parques. Um membro da Comissão pela Defesa dos Aparados (informação verbal)⁴⁴, nos lembra que existiam fissuras dentro do movimento, relacionadas principalmente aos objetivos dos parques. Enquanto alguns participantes não viam grandes problemas com a exploração turística “racional”, outros, membros de grupos ambientalistas mais radicais, acreditavam que tal atividade não seria compatível com a preservação dos ecossistemas locais.

4.1.2 A modernização da agricultura regional

Se as reivindicações de proteção dos ecossistemas locais pelos grupos ambientalistas fortaleceram o reconhecimento destes como um ator social legítimo na negociação pelos rumos a serem dados ao espaço em questão, o que pode ser dito dos agricultores habitantes no entorno catarinense? Afinal, como grupo com presença histórica, teria direito a participar de forma legítima dos processos decisórios. Além disso, a atividade agrícola, e conseqüentemente os agricultores, podem ser considerados a ponta de lança do conflito, já que, por conta de sua atividade de exploração direta dos recursos naturais não só sentem de forma mais intensa as pressões derivadas da presença dos parques, mas também, visto pela lógica conservacionista, as atividades por eles desenvolvidas são consideradas incompatíveis com os objetivos destas áreas protegidas. Seria simplista, no entanto, considerá-los como um grupo social homogêneo. A situação da agricultura e dos agricultores de Praia Grande circunscreve-se em processos mais amplos, referentes à crise generalizada da agricultura em pequena escala, à modernização do campo e às mudanças na distribuição espacial da população rural/urbana. Estes processos, por sua vez, contribuem para dar contornos distintos ao conflito ao aprofundarem um processo de exclusão social e determinarem mudanças nas condições ambientais da área.

⁴⁴ Entrevista com Maurício Henkel. Concedida à autora no dia 07/07/2006.

TABELA 01 Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição do produtor no município de Praia Grande- SC

Grupos de área total	Condição do produtor				
	Total	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
5 a menos de 10 ha	135	108	15	7	5
20 a menos de 50 ha	119	101	7	7	4
50 a menos de 100 ha	31	24	3	2	2
100 a menos de 200 ha	8	6	1	1	-
200 a menos de 500 ha	2	2	-	-	-
1.000 a menos de 2.000 ha	1	1	-	-	-
Total	594	454	72	41	27

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 1996

Um olhar sobre os dados da produção municipal (IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996; IBGE - Censo Demográfico, 2000) mostram que a agricultura ainda ocupa a maior parte de pessoas (2.638), em pequenas unidades fundiárias. O setor secundário e terciário empregam juntos 1.062 pessoas. A rizicultura irrigada ocupa a maior parte das terras agricultáveis na várzea (2.397 ha.). Nas áreas de baixa e média encosta dos Aparados, as pequenas unidades fundiárias com mão-de-obra familiar cultivam milho (641 ha.), banana (355 ha.), fumo (337 ha.), mandioca (225 ha.) e cana-de-acúcar (172 ha.).

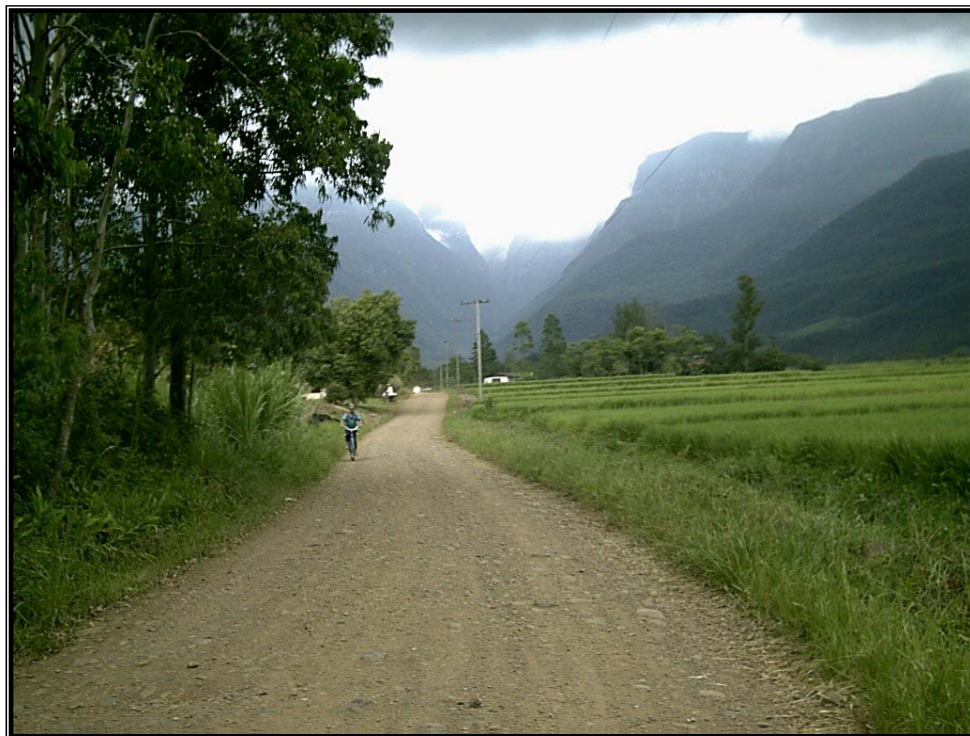


FIGURA 06 Foto de plantações de arroz com *Canyon Malacara* ao fundo
Fonte: Maria das Graças S.L. Brightwell – 2005



FIGURA 07 Foto de bananais na localidade de Mãe dos Homens
Fonte: Maria das Graças Santos Luiz Brightwell – 2005



FIGURA 08 Foto de plantações de fumo na localidade de Pintada
Fonte: Maria das Graças S. L. Brightwell - 2005

Ainda que individualmente o município não se destaque como grande produtor agrícola, a atividade agrícola - a partir do final dos anos de 1970 - passa a responder cada vez mais à dinâmica produtiva regional, que tem na produção de arroz, fumo e banana o carro chefe. Como mostram os dados da Associação dos municípios do Extremo-Sul – AMESC – a região se destaca hoje no estado como primeira produtora de arroz (31,8%), terceira produtora de banana (10,0%) e também como terceira produtora de fumo (12,8%)⁴⁵. Esta força produtiva da agricultura, portanto, está fortemente ligada a uma rede estabelecida de interesses políticos e econômicos regionais. As três principais culturas (arroz, fumo e banana), porém, são consideradas vilãs absolutas e representam ameaças sérias aos ecossistemas locais, conforme exposto no Plano de Manejo dos Parques⁴⁶ (MMA/IBAMA, 2003):

⁴⁵ Informação verbal concedida por Jobson MARTINHO (funcionário da AMESC e Coordenador do Fórum de Desenvolvimento do Extremo Sul Catarinense) à autora em 08/11/2005.

⁴⁶ Tais riscos e conflitos fazem com que as pressões ambientais legais a estas culturas, vão além das restrições impostas pela zona de amortecimento. O licenciamento ambiental para a

Na planície, dada a grande demanda da rizicultura por água, observam-se alterações ambientais resultantes das modificações na drenagem natural e na configuração hidrográfica local, representadas, principalmente, por barramentos e desvios de cursos d'água, abertura de canais de drenagem e irrigação, e bombeamento de água dos rios para as áreas agricultáveis.

A bananicultura gera como impactos imediatos, principalmente sobre a formação Submontana da Floresta Ombrófila Densa, a supressão de áreas florestais para ampliação das áreas de cultivo, resultando em expressiva fragmentação destes ambientes. Esta fragmentação pode se tornar especialmente prejudicial quando analisada sob o ponto de vista da perda de conectividade entre as áreas florestais, uma vez que tratam-se de partes de um conjunto que configura-se num importante corredor florestal estabelecido em sentido norte-sul. Além disso, há graves problemas pelo uso de herbicidas e inseticidas nestes cultivos aliados à utilização de sacos plásticos para armazenamento dos frutos, os quais são deixados de maneira irrestrita no ambiente.

As consequências do processo de modernização agrícola - liberação de parcelas da população do campo, assim como o crescimento de atividades terciárias relacionadas ao setor agropecuário (bancos, comércios, oficinas e serviços) (COSTA, 2000) - podem ser observados na dinâmica populacional do município, que evidencia perda populacional e uma maior concentração urbana a partir da década de 1970. Ainda que fatores tais como desastres naturais (enchente de 1974) e o próprio processo de desapropriação de áreas para a

rizicultura está previsto na legislação federal (resolução nº 237 de 1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama).

implantação dos parques, possam também ser contabilizados com responsáveis por essas flutuações na população municipal.

TABELA 03 Dinâmica populacional do município de Praia Grande

Censos	Pop.Urbana	Pop.Rural	Pop. Total
1970	1.466	6.674	8.140
1980	1.876	5.732	7.608
1991	3.321	4.258	7.579
2000	3.937	3.349	7.286

Fonte: IBGE

A modernização, porém, atingiu de forma seletiva o território municipal. A distribuição geográfica das atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas no solo municipal, derivada das especificidades espaciais internas (aptidão do solo, tamanho da propriedade, relevo e poder aquisitivo dos agricultores), resultou em diferenciações sociais. Assim, nas áreas de planície e várzea observou-se um avanço da rizicultura, seguido de concentração fundiária e intensa mecanização. Nas áreas de média e baixa encosta e nos vales, predominaram as pequenas propriedades com mão-de-obra familiar, com cultivo de banana, fumo, mandioca e feijão. Uma outra especificidade importante, acontece nas áreas do entorno do Parque Nacional da Serra Geral. Habitadas por comunidades que viviam da extração da madeira até a década de 1980, a extinção das reservas

florestais levou ao abandono da área e a extinção de comunidades inteiras, com ocupação posterior para a pecuária ⁴⁷.

TABELA 04 Utilização das terras em Praia Grande:(%) 1970 -1995

USO DA TERRA	1970	1980	1985	1995
Lavouras temporárias	31,76%	37,43%	35,60%	35,40%
Lavouras permanentes	5,36	3,39	3,93	5,66
Lavouras temp. em descanso	--	3,84	6,36	1,65
Pastagens naturais	17,61	15,88	16,12	25,17
Pastagens plantadas	0,78	15,16	14,15	5,51
Matas/Florestas naturais	24,58	15,98	13,23	19,50
Matas/Florestas plantadas	0,60	1,46	2,16	3,48
Produtivas não utilizadas	--	6,86	8,45	3,63
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PIDSE - Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-econômico. Diagnóstico Municipal de Praia Grande - 1990

4.2 ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO DE CONSERVAÇÃO

4.2.1 Buscando soluções técnicas

A reabertura dos Parques, em 1998, trouxe à tona velhos conflitos e novas possibilidades. Mais que uma realidade homogênea, a dinâmica espacial do entorno, no seu eterno processo de construção continuou sujeita à embates

⁴⁷ Estas conclusões foram alcançadas a partir dos depoimentos dos moradores do entorno, já que o levantamento fundiário ainda não foi realizado.

e exclusões entre grupos sociais com ambições divergentes. Porém, observou-se o surgimento de novas articulações e resistências, capazes de mobilizar diferentes escalas sócio-espaciais. O conflito, agora explícito, permitiu o delineamento de estratégias: tentativas de orientar o potencial da mudança para um sentido pré-estabelecido (o da conservação) com a inserção de ações ligadas à agricultura e turismo “ecológicos” e planificação territorial (micro-bacias e plano de manejo), na tentativa de que as regras sejam acatadas pelos participantes no conflito. As possibilidades evidenciaram-se com os novos arranjos sócio-espaciais derivados do surgimento e fortalecimento de atividades e grupos sociais interessados em coadunar com os objetivos da conservação, conforme veremos.

Nesta nova fase dos parques, a atividade turística foi lançada com uma nova roupagem “sustentável”: passou a ser incentivada como atividade capaz de promover o desenvolvimento e a preservação dos recursos naturais e das paisagens locais, principalmente através do eco-turismo⁴⁸. Em 1998, foram realizados Convênios de Cooperação Técnica entre o IBAMA, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Prefeitura Municipal de Cambará do Sul e a EMBRATUR, visando implementar a infra-estrutura necessária ao funcionamento do PNAS. A realização - pela Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul e pelo IBAMA - de diversos cursos para treinamento de pessoas e funcionários direta ou indiretamente envolvidos com a UC, sinalizava também o interesse de aumentar o uso turístico no entorno (MMA/IBAMA, 2003).

Os Parques passaram a irradiar (ainda que timidamente) a possibilidade de uso turístico para o entorno⁴⁹. Surgiram alguns hotéis, pousadas e cafés

⁴⁸ O Parque Nacional de Aparados da Serra foi contemplado com o trabalho de consultoria do Projeto Piloto dos Pólos Nacionais de Ecoturismo, parte do Programa Nacional de Ecoturismo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Embratur em 1995 (KINKER, 1999, p.55)

⁴⁹ Em uma das observações no Plano de Manejo de 2003, os técnicos chamam a atenção para o fato de que no Plano de Ecoturismo e Uso Público em Unidades de Conservação - Parque Nacional de Aparados da Serra (IBAMA/FUNPAR, 2001), as propostas de planejamento incluíam a implantação, no interior do PNAS, de um galpão crioulo, um camping e um edifício ambiental. Os encaminhamentos do Plano de Manejo recente foram no sentido de encaminhar “o

rurais, e foram criados em Praia Grande uma Associação de Condutores Locais, Secretaria Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Turismo. Já na Escola Agrotécnica Federal de Sombrio começou a ser oferecido um curso Técnico em Turismo e Hospitalidade com ênfase em Turismo Rural na. A possibilidade de uso turístico do entorno catarinense – onde os “canyons são o diferencial” (informação verbal)⁵⁰ - e do extremo-sul catarinense, também entrou na pauta de discussões da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo-Sul Catarinense). Foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Turístico Regional da AMESC, solicitou-se à SANTUR a denominação da região do ponto de vista turístico de “Caminho dos Canyons”, e foi criada uma agência de turismo “Rota dos canyons”.



FIGURA 09 Mapa turístico da AMESC

Fonte: AMESC

desenvolvimento socioeconômico do entorno, principalmente com atividades caracteristicamente compatíveis com os objetivos das unidades”.

⁵⁰ Entrevista com Jobson Martinho, Coordenador do Fórum de Desenvolvimento do Extremo Sul Catarinense. Realizada pela autora em 08 de novembro de 2005.

Mas o que parecia potencialmente uma atividade “compatível” com os objetivos dos Parques, já que estes são considerados um “Pólo Nacional de Eco-turismo”, e têm recebido um número crescente de visitantes, na prática, ainda não pode ser considerada uma atividade produtiva capaz de assumir as demandas sociais e econômicas das populações do entorno. Mesmo que os Parques recebam um bom número de visitantes, a re-estruturação espacial levada a cabo pela atividade turística nas áreas adjacentes aos parques no município de Praia Grande e a mobilização social dos agentes ainda é silenciosa e parece depender, em última instância, da capacidade econômica (somada) dos agentes sociais em participar ativamente da funcionalização sócio-espacial do entorno, de modo que a visita plena aos Parques esteja aliada à permanência dos turistas em Praia Grande.

A abertura de cafés rurais, “pesque-e-pague” e circuitos turísticos nas propriedades rurais, não têm encontrado uma demanda suficiente, fazendo com que alguns proprietários de desestimulassem e não continuassem na atividade. Eles acabam constatando que os empreendimentos que tem sucesso são “os de fora”. Para a maioria da população do meio rural, os problemas de infra-estrutura básica, como acesso, saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo nas comunidades mais afastadas ainda são grandes problemas a serem enfrentados.

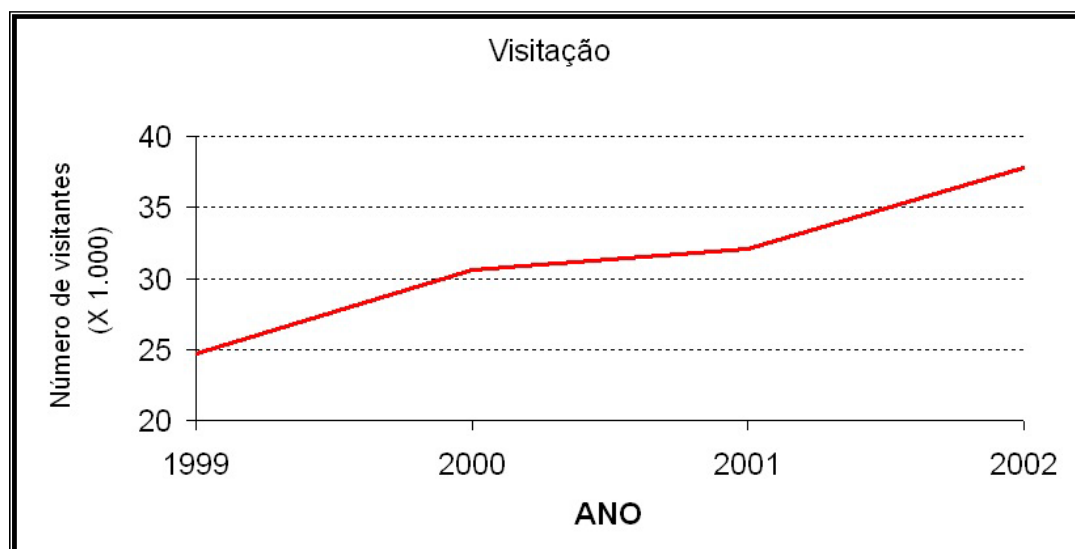


FIGURA 10 Gráfico da evolução da visitação no Parque Nacional de Aparados da Serra dos anos de 1999 a 2002

Fonte: GATTI, 2004

Além disso, a atividade em si também apresenta conflitos não só com os objetivos da conservação, mas também com as atividades agrícolas. Estudos em outros espaços rurais no Brasil (FLEXOR E GAVIRIA, 2003; CARNEIRO, 2003) apontam para os mesmos problemas no contexto rural de Paraty - RJ. O próprio plano de manejo de 2003, aponta alguns impactos decorrentes da visitação e turismo desordenados verificados recentemente: arremesso de objetos pelas bordas dos cânions; abandono de lixo nas trilhas e rios; acampamento em áreas, e com técnicas, inadequadas; trânsito de veículos em alta velocidade nas vias internas, expondo animais ao risco de atropelamento; coleta de espécies vegetais e outros materiais; coleta de lenha para fogueiras; realização de fogueiras em local inadequado, com risco de incêndios; conduta inadequada dos visitantes, incluindo arruaça, bebedeiras, uso de entorpecentes, barulho (aparelhos de som com volume alto); trânsito de veículos em terrenos

erodíveis e de vegetação frágil; e uso clandestino de zonas de visitação restrita, burlando a fiscalização.

Ainda que muitos agricultores considerem a atividade turística como uma aliada da agricultura - já que poderia fornecer produtos para consumo de hotéis e pousadas - a construção de uma escala de produção e consumo local não é uma realidade tão fácil assim de ser alcançada. Quando questionado sobre as possíveis alianças entre agricultura e turismo, nosso entrevistado foi enfático: “tem que se organizar para vender”⁵¹. Um outro entrevistado apesar de ver como positiva a valorização do lugar pelo turismo, pois “movimenta o lugar” que estava “muito parado” e por haver trazido uma “valorização das terras”⁵², enfatiza que essa valorização tem levado com que pessoas tenham vendido suas terras, indo morar no centro de Praia Grande. Esta mudança, ainda que muitos considerem positiva, devido a proximidade com os serviços de educação e saúde, pode significar, no entanto, um risco à reprodução social destes agricultores, que ao abandonarem a agricultura nem sempre conseguem trabalho no pequeno aglomerado urbano.

A valorização dos recursos ambientais preservados que compõem o entorno ocorre principalmente nas pequenas propriedades que não foram modernizadas. Alavancado ainda pelo processo de urbanização de cidades vizinhas e pela melhoria da malha rodoviária, estes espaços estão sendo valorizados cada vez mais pela classe média urbana de cidades vizinhas como espaço de lazer e residência. Por outro lado, um entrevistado apontou para o fato de que as restrições às atividades agrícolas, causadas pela presença dos Parques, traria uma desvalorização das terras para uso agrícola, impedindo que fossem aproveitadas pela rizicultura. No ponto de vista dos agricultores, o processo de funcionalização gerado pelos parques atuariam na limitação das capacidades produtivas "tradicionais" do espaço.

⁵¹ Entrevista com Sr. Afonso Pereira dos Santos Filho, agricultor, morador da localidade de Pedra Branca. Entrevista concedida à autora em julho de 2005.

⁵² Entrevista com o Sr. Pedro Gomes Monteiro, morador da localidade de Vila Rosa. Entrevista concedida à autora em 22/02/2005.

Mas o que o problema coloca é a capacidade de permanência dos agricultores. Nosso entrevistado, fornece as linhas desta “crônica de uma morte anunciada”: ” tendência é piorar, só ficam os aposentados. Os ricos compram, fazem casa de final de semana, colocam um agregado”⁵³. Como alerta Carneiro (2002, p. 224), a valorização da natureza pelas camadas urbanas é sustentada pela visão de uma natureza intocada, sem qualquer ação civilizadora, pressupondo o fim da atividade agrícola e ocupação dos espaços rurais por outras atividades econômicas não-agrícolas como o turismo, criando novas necessidades e desafios para as populações destes territórios. Além disso, os agricultores nem sempre consideram bem-vindas atividades como trilhas e rapel em suas propriedades. Além de considerarem uma invasão de propriedade, turistas e guias acabam sendo vistos como inimigos e possíveis delatores de práticas agrícolas e extrativistas ilegais.

Com relação à agricultura, após a reabertura do PNAS, as imposições passaram a contar com vigilância sistemática, de forma a proibir várias atividades consideradas como incompatíveis com os objetivos dos Parques. Esta situação tornou-se mais grave para aqueles moradores cuja situação era considerada irregular pelo órgão ambiental, e de um modo geral para os agricultores do entorno catarinense, sendo a localidade de Pedra Branca e Mãe dos Homens as mais tensionadas. Durante a realização da pesquisa, a nova direção dos Parques se mostrava mais receptiva a um diálogo com os agricultores do entorno. Mas as insatisfações passadas, relativas ao relacionamento do IBAMA com os agricultores, redundou na intervenção do Ministério Público na localidade de Pedra Branca. Relatos recentes apontam que, com a troca de direção em 2006, a aplicação de multas voltou a aumentar.

A posição dos agricultores, portanto, é de desconfiança com relação à atuação do IBAMA e da FATMA, principalmente por achar que a presença destes órgãos atua somente na fiscalização e não na orientação. Com relação à presença dos Parques e a criação de uma zona de amortecimento, a maioria

⁵³ Entrevista com Idelmar Speck, agricultor. Entrevista concedida à autora em 02/08/2005

dos agricultores entrevistados atribuíam um cunho negativo, principalmente por restringir suas atividades: “não pode aumentar potreiro”, “não pode abrir roças”, “não pode extrair lenha”, “faz com que tenhamos que fazer o trabalho escondido”, “cria isolamento”, “tem bastante terra, mas os filhos não podem trabalhar”, “tem medo de mexer em áreas”, “não tem roça, não tem emprego”, “a agricultura é a grande prejudicada, deveria ser visto com mais preocupação” (informações verbais).

Seria injusto e falso afirmar que todos os agricultores consideram a presença dos parques como negativa. Nas suas falas evidenciam a preocupação com a escassez de recursos (madeira, lenha, caça) e a dificuldade de acesso à água: “ter uma reserva é bom para futuro”, “um manejo adequado é importante”, “preservação da caça e das nascentes de água”, “se não pôr limites as pessoas avançam como bichos” (informações verbais).

Diante dos novos contornos que a situação apresentou – principalmente considerando a situação crítica desses pequenos agricultores - emergiram grupos organizados em torno de propostas de uma “agricultura sustentável”. A ACEVAM – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Rio Mampituba, atua na proposição de práticas agro-ecológicas para as famílias de agricultores do entorno. Possui articulação com outras ONGs ambientalistas (Centro Ecológico Ipê, Rede Ecovida de Agroecologia entre outros) e entidades de ensino regionais (UNESC). Cerca de 25 famílias dos municípios de Praia Grande, São João do Sul e Mampituba participam da Associação (média de 75 pessoas), com a pretensão de ampliação para 50 famílias. A Associação tem desenvolvido os seguintes projetos junto às comunidades do entorno: PDA/MMA - Práticas de desenvolvimento sustentável em pequenas propriedades rurais no município de Praia Grande/SC, 2000 – 2002. PDA/Consolidação/MMA: Fortalecimento e integração de Práticas de Agroecologia e Agroturismo na Agricultura Familiar (2005/2008); PDA/Mata Atlântica/MMA: Práticas Sustentáveis de Agroecoturismo no contexto da Mata Atlântica (2006/2009). MDA/SAF: Assistência Técnica e Extensão Rural em Gênero, Agroecologia e

Educação Popular para Mulheres Agricultoras do Sul de Santa Catarina e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (2006).

Também há que se destacar a organização e planejamento das comunidades em torno das Associações de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas. As duas bacias onde estão sendo realizados trabalhos são: 1) Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Pavão. Engloba as comunidades de Rio do Boi, Alto da Esperança, Passo Fundo, Fundo do Rio do Boi, Mãe dos Homens e Pintada. Abrange aproximadamente 150 famílias; 2) Associação de Desenvolvimento da Microbacia dos Três Morros. Abrange as localidades de Zona Nova, Cachoeira, Passo da Cachoeira, Costão Novo, Vista Alegre, Vila Capitão, Fortaleza e Três Irmãos. Não foi possível identificar o número de famílias.

Nos últimos dois anos, alguns projetos foram iniciados buscando solucionar os impasses da atividade agrícola no município de Praia Grande, segundo os técnicos da EPAGRI (informação verbal)⁵⁴. Está sendo feito um trabalho com agro-florestas para cultivo integrado de palmito nativo (*euterpe edulis*) e outras espécies nativas. O projeto é realizado pela EPAGRI em parceria com a ACEVAM, abrangendo cerca de 50 famílias. O objetivo é produzir 300 mil mudas durante 4 anos para plantio nas áreas da encosta da Serra Geral, impróprias para a agricultura em consórcios com banana, eucalipto e palmeira real entre outras. Um dos objetivos também é a extração da polpa do fruto do palmito, conhecida como açaí, para alimentação humana. O projeto “Florestar Palmito”, faz parte de um projeto estadual da EPAGRI, que entra com a assessoria técnica, organização e difusão. Através deste projeto foi assinado um protocolo de intenções entre o IBAMA, FATMA, Secretaria da Agricultura do Estado de SC e Polícia Ambiental. A implantação do mesmo permitirá que os agricultores possam colher e comercializar o palmito nativo desde que seja plantado em linhas dentro de áreas de mata ou capoeira. O plantio deve ser

⁵⁴ Entrevista com Paulo Bráz Santos Luiz, Extensionista Rural da EPAGRI e Difusor Florestal na região. Realizada em 20 de julho de 2006.

comunicado à EPAGRI, e segue algumas normas: averbamento de área, georeferenciamento, e comunicação de corte ao IBAMA. Tal normatização tem impedido a adesão de agricultores menos capitalizados, o que pode significar a exclusão de grande parte dos pequenos agricultores.

De forma a amenizar os impactos ambientais causados pela rizicultura, está sendo introduzida a aplicação de uma tecnologia conhecida como “manejo da água em lâmina contínua”. Enquanto no sistema convencional troca-se a água até 7 vezes, este sistema prevê a manutenção permanente da lâmina de água, permitindo: o controle de plantas invasoras, a retenção de nutrientes, uma maior racionalização no uso da água, um menor revolvimento do solo e menor lançamento de poluentes nos córregos e corpos d’água. A efetiva implantação do sistema ainda encontra resistência por parte dos agricultores, do tipo: “este sistema não funciona”, “o arroz não vai furar a lâmina d’água”, “estamos acostumados a fazer do nosso jeito”. A EPAGRI têm instalado unidades de pesquisa participativa para comprovar o método e, através da discussão, tentar aperfeiçoar e adequar conforme suas condições. Além disso, o mesmo órgão e a Acevam têm incentivado o cultivo de arroz orgânico. Os primeiros ensaios, segundo os técnicos, têm apontado para uma ligeira queda de produtividade, que acaba sendo compensada pela diminuição de custos e pelo valor agregado ao produto final.

4.2.2 Discussões e desdobramentos em torno da construção do plano de manejo, conselho consultivo e zona de amortecimento

O processo de criação do Conselho Consultivo em 2002 e a elaboração do Plano de Manejo em 2003 nos dão uma mostra das distintas geometrias de poder operando na tentativa de regular o controle e acesso de grupos sociais distintos aos parques. É um momento chave do processo sócio-espacial dos parques, pois mostra uma tentativa de construção de configurações escalares que regule e organize as relações sociais de poder existentes. A emergência do

processo trouxe à tona as demandas das comunidades do entorno por um processo verdadeiramente participativo, por informações acerca da sua situação futura e questionamentos sobre a atuação do órgão ambiental. O desenrolar dos acontecimentos mostra, no entanto, que a inclusão destes atores locais na gestão demandou luta, organização e conexões com atores de outras escalas.

Na pesquisa realizada durante a elaboração do Plano de Manejo, os conflitos apresentados pela comunidade refletem os problemas de relacionamento com o órgão gestor.

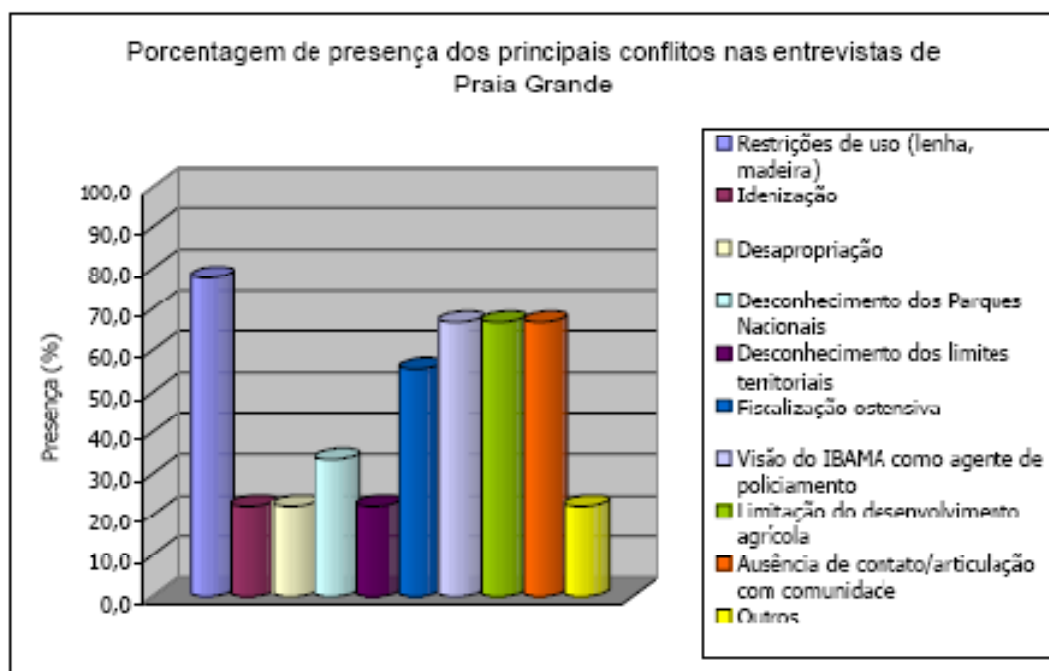


FIGURA 11 Gráfico dos principais conflitos apresentados no Plano de Manejo de 2004

FONTE: IBAMA, 2004

A contestação do poder exercido pelo órgão ambiental responsável pela administração do parque (IBAMA de Porto Alegre), dizia respeito não só à forma autoritária e fiscalizadora com que o mesmo foi exercido, mas também mostrava a total falta de articulação das sucessivas administrações do parque com as

comunidades no entorno catarinense, o que angariou profundas antipatias e ressentimentos. Iniciado o processo, a ausência destas comunidades e o peso dos “interesses particulares” apresentaram-se como preocupações de alguns conselheiros nas reuniões iniciais, que também declararam haver “falta de transparência” no processo de criação do Conselho.

O “embate” pela participação culmina com o incidente no qual representantes de várias entidades foram barrados (pela administração do Parque) de participar da 2ª reunião para a criação do conselho, situação que somente foi revertida devido ao protesto dos presentes. As reivindicações dos participantes mobilizavam considerações por uma participação que envolvesse agentes de várias escalas e que não se restringissem àquelas entidades nomeadas pelo IBAMA, conforme relatam as atas: “O conceito de Comunidades do Parque é mais amplo, e que vai além dos municípios entorno das unidades de conservação” (fala do Sr. Henry Gonçalves Lummertz representante da Associação Brasileira de Canionismo); “O Conselho a ser formado deverá ser igualitário e setorial para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, visto a mesma proporção de áreas abrangidas pelos parques” (fala do Sr. Tadeu Santos representante do Comitê da Bacia do Rio Araranguá).

A composição do Conselho Consultivo⁵⁵ evidencia a diversidade de agentes interessados na produção do espaço dos Parques:

55 O Conselho Consultivo do Parque Nacional dos Aparados da Serra, foi instituído nos termos do art. 29 da Lei n.9985, de 18 de julho de 2000, com sede junto à Unidade de Conservação do IBAMA em Cambará do Sul – RS.
(Cf. Art. 1º do REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA E SERRA GERAL).

Quadro 03 - Composição do Conselho Consultivo do PNAS e PNSG

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PNAS E PNSG	
1 - ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	
1.1 – IBAMA:	
1.1.1 – Parque Nacional dos Aparados e Serra Geral.....	01 voto
1.2 – GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL:	
1.2.1 – Secretaria de Turismo – Setur / RS.....	01 voto
1.2.2 – Secretaria de Meio Ambiente – SEMA/ RS.....	01 voto
1.3 – GOVERNO DO ESTADO SANTA CATARINA:	
1.3.1 – Santa Catarina Turismo SANTUR/SC.....	01 voto
1.3.2 – Fundação Estadual de Meio Ambiente – FATMA/SC.....	01 voto
1.4 – MUNICÍPIO DE CAMBARÁ DO SUL - RS:.	
1.4.1 – Secretaria de Turismo e Desenvolvimento.....	01 voto
1.4.2 – Secretaria de Administração.....	01 voto
1.4.3 – Secretaria da Educação.....	01 voto
1.4.4 – Secretaria da Agricultura.....	01 voto
1.5 – MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - SC:	
1.5.1 – Secretaria de Turismo.....	01 voto
1.5.2 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.....	01 voto
1.6 – MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC:	

1.6.1 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.....01 voto

1.6.2 – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente.....01 voto

2 – ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

2.1 – COMITÊ SETORIAL DE ENTIDADES DE EXTENSÃO, EDUCAÇÃO E PESQUISA:.....04 votos

2.1.1 – Emp. Pesq. Agro-Pecuária e Ext. Rural - EPAGRI – SC

2.1.2 – Assoc. Riogrand. Emp. Assist. Téc. Ext.Rural - EMATER – RS

2.1.3 – Escola Agrotécnica Federal de Sombrio – SC

2.1.4 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

2.1.5 – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

2.1.6 – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

2.1.7 – Universidade Luterana do Brasil – ULBRA / TORRES

2.1.8 – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

2.2 – COMITÊS SETORIAIS DO SETOR EMPRESARIAL:

2.2.1 – COMITÊ SETORIAL DAS EMPRESAS DE PRODUÇÃO..... 02 votos

2.2.1.1 – Cambará S. A. Produtos Florestais – CS / RS

2.2.1.2 – Reflorestadores Unidos S.A. – CS / RS

2.2.1.3 – Agrover Agricultura e Reflorestamento Ltda. – CS – RS

2.2.2 – COMITÊ SETORIAL DOS SEGMENTOS DE TURISMO.....02 votos

2.2.2.1 – Associação de Condutores Locais de Ecoturismo -CS/RS

2.2.2.2 – Refúgio Ecológico Pedra Afiada / REPA – SC

2.2.2.3 – Risco Zero – Turismo e Aventura – RS

2.2.2.4 – Restaurante e Café Itaimbezinho Ltda. – CS – RS

2.2.2.5 – Canion Agência de Viagem e Turismo Ltda. – CS – RS	
2.2.2.6 – Montanha Equipamentos – Neyton Reis Filho - ME	
2.3 – COMITÊ SETORIAL DAS ENTIDADES TRABALHADORAS.....	02 votos
2.3.1 – Sindimadeira - RS	
2.3.2 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambará Do Sul	
2.3.3 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Praia Grande	
2.3.4 – Câmara dos Diretores Lojistas de Praia Grande	
2.4 – COMITÊ SETORIAL DAS COMUNIDADES DO ENTORNO.....	02 votos
2.4.1 – Associação de Moradores de Morro Agudo e Morro Grande – CS/RS	
2.4.2 – Associação Cambaraense Pró-Turismo – ACPROTUR – CS/RS	
2.4.3 – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba – PG/SC	
2.4.4 – Cooperativa Consumidores Produtos Ecológicos Vale Mampituba – PG/SC	
2.5 – COMITÊ SETORIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE	02 votos
2.5.1 – Representante de Moradores do PNAS	
2.6 – COMITÊ SETORIAL DAS ENTIDADES AMBIENTAIS:	02 votos
2.6.1 – Núcleo Amigos da Terra / Brasil – NAT - RS	
2.6.2 - Associação Ecológica de Canela – ASSECAN - RS	
2.6.3 – Associação Ambiental Projeto Curicaca – CS – RS	
2.6.4 – Sócios da Natureza – SC	
2.7 – COMITÊ SETORIAL DAS ENTIDADES RECREATIVAS SEM FINS LUCRATIVOS:.....	02 votos
2.7.1 – Associação Cânions da Serra Geral – SC	
2.7.2 – Associação Brasileira de Canionismo / ABCanion – RS	

2.7.3 – Assoc. Praiagrandense de Condutores de Ecoturismo – APCE – SC	
2.7.4 – Associação Gaúcha de Montanhismo – RS	
2.7.5 – Associação Portoalegrense Escalada Canion Alta Montanha - APECAM-RS	
2.8 – COMITÊ SETORIAL DOS COMITÊS E FÓRUNS:	02 votos
2.8.1 – Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RS	
2.8.2 – Comitê da Bacia do Rio Araranguá – SC	
2.8.3 – Conselho Municipal de Assistência Social de Cambará do Sul – RS	
2.8.4 – Conselho Municipal de Turismo de Praia Grande - SC	

Fonte: Regimento Interno do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.

Formado o Conselho, ficou a cargo dos conselheiros determinarem a zona de amortecimento⁵⁶, sendo que a comunidade de Cambará do Sul, representada pela maioria dos conselheiros, apresentou uma proposta, onde a zona de amortecimento teria uma extensão de zero a mais de dez quilômetros, de forma que “não prejudicasse nem a comunidade e nem ao meio ambiente”. Os representantes do município de Praia Grande alegaram a falta de esclarecimentos e sugeriram que a participação da comunidade deveria ser ampla e não através de representações. Na reunião seguinte, com ampla participação da comunidade de Praia Grande (150 participantes entre empresários, líderes comunitários e agricultores), após explanação por parte dos conselheiros sobre a área de amortecimento e Plano Manejo, a proposta colocada em votação foi rejeitada. Por desconhecimento as restrições futuras e falta de consulta à população local, a comunidade por unanimidade resolveu não opinar sobre a delimitação da referida área. Na ocasião, os representantes dos

⁵⁶ A Zona de Amortecimento dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral incluem, no planalto, São Francisco de Paula e, principalmente, Cambará do Sul e, na planície costeira, fundamentalmente, terras dos municípios de Praia Grande e Jacinto Machado, em Santa Catarina, e Mampituba, no Rio Grande do Sul.

municípios vizinhos de Jacinto Machado e Cambará do Sul também apresentaram suas preocupações com as normas e restrições observando que “agricultura não influenciará em risco algum ao parque, uma vez que o fluxo dos diversos córregos de água se dá de dentro para fora das UC’s” além disso, enfatizou-se novamente “a falta de participação efetiva da população como previsto no SNUC”. Por solicitação de um membro de ONG catarinense (Sócios da Natureza), foi proposto que a Empresa Sócio Ambiental, encarregada de elaborar o Plano de Manejo, fizesse audiências públicas (coordenadas pela IBAMA) com as comunidades envolvidas (Praia Grande, Jacinto Machado e Cambará do Sul), com o objetivo de esclarecer questões sobre área de abrangência dos parques, da zona de amortecimento⁵⁷, da área de entorno, SNUC e Plano de Manejo⁵⁸. Legalmente, a zona de amortecimento é definida como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas à normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (SNUC, 2002). As ações propostas pela zona de influência dos Parques, atuaria, portanto, em dois sentidos: a minimização dos impactos negativos das atividades do entorno, através da normatização sobre o uso e ocupação do solo e dos recursos, e a implementação de atividades compatíveis com os objetivos de manejo dos parques (MMA/IBAMA, 2003). Em julho de 2003, foi apresentada a seguinte proposta:

57 “No Brasil, a partir de 1990, a legislação passou a contemplar a questão da ZA enquanto zona tampão basicamente através de duas disposições legais. O Decreto Federal nº 99.274 de 06 de junho de 1990, de acordo com BRASIL (1990^a), que subordinou qualquer atividade, num raio de dez quilômetros em torno das UCs, que possa afetar a biota e as normas ditadas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. E a Resolução do CONAMA nº 013 de 06 de dezembro de 1990, que reafirmou o raio circundante das UCs de 10 quilômetros e determinou que cabe ao órgão responsável por cada UC, juntamente com os órgão licenciadores e de meio ambiente, definir as atividades na sua área de entorno que possam afetar a biota da UC. Uma base de melhor definição legal ocorreu através da Lei Federal nº 9,985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Além de definir zona de amortecimento, contemplou objetivos e diretrizes que consideram as populações e áreas circundantes as UCs, em termos conservacionistas, sociais, econômicos, políticos e participativos” (BRESOLIN, 2002, p. 86).

58 De acordo com o SNUC, “o Plano de Manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade”.

- A linha segue basicamente divisores de água e estradas. Entra no Cânion Josafás, com objetivo de manter a integridade desta área e a manutenção da conexão dos demais cânions.
- A determinação da linha de amortecimento abrange a zona urbana das cidades e entorno, engessando o crescimento desta área, a não ser que no Plano Diretor da cidade conste a ampliação da área.
- Há uma normatização de algumas atividades dentro dessa Zona de Amortecimento, permitindo que os produtores se adaptem dentro destas legislações. Áreas como plantação de banana terão que se adaptar à legislação vigente e orientações e determinações do Plano, como manter cursos d'água, erosão e recomposição de áreas degradadas,
- Incentivo ao desenvolvimento da atividade turística nas propriedades do entorno e amortecimento, permitindo o desenvolvimento dessa atividade econômica.
- No planalto serão mantidos os corredores ecológicos de campo e mato, observando-se as áreas de campo em contato com Matas de Araucárias. Para o plantio de Pinus estão sendo discutidas com o Ministério Público e empresas do setor, as diretrizes para esse plantio, tais como: faixa de 500m de exclusão do plantio do pinus, de 500 metros até 1.500 metros, talhões de 200 há, com cortina de espécies florestais nativas na face voltada para os parques, apenas 30% da área da propriedade poderá ser plantada com pinus, que seu posicionamento esteja de tal forma que a predominância dos ventos incidam perpendicularmente sobre a face oposta da cortina, etc.

A efetivação da proposta da zona de amortecimento e a elaboração do Plano de Manejo ignoraram completamente os pequenos agricultores catarinenses afro-descendentes da comunidade de São Roque/Pedra Branca, localizada dentro dos limites e no entorno dos Parques e com áreas sobrepostas aos Parques Nacionais. A menção feita no Plano de Manejo ressaltava mais a peculiaridade do fato do que as implicações jurídicas decorrentes da sua presença. Os direitos daquelas populações são garantidos pela Lei 9.985 de 18 de junho de 2000 que instituiu o SNUC, que lhes assegura “as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais”. Após a reabertura dos parques, com a intensificação das proibições e restrições, seus pleitos eram no sentido de que houvesse um relaxamento das normas restritivas que lhe afetavam: proibição de colocação de roças novas, proibição de utilização de madeiras para reconstrução de casas, assim como receber a garantia de permanecer no local.

A trajetória do grupo confirma as observações de Alonso & Costa (126) de que “o processo conflituoso constitui os agentes, possibilitando a formação de novas identidades, inexistentes quando do início do processo”. Inseridos na nova conjuntura que se abre no país, de reconhecimento através da legislação federal dos direitos fundiários aos remanescentes de quilombos, a comunidade de São Roque, a partir de 2003, passou a discutir e buscar ativamente a possibilidade de reivindicação pública da condição de comunidade remanescente de quilombos (FERNANDES, 2005, p.12).

Em 2004, foi criada a Associação de Remanescentes de Quilombos de São Roque, iniciada com o objetivo de pleitear o reconhecimento de comunidade etnicamente diferenciada e de ser, juridicamente, tratados como “populações tradicionais”. Em julho de 2004, a Associação recebeu da Fundação Cultural Palmares a certificação e passou a estabelecer contatos com as diversas esferas públicas responsáveis pela questão quilombola (INCRA, Ministério Público Federal, IBAMA) e com membros de outras comunidades remanescentes. O laudo antropológico foi realizado pelo NUER – Núcleo de

Estudo sobre Identidade e Relações Interétnicas – UFSC. Possui 76 sócios, mas inclui várias famílias que não residem mais em Praia Grande.

A comunidade de São Roque, cuja presença histórica funde-se com a própria história da criação da localidade de Praia Grande, foi portanto, o último grupo de interesse a entrar de forma organizada na disputa sócio-espacial. A condição de “remanescentes” é apropriada: uma grande enchente em 1974, as restrições ambientais e a falta de oportunidades reduziu a comunidade a poucas famílias: apesar da associação ser composta de 60 famílias, apenas vinte e seis delas residem na comunidade. O longo processo de desapropriação “vem matando à míngua”, como disse um morador referindo-se aos moradores que insistem em permanecer no local. De acordo com nosso entrevistado, além dessas 26, mais quatro famílias não-associadas são residentes, sendo que o resto dos proprietários “são de fora”. A disputa com o IBAMA pela “liberdade de plantar” (informação verbal)⁵⁹ e pelo direito de permanência das famílias (sete)⁶⁰ que possuíam propriedades dentro dos Parques, mobilizou diferentes agentes em diferentes escalas espaciais e expôs os outros pleitos da comunidade: falta de saneamento básico, transporte e moradia. Face à resistência do IBAMA em permitir sua permanência, o Ministério Público entra como defensor da comunidade quilombola, entendendo que o direito quilombola prevalece ao direito do estado em destinar áreas de preservação ambiental (informação verbal)⁶¹.

Apesar de que a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação dispõe que esse seja dirigido por diretrizes que “asseguem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das

⁵⁹ Entrevista com Sr. Afonso Pereira dos Santos Filho, agricultor. Entrevista concedida à autora em julho de 2005.

⁶⁰ De acordo com documentos constantes no processo de Tutela Coletiva – Comunidade Quilombola, na localidade de São Roque, no município de Praia Grande/SC – Procuradoria da República em Criciúma, a falta de detalhes sobre a situação fundiária dos Parques deixa dúvidas à respeito da condição dos moradores. O IBAMA informa que das sete propriedades, uma já teria sido indenizada e a outra não tem registro da ocupação. As propriedades restantes ainda não foram indenizadas.

⁶¹ Entrevista com o Procurador do Ministério Público Federal de Criciúma, Ricardo Kling Donini. Concedida à autora no dia 09/11/2005

unidades de conservação” (Art. 5º, inciso III, da Lei n. 9.985/00), estas diretrizes nem sempre têm sido observadas. O cumprimento da lei, dependerá, em última instância, da capacidade política dos agentes sociais de demandarem seus direitos. A realidade social mostra, no entanto, que o conflito pela apropriação social dos benefícios da preservação, é um processo de luta política cuja escala de atuação deve ser construída cotidianamente. Neste sentido, Vainer (2001) enfatiza que "as escalas não estão dadas, mas são, elas mesmas, objetos de confronto, como também é objeto de confronto a definição das escalas prioritárias onde os embates centrais se darão".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo de investigação tem seus limites. Chego aqui, ao limiar deste “olhar para minha aldeia”. Mais que respostas conclusivas a pesquisa abriu uma série de novos questionamentos...

O papel dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral nas mudanças sócio-espaciais ocorridas no município de Praia Grande é indiscutível. A pesquisa mostrou que o aproveitamento das belezas paisagísticas do PNAS para atividades de turismo e lazer, foi, sem dúvida, um dos maiores objetivos desde a sua criação. Ainda que, em um segundo momento com a criação do PNSG tenha havido uma orientação mais incisiva para a preservação.

Articulando uma rede de interesses em várias escalas, mas principalmente voltada aos interesses gaúchos, a atividade turística resumiu-se, no entanto, à exploração da visitação ao Parques. Apesar do apelo turístico e das orientações para que o entorno se funcionalize de forma a absorver a demanda turística, a reversão dos benefícios sociais da atividade para a comunidade ainda é um sonho.

A recente determinação, de proibir atividades de turismo de aventura em algumas partes dos Parques, minou uma das formas de geração de renda para os guias locais. Os projetos recentes de agroturismo, propostos pela ACEVAM, parecem ser uma das estratégias para a inclusão das famílias locais e para aliar o turismo à agricultura. Estudos que venham a aprofundar melhor a dinâmica territorializadora do turismo nos vários municípios que compõem a região, são, portanto, de suma importância.

A emergência de grupos ambientalistas, a partir dos anos de 1990, evidencia não só o fortalecimento dos objetivos da preservação, mas também traz à cena um importante grupo de interesse, capaz de articulação interescalar e de proposição para os rumos sócioespaciais não só dos Parques, mas do

entorno. Sem dúvida, os rumos da atividade agrícola nas áreas destinadas à preservação é o principal desafio a ser enfrentado, já que a situação dos agricultores familiares dentro da zona de amortecimento dos parques é extremamente vulnerável. Por um lado as atividades tradicionais são cada vez mais reprimidas e já não garantem a sua reprodução sócio-econômica e cultural. Por outro, a conversão a outras atividades ou as adaptações necessárias encontram resistências e entraves. As ONGs locais e regionais têm sido os agentes responsáveis por uma articulação entre a direção dos Parques e outras agências e na proposição de estratégias que compatibilizem a agricultura, a preservação e o turismo. Futuras pesquisas, poderiam buscar acompanhar a atuação destas organizações, avaliando a construção das novas articulações escalares que estas atuações engendram .

A sobreposição de terras quilombolas com áreas do parque e da zona de amortecimento também coloca questões importantes para serem exploradas por futuras pesquisas. Além da observação da trajetória da comunidade na busca de seus direitos ao território, outros desafios se colocam. A titulação das terras quilombolas presumiria o assentamento de famílias que não se encontram na área atualmente. A garantia da sustentabilidade econômica e ambiental destas famílias seria, portanto, mais um desafio a ser enfrentado.

Apresentados os conflitos e os grupos de interesse que o conformam, explorações futuras poderão também investigar a eficácia dos mecanismos de participação na gestão dos parques. A participação oferecerá mecanismos reais de prevenção de conflitos? Que alianças se fortalecerão e de que maneira as disparidades sociais e econômicas poderão ser dirimidas? O órgão gestor conseguirá articular e mediar estas discrepâncias?

Gostaríamos de observar que a pesquisa realizada não tem por objetivo oferecer uma “solução para os conflitos”, nem apontar caminho e soluções, mas deve ser considerada como um exercício de análise de um momento de tensão social. Mesmo tendo consciência que a prática intelectual talvez não seja a mais

importante e eficaz maneira de mudar as coisas, e que o conhecimento acadêmico não preceda a mudança social, esperamos que estas reflexões sirvam de alguma maneira para a compreensão dos problemas estudados, de forma que tanto os benefícios quanto os custos da conservação sejam melhor repartidos.

REFERÊNCIAS

ADGER, W. N.; BROWN, K. and TOMPKINS, E. L. **The political economy of cross-scale networks in resource co-management.** Ecology and Society 10(2): 9. 2005 [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol10/iss2/art9/> acesso em 09/06/2006.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil.** In: Ecologia política. Naturaleza, sociedad y utopia. Buenos Aires, CLACSO, 2002. www.centrodametropole.org.br/textos.html. Acesso em 09/05/2006

ANDRADE, Manuel Correia de. **O desafio ecológico: utopia e realidade.** São Paulo: Hucitec, 1994. 108p. (Coleção Geografia: Teoria e Realidade, n. 24).

ANDREOLI, Cleverson Vitorio. **Principais resultados da política ambiental brasileira: o setor público.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 26(4):10-31. out./dez. 1992.

BEAUD, Michel. **Arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BENJAMIN, Antônio Herman (coord.). **Direito Ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 232- 247.

BERKES, Firket. **Conexões institucionais transescalares.** In: VIEIRA, P. F. et alli. Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais. Conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco /APED, 2005.

BOBBIO, N; MATTEUCI,N.; PASQUINO, G. (Org.) **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1992.

BORRINI-FEYERABEND, Grazia, KOTHARI, Ashish & OVIEDO, Gonzalo. **Indigenous and Local Communities and Protected Areas Towards Equity and Enhanced Conservation**. Best Practice Protected Areas Guidelines No.11. World Commission on Protected Areas (WCPA) /IUCN - The World Conservation Union, 2004.

BRASIL. DECRETO FEDERAL número 47.446 de 17 de dezembro de 1959. Cria o Parque Nacional de Aparados da Serra no Município de São Francisco de Paula, no Estado do Rio Grande do Sul. República Federativa do Brasil.

_____. DECRETO FEDERAL número 70.296 de 17 de março de 1972. Altera os limites do Parque Nacional de Aparados da Serra. República Federativa do Brasil.

_____.DECRETO FEDERAL número 84.017 de 21 de setembro de 1979. Regulamento dos parques nacionais brasileiros. República Federativa do Brasil.

_____. LEI FEDERAL número 4.771 de 15 de setembro de 1965. Código Florestal. República Federativa do Brasil.

_____. LEI FEDERAL número 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Lei de Crimes Ambientais. República Federativa do Brasil.

_____. LEI FEDERAL número 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o arti. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

BRIGHTWELL, Maria das Graças Santos Luiz. **O espaço natural e o espaço histórico cultural na região do Parque Nacional de Aparados da Serra**.

Trabalho de conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

_____, A comida na roça e as transformações no meio rural In: BRIGHTWELL, M. G. S. L et alli (Org). **Saberes e Sabores de Praia Grande: Práticas Alimentares, Memória e História**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005. p. 25-47.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservação: Intenções e Resultados**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

BRUSTOLIN, Cíndia. **Lutas pela definição de concepções de justiça na construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra – RS/SC**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Porto Alegre, 2003.

BUCKLES, D. (Ed.): **Cultivar la Paz: conflicto e colaboración en el manejo de los recursos naturales**. Ottawa: IDRC, 2000.

CARLOS, A. F. A. **O consumo do espaço**. In: CARLOS, A. F. A (ORG.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: **Mundo rural e cultura**. Org. Roberto José Moreira, Luiz Flávio de Carvalho Costa. RJ: MAUAD, 2002.

CARVALHO, Isabel. **Ecologia, desenvolvimento sustentável e sociedade civil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 25(4):4-11. out./dez.1991.

CARVALHO, I. & SCOTTO, G. **Conflitos socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.

CASTRO, A. Peter; NIELSEN, Eric. **Natural Resource Conflict Management case studies: an analysis of power, participation and protected areas.** Rome: Food and agriculture Organization of the United Nations, 2003.

CHAPE, S; BLYTH, S; Fish, L; FOX, P; SPALDING, M. **United Nations List of Protected Areas.** Cambridge (United Kingdom): UNEP World Conservation Monitoring Centre. 2003

CHEVALIER, Jacques. **Stakeholder Analysis and Natural Resource Management.** Ottawa: Carleton University, 2001. www.carleton.ca/~jchevali/STAKEH2.html. Acesso em 04/04/2006.

COLCHESTER, M. **Salvaging Nature. Indigenous people, Protected Areas and Biodiversity Conservation.** World Rainforest Movement, 2003.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA A PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CIMA). **Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Brasília: dez. 1991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Série ação parlamentar, n. 56, 1995.

COSTA, Josane Moreira de. **Agricultura familiar e a questão da sustentabilidade: o exemplo da produção agroecológica no município de Praia Grande (SC).** Dissertação. UFSC, Fpolis. 2000.

DEAN, Warren **A ferro e a fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL PRETTE, Marcos Estevan. **Apropriação de recursos hídricos e conflitos sociais: a gestão das áreas de proteção aos mananciais da região**

metropolitana de São Paulo. Tese de Doutorado. Geografia. USP. São Paulo, 2005.

DELANEY, David. Leitner, Helga. **The political construction of scale.** Political Geography, Vol. 16. N^a.2, pp.93-97, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S.V. (orgs.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DOUROJEANNI, Marc J. **Conflictos socio-ambientales en unidades de Conservación de América Latina.** *In:* Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais. Vol. I. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000, pp. 36-56.

EMBRAPA. **Atlas do Meio Ambiente do Brasil.** 2. ed. , Brasília:EMBRAPA-SPI: Terra Viva, 1996.

FERNANDES, R.C.; BUSTOLIN, C.; TEIXEIRA, L. "**Relatório Antropológico: A Comunidade São Roque**", unpubl. Florianópolis. 2005.

FERREIRA, Iara Vasco. **Uma política nacional para as áreas protegidas brasileiras.** IV Congresso Brasileiro de unidades de Conservação. Seminários Vol. II. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2004. 172-176.

FERREIRA, LÚCIA DA COSTA. **Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa.** Política e Sociedade. Revista da Sociologia Política. V2. n^o 07 – outubro de 2005. p. 105-118.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Brasil. I **SEESUL. Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Sul: Aspectos humanos da biodiversidade**. Florianópolis, 13 a 15 de novembro de 2003.

FERREIRA, L. C. **A Questão Ambiental: Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo. Boitempo Editorial. 2003. 154p.

GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Organizador Emir Sader Rio de Janeiro, Record, 2004

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

HEROD, Andrew. **Scale: The local and the Global**. In: HOLLOWAY, Sarah; RICE, Stephen P.; VALENTINE, Gill. Key Concepts in Geography. Londres: Sage Publications: 2003. 229-247.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS 1995. **Plano de ação emergencial - Parque Nacional de Aparados da Serra, RS**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/IBAMA. Brasília. 168p.

_____. 2004. **Plano de Manejo dos Parques Nacional de Aparados da Serra e Serra Geral**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/IBAMA. Brasília.

IBAMA/ GTZ. **Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil**. Projeto Unidades de Conservação. Brasília, 1997.

IBDF INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL 1984. **Plano de manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra**. Ministério da Agricultura/IBDF. Brasília. 245p. + anexos.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de Santa Catarina** - 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Agropecuário de Santa Catarina** - 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Agropecuário de Santa Catarina** - 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Agropecuário de Santa Catarina** - 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Censo Agropecuário de Santa Catarina** - 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

KINKER, Sonia. **O Ecoturismo como uma das estratégias para a conservação da natureza em parques nacionais brasileiros: estudo de caso dos parques nacionais de Aparados da Serra e Caparaó**. Dissertação Mestrado em Ciência Ambiental. São Paulo, 1999.

LEBEL, L., P. GARDEN, & IMAMURA, M.. **The politics of scale, position, and place in the governance of water resources in the Mekong region**. *Ecology and Society* **10(2)**: 18. 2005 [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol10/iss2/art18/>. Acesso em 06/05/2006.

LEIS, Hector Ricardo. **A-ventura-mor da política: uma análise das teorias e práticas do ambientalismo**. Tese apresentada ao Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dezembro de 1996.

MACCARTHY, James. **Scale, Sovereignty, and Strategy in Environmental Governance**. 2005. *Antipode* 37 (4), 731-753.

MANFREDO, Michael J. & BROWN, Perry. **The growth of a human dimension perspective in park and protected area management**. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, (1:2004: Curitiba).

Seminários Vol. 2. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004. p. 150-159.

MARCUZZO, Sílvia; PAGEL, Sílvia Mara & CHIAPPETTI, Maria Isabel S. **A reserva da biosfera da mata Atlântica no rio Grande so Sul: situação atual, ações e perspectivas.** Caderno 11. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1988.

MARSTON, Sallie. **A long way from home: Domesticating the social production of scale.** In: SHEPPARD, E. et. alli. *Scale and Geography Inquiry. Nature, Society and Methodology.* Malden: Blackwell, 2004. 174-191.

MAUHS, Julian. Folder do Espaço Cultural Pe Balduino Rambo. Sem data.

MERCADANTE. M. Uma Década de Debate e Negociação; a História da elaboração da Lei do SNUC. In: BENJAMIM. A. H. (org). **Direito Ambiental das Áreas Protegidas: O Regime jurídico das unidades de conservação.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p.190-231.

MMA/IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Aparados da Serra e Serra Geral.** Brasília, 2004.

MEDEIROS. R. **A política de Criação de Áreas Protegidas no Brasil: Evolução, contradições e Conflitos.** In: IV Congresso Brasileiro de Unidade de Conservação. Curitiba: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza/ Rede nacional Pró Unidades de Conservação, 2004. Anais, p. 601-611.

MILANO, M. S. **Unidades de Conservação - Técnica, Lei e Ética para a Conservação da Biodiversidade.** In: BENJAMIN, Antônio Herman (org.). *Direito Ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 3-41.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MITTERMEIER, R. A.; FONSECA, G. A.B. DA; RYLANDS, A. B. & BRANDON, KATRINA. **A Brief History of Biodiversity Conservation in Brazil**. Conservation Biology, Volume 19, No. 3, Junho de 2005. P. 601–607

MMA-Ministério do Meio Ambiente. **Primeiro relatório nacional para a convenção sobre diversidade biológica**. Brasília: MMA, 1998, 283 p.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional da Diversidade Biológica. Grupo de Trabalho Temático: Contribuição para a Estratégia de Conservação In-situ no Brasil** (Documento Base, Versão 1.0). Brasília: MMA, 1998, 22 p.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **A questão ambiental na Geografia do Brasil**. Florianópolis: CFH/UFSC, 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Anablume: FAPESP, 2001.

ORMEÑO, C.P. SAAVEDRA, P.S.M. **Conflictos ambientales: una oportunidad para la democracia**. Santiago: Observatório Latino Americano de Conflictos Ambientales, 1995.

PERES JUNIOR, V. Praia Grande no lombo das mulas: o grande transporte de alimentos. In: BRIGHTWELL, M. G. S. L et alli (Org). **Saberes e Sabores de Praia Grande: Práticas Alimentares, Memória e História**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005. p. 49-70.

PHILLIPS, A. **“Turning ideas on their head: the new paradigm for protected areas”**. The George Wright Forum 20(2). 2003. <http://www.uvm.edu/conservationlectures/vermont.pdf>. Acesso em 10/06/2006.

PHILLIPS, A., **Management Guidelines for IUCN Category V Protected Areas** – Protected Landscapes/Seascapes IUCN, Cambridge, UK and Gland, Switzerland, 2002. http://www.iucn.org/bookstore/HTML-books/BP9management_guidelines/cover.html. Acesso em 10/06/2006.

PIDSE - **Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-econômico: Diagnóstico Municipal de Praia Grande**. Florianópolis: SEPLAN: CEAG – SC, 1990. 29 f.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à Gestão Pública**. Série Educação Ambiental. IBAMA/MMA: Brasília, 2005.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural**. 3 ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos. 1994.

REITZ, Raulino. **Paróquia de Sombrio**. Brusque: [s.e.], 1948.

RODRIGUES ET AL. **Análise global de lacunas de conservação**. IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Seminários Vol. 2. Curitiba: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2004. p. 3-15.

RUNTE, Alfred. **National Parks: The American experience**. 3a ed. University of Nebraska Press, 1997. http://www.cr.nps.gov/history/online_books/runte1/index.htm em 04/06/2006.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Espacio, economia y sociedad**. Siglo Veinteuno de España Editores, S.A. Madrid, 1991.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **O retorno do Território**. In: Território: Globalização e fragmentação. SANTOS, M. (org.) São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Espaço e método**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SILVA, Clécio Azevedo da. Desafíos y dilemas del desarrollo sostenible en el espacio capitalista, In: **Cadernos de Economia**, n.6, jan-jun. Chapecó: UNOESC, 2000 (p. 41-54).

SILVA, C. A.; GELBECKE, Daniele Lima. **A valorização da paisagem no turismo rural**. In: IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 2004, Joinville. Anais do IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 2004. v. CD-rom.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Editora Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

SUERTEGARAY, Dirce Maria. **Notas sobre epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos. no 12 . Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Geociências., 2005.

SWYNGEDOUW, E. **“Neither global nor local: ‘glocalization’ and the politics of scale”**. In: COX, Kewin R. (org.) Spaces of globalization: reasserting the power of the local. New York/London: The Guilford Press, 1997. p. 137-166.

SWYNGEDOUW, E. **Excluding the other: the production of scale and scaled politics**. In LEE, R. & WILLS, J. (org.). *Geographies of economies*. London: E. Arnold, 1997a. p. 171–180

SWYNGEDOWN, E. **Scaled Geographies: Nature, Place, and the Politics of Scale**. In: SHEPPARD, E. et. alli. Scale and Geography Inquiry. Nature, Society and Methodology. Malden: Blackwell, 2004. 129-153.

TERBORGH, JOHN et al. (orgs). **Tornando os Parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

VAINER, C. B. **As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** Ética, Planejamento e construção democrática do espaço. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. vol. 1. Rio de Janeiro, 28 de maio a 1 de junho de 2001.

VIEIRA, Paulo Freire; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências.** Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIEIRA, P.F. e WEBER, J. (Orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 1997.

WRIGHT MILLS, Charles. **A imaginação sociológica.** Trad. De W. Dutra. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WALLAUER, Martha Tressinari Bernardes. **Sistemas de Unidades de Conservação Federais no Brasil: Um estudo analítico de categorias de manejo.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Florianópolis: UFSC, 1988.

YIN, R. K. **Case Study Research. Design and Methods.** 2ª ed. Califórnia: Sage Publications, 1989.

ZIMMERER, Karl S.; BASSETT, Thomas J. **Political Ecology: An Integrative Approach to Geography and Environment-Development Studies.** New York: Guilford Press, 2003.

JORNAIS

**SENTINELA CAMBARAENSE. INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE CAMBARÁ DO SUL – RS. Ano I, n° 11, Dez. 1978**

_____. Ano II, n ° 14, out. 1979

_____. Ano III, n ° 24, setembro 1980

_____. Ano IV, n ° 29, março 1981

_____. Ano IV n° 37, nov 1981.

JORNAL NH. Novo Hamburgo. Terça-feira. 8 de maio de 1990. p. 3

_____. Sexta-feira, 25 de maio de 1990.

JORNAL ZERO HORA. Porto Alegre, 25 de maio de 1990. p. 40

JORNAL CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 25 agosto de 1994.

JORNAL PIONEIRO. Caxias do Sul, Caderno da Região, 30 e 31 de maio de 1998, p. 16.

SITES

www.mma.gov.br/conferenvianacional

www.iucn.org/themes/wcpa/wcp2003

ENTREVISTAS

KLIPP, Maria. Proprietária de área no PNAS e moradora de Cambará do Sul. Entrevista concedida à autora em 31/10/ 2002.

LUIZ, Manoel Learcino. Funcionário Público e morador de Praia Grande. Entrevista concedida à autora em 17/11/2002.

REIS, Hugo Muniz dos. Funcionário Público e morador de Praia Grande,. Entrevista concedida à autora em 02/10/2002.

Oneide e Marisalva. Proprietários do Cafe Rural Tata na localidade de Mãe dos Homens. Entrevista concedida à autora em 21/02/05.

AGUIAR, Joice Silveira. Secretaria Municipal de Turismo. Entrevista concedida à autora em 21/02/2005.

RONSANI, Gilberto. Fotógrafo, historiador local e presidente do Conselho Municipal de Turismo. Entrevista concedida à autora em 21/02/2005.

BASSANETTI, Renzo Alberto Guilherme. Diretor do PNAS e PNSG. Entrevista concedida à autora em 22/02/2005.

MONTEIRO, Pedro Gomes. Morador da localidade de Vila Rosa. Fumicultor. Entrevista concedida à autora em 22/02/2005.

ROSA, Brandinês. Proprietária de Café colonial na localidade de Vila Rosa. Entrevista concedida à autora em 22/02/2005.

DUARTE, Alziro Pereira. Comerciante e morador da localidade de Mãe dos Homens. Entrevista concedida à autora em 02/08/2005.

DUARTE, Ivanildo da Silva Duarte e DUARTE, Ivanilda Silva. Agricultores e moradores da localidade de Alto da Esperança. Entrevista concedida à autora em 02/08/2005.

NASCIMENTO, Maria dos Prazeres Alves e NASCIMENTO, Pedro Hoffman. Bananicultores e moradores da localidade de Alto da Esperança. Entrevista concedida à autora em em 02/08/2005.

SPECK, Idelmar e SPECK, Maria Cardoso. Agricultores e moradores da localidade de Encruzo da Fortaleza. Entrevista concedida à autora em em 02/08/2005.

SANTOS, Nadir da Silva e SANTOS, José Bernardino . Agricultores e moradores da localidade de Alvorada. Entrevista concedida à autora em em 02/08/2005.

SANTOS, Ademir Pereira dos e SANTOS, Aparecida Loreci da Rosa. Fumicultores e moradores da localidade de Vista Alegre. Entrevista concedida à autora em 02/08/2005.

FERREIRA, Marisalva Passos (47). Agente de saúde e moradora da localidade de Zona Nova. Entrevista concedida à autora em 02/08/2005.

HENKEL, Maurício. Morador de Praia Grande e participante do movimento ambientalista. Entrevista concedida à autora em 07/07/2006.

MARTINHO, Jobson. Coordenador do Fórum de Desenvolvimento do Extremo Sul Catarinense. Entrevista concedida à autora em 08/11/2005.

LUIZ, Paulo Bráz Santos. Extencionista Rural da EPAGRI e Difusor Florestal na região, Entrevista concedida à autora em 20/07/2006.

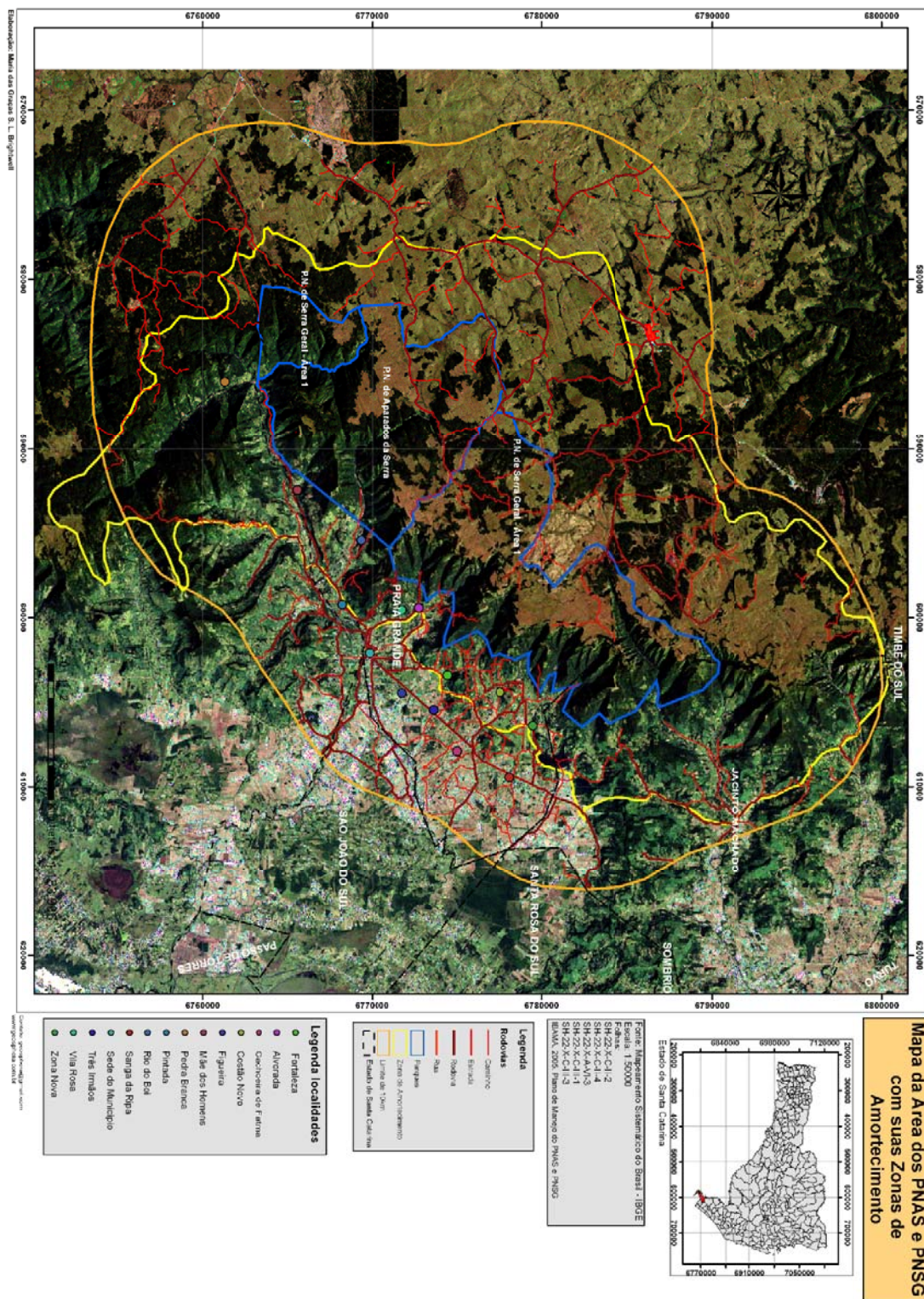
SELAU, Paulo Giovanni. Técnico da ACEVAM. Entrevista concedida à autora em 02/08/2005

SILVA, Jonathan Reis da Silva. Engenheiro Sanitarista e funcionário da Prefeitura Municipal de Praia Grande (Secretaria de Meio Ambiente). Entrevista concedida à autora em 02/08/2005.

FERRIGO, Itamar. Presidente da ACEVAM e vice-prefeito. Entrevista concedida à autora em 03/08/2005

ROCHA, Maria Inês da Rocha. Funcionária da Secretaria de Turismo do Município de Praia Grande- SC. Entrevista concedida à autora em 03/08/2005.

ANEXO 1 MAPA DA ÁREA DOS PNAS E PNSG COM SUAS ZONAS DE AMORTECIMENTO



ANEXO 2 MODELO DA ENTREVISTA REALIZADA COM AGRICULTORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

INSTRUMENTO DE COLETA, REGISTRO E ANÁLISE DE DADOS

ENTREVISTA COM MORADORES DO ENTORNO DOS PARQUES
NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL

Título provisório do estudo: Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e o processo de funcionalização espacial no município de Praia Grande- SC

Mestranda: Maria das Graças Santos Luiz Brightwell

Orientador: Clécio Azevedo da Silva

Data:

Dados gerais do sujeito da pesquisa

Sexo: Estado Civil: n^o filhos: Idade: Local de
Nascimento: Escolaridade:

Características da propriedade

1. Qual o tamanho da propriedade?
2. Quais as principais culturas que produz e área cultivada?
3. A propriedade é sua?

4. Há quanto tempo mora nesta propriedade?
5. Como foi formada esta comunidade?
6. A comunidade aumentou ou diminuiu nas últimas décadas?
7. O que plantava antes que não planta mais?
8. A produção é para consumo ou venda? Para onde vende?
9. Trabalha em algo mais além da agricultura? O que?
10. Quem mais trabalha na propriedade?
11. Qual o destino do seu efluente doméstico?
12. Quais as práticas conservacionistas que utiliza na propriedade?

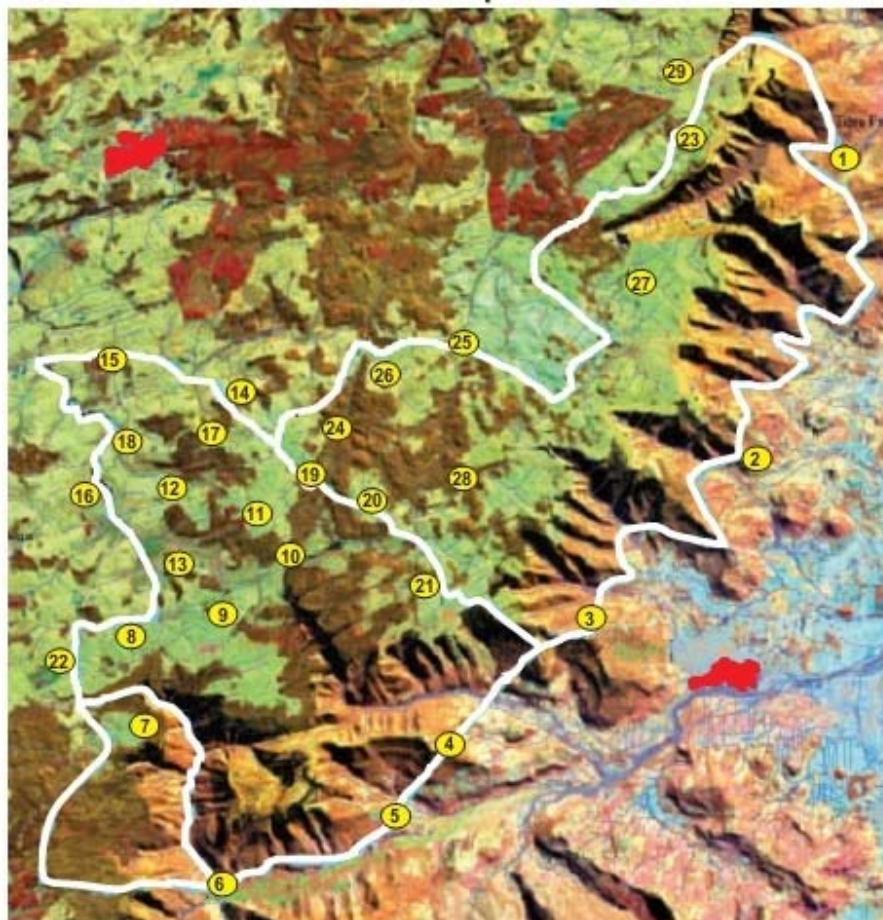
Relação com o parque

1. Conhece os Parques Nacionais?
2. Já visitou algum dos Parques Nacionais?
3. Já recebeu informações sobre os Parques Nacionais?
4. O que achou?
5. Para você, os parques são importantes?
6. Você considera que o pessoal administrativo do parque está integrado as comunidades vizinhas?
7. De que forma poderia acontecer esta integração?
8. Qual o principal problema enfrentado pela comunidade em relação ao parque?
9. Como o parque afeta a sua vida ? (pontos positivos e negativos)
10. Que restrições o parque apresenta para a sua atividade?
11. O que tem feito para superar estes problemas? E os vizinhos?
12. Quais os benefícios que o Parque trouxe para a comunidade?
13. Como tem se relacionado com o parque (multas, participação em reuniões, apresentação do plano de manejo)
13. Qual a posição de sua propriedade em relação ao parque?
14. O que sabe sobre o plano de manejo?
15. O que sabe sobre a zona de amortecimento no entorno do parque? Conceito de zona de amortecimento: É o entorno de uma unidade de conservação (parque

nacional, neste caso), onde as atividades humanas estão sujeitas às normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

16. Você acha que a implantação da zona de amortecimento nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral podem trazer conseqüências para as populações locais? Se você respondeu afirmativamente, quais?
17. Se essas conseqüências forem negativas, o que poderia ser feito para compensá-las?
18. Qual o principal problema de quem vive no entorno do Parque Nacional de Aparados da Serra e Serra Geral?
19. Quais os principais problemas ambientais enfrentados pela comunidade?
20. Tem algum interesse em programas de agricultura orgânica?
21. Considera que sua propriedade tem potencial para o ecoturismo ou turismo rural?
22. Identifica algum conflito entre a atividade turística e a agricultura?
23. Acha que o turismo pode auxiliar o crescimento da agricultura?

3- Moradores e Pressões Antrópicas



<p>1- Tigre Preto Caça, lixo, erosão, extração de palmito, animais domésticos, moradores, pinus</p> <p>2- Chumido Extração mineral, caça, moradores, agricultura, animais domésticos, lixo</p> <p>3- Mirante Serra Faxinal Lixo, depredação da vegetação</p> <p>4- Rio do Boi Agricultura, moradores, caça, animais domésticos</p> <p>5- Mão dos Homens Caça, lixo, moradores, agricultura, espécies vegetais exóticas</p> <p>6- Pedra Branca Caça, agricultura, lixo sazonal, festa religiosa</p> <p>7- Faxinalzinho Pinus exóticos, caça, trânsito de bovinos</p>	<p>8- Fazenda Capão Alto Dispersão de pinus, gado, javalis</p> <p>9- Itaimbezinho sul Moradores, gado, lavoura</p> <p>10- Itaimbezinho Moradores, gado, eucalipto, lavoura</p> <p>11- Moradores, gado, porcos, lavoura</p> <p>12- Pinus, moradores, gado, lavoura, eucalipto</p> <p>13- Javalis, eucalipto, gado</p> <p>14- Morro Agudo Moradores, pinus, gado, animais domésticos</p> <p>15- Camisas Pinus, moradores, gado</p> <p>16- Azullega Caça, pesca, moradores, eucalipto</p> <p>17- Moradores, gado, pousada, javalis, eucalipto</p>	<p>18- Moradores, gado, javalis, lavoura, eucalipto</p> <p>19- Moradores, gado, eucalipto, lavoura, pinus</p> <p>20- Moradores, lavoura, gado, eucalipto</p> <p>21- Gado</p> <p>22- Área de risco de queimadas, javalis</p> <p>23- Área de risco de queimadas, gado, caça</p> <p>24- Pinus</p> <p>25- Pinus</p> <p>26- Moradores, gado, pinus, lavoura, eucalipto</p> <p>27- Gado, lavoura</p> <p>28- Gado, lavoura</p> <p>29- Caça, trilha a cavalo, passagem de gado serraitoral</p>
---	--	--

Fonte: MMA/IBAMA. Plano de Manejo, 2004.

ANEXO 4 REPORTAGEM NO JORNAL NH - HOVO HAMBURGO - 8 DE MAIO DE 1980

Terça-feira, 8 de maio de 1980

GERAL

NH □ 3

Fauna, flora e rara beleza natural

Os Aparados da Serra compõem uma região de rara beleza natural, situada a nordeste do Rio Grande do Sul, e a sudeste de Santa Catarina. Dentro de seus limites estão o Itaimbezinho, a Fortaleza, o Malacata e outros componentes canyons. A flora é rica, com espécies representativas de vários pontos do Estado, em uma área demarcada de 12 mil hectares. Há um projeto de desapropriação de mais 20 mil hectares. É formada por campos limpos, surfechos, muito úmidos, além da mata de araucária, samambaias e orquídeas. Na zona de transição, entre araucárias e campos dos Aparados, estão arbustos e muitas flores. O desmatamento das áreas adjacentes ao Parque, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, motivado pela exploração da madeira e plantio de Pinus, vem forçando um confinamento da fauna às matas e campos. A fauna que era abundante hoje é escassa, devido aos caçadores e madeireiros, sendo a área do Parque - se bem protegida - a melhor forma de reconstituí-la. Entre as espécies que podem ser encontradas com facilidade, estão: graxaim, jaguatirica, suçuarana, gato do mato, veado campeiro, veado bororó, cotia, paca, ourico-cacheiro e o tatu-galinha. Em extinção estão os lobos-guará e macacos bugio. Existem ainda 150 espécies de aves, algumas raras como gavião-pato e gavião-tesoura. Acampar na Fortaleza e acordar com bugios comendo restos de frutas, é de conhecimento de muitos campistas da região. Além destes aspectos notáveis, há outros como o canyon do Itaimbezinho, com extensão de 5.800 metros, largura de 600 a 2.600 metros e profundidade média de 720 metros. (RN)

Irracionalidade marca obras no Aparados

Os campos, matas e penhascos que compõem os 12 mil hectares do Parque Nacional dos Aparados da Serra, em Cambará do Sul, estão sofrendo uma ocupação irracional por parte do governo do Estado. A área está sendo cortada pela estrada Rota do Sol, que liga a Serra ao litoral norte, além de ligação asfáltica até o canyon do Itaimbezinho, lugar de rara beleza que agora está recebendo outra estrutura para exploração turística. Soando o conceito de anti-estruturado por parte do Estado, bastaria uma medida que preserva o meio ambiente em um parque nacional que precisa, antes da pavimentação e turistas sem muita cultura para o camping selvagem - de fiscais e demarcação de áreas de proteção e ocupação humana.

Não são as máquinas pesadas da construtora Sultepa cortando o Parque em direção ao mar, o alvo de críticas dos ecologistas gaúchos, unidos pela causa, mas sim os investimentos exclusivos na abertura da estrada e ocupação dos Aparados. A Comissão de Defesa dos Aparados da Serra (rua João Alfredo, 439, Porto Alegre, com reunião todas as segundas à noite), que tem integrantes hamburgueses como Julian Mahus e Maurício Henkel, do Roessler, não se opõe a exploração turística do Parque, mas sim a sua irracionalidade. O código florestal e da mata atlântica deve ser respeitado - isso é básico para os ecologistas. Mas não parece ser lógico para o governo e prefeitos de cidades vizinhas (Cambará e São



Fortaleza, um dos mais belos pontos da região dos Aparados da Serra

Francisco de Paula) que incentivam não só a pavimentação dos acessos e corte do Parque com a estrada, como também endossam os estudos para implantação de um teleférico na fenda do Itaimbezinho.

Estas obras - principalmente o teleférico - transgridem frontalmente o artigo 24 do decreto 84.017/79 da legislação federal sobre parques, que impede investimentos desta natureza em áreas de alta proteção, como o Aparados, fundamentando a posição dos ecologistas. Maurício e Julian lembram que paralelo a abertura da estrada, o governo e os prefeitos deveriam estar preocupados com o plano de manejo do Parque,

com a contratação de, pelo menos, 13 guardas florestais, guias e condições mínimas de atendimento ao turista, como lixeiras, banheiros e material de divulgação sobre os recursos naturais e formas de preservação da fauna e flora. Ecologistas querem também que o governo explique na Assembleia seu plano de ocupação turística da área e lembrem que nem o orçamento aprovado para manutenção do Parque para este ano, oriundo do governo federal, foi liberado. Pela integridade desta maravilha da natureza, nada está sendo feito. Somente camadas de asfalto que fiquem prontas, de preferência, antes das eleições de outubro. (Roberto Nielsen)

Supiragui, um exemplo

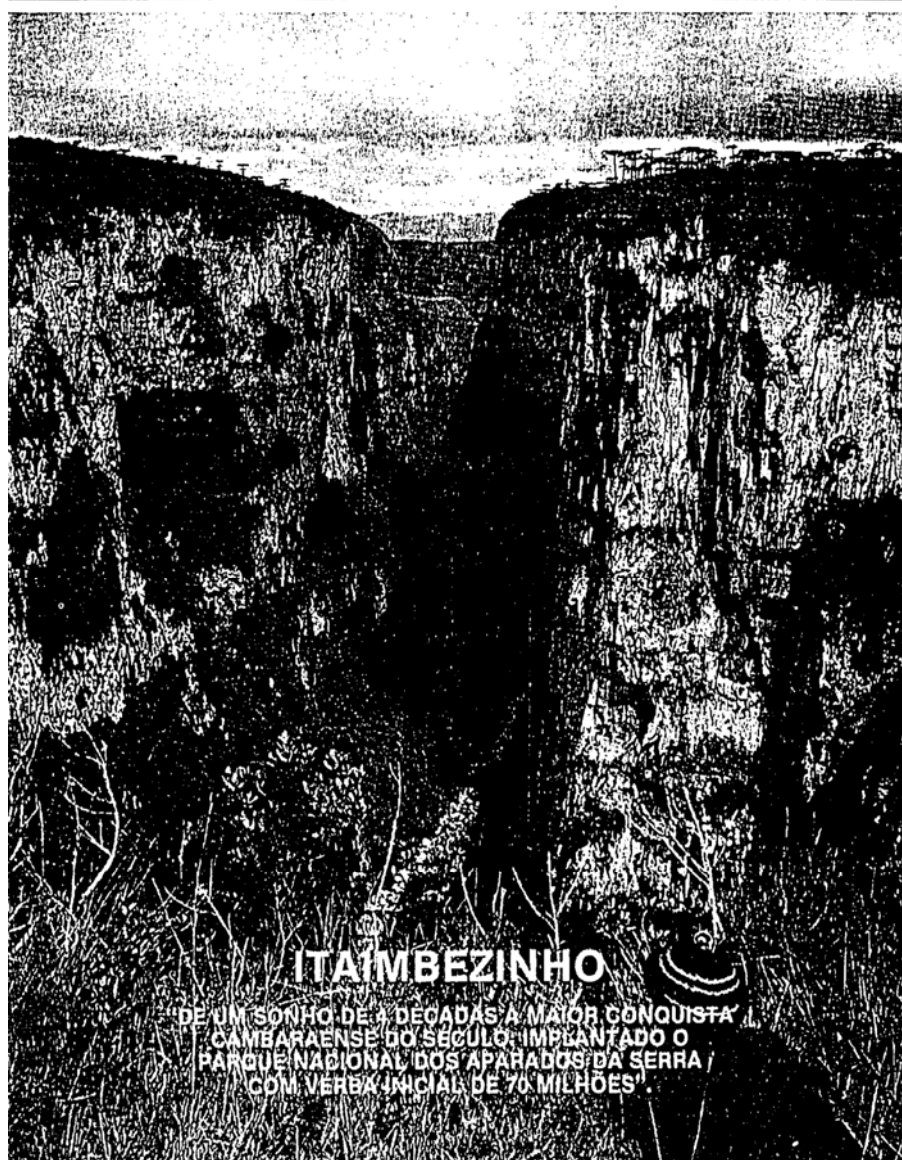
Por Roberto Nielsen da Editora de Geral

Em fevereiro deste ano esteve por 15 dias no Parque Nacional do Supiragui, uma ilha localizada na divisa do Paraná com São Paulo. Há três anos conheço também a região dos Aparados da Serra, dentro e fora dos 12 mil hectares de Parque. Há, nas duas regiões, um aspecto comum: a beleza natural que emociona e energiza. O Supiragui, distante quatro horas de barco de Paranaguá (PR) e pertencente ao município de Guaíma, foi decretado Parque no ano passado, após intenso trabalho do deputado Pizzatto junto a Assembleia e governo Federal. Só que há uma grande distância entre a implantação deste Parque e do Aparados, que é bem mais antiga, tendo sido criado em 1959. No Supiragui, ao chegar de barco logo se é recebido e bem orientado por três guardas florestais, com residência fixa na área, que informam sobre os recursos e as penalidades para quem pescar predatoriamente ou cortar árvores, fazer fogueiras nos bosques. Não há nada de repressão, somente instrução. Os próprios pescadores são fiscais, orientando sobre a colocação de lixo e tipos de peixe que podem ser pescados. Só agora, depois de toda a fiscalização e consciência preservacionista bem encaminhadas, é que o governo do Paraná pensa em incrementar o turismo na ilha. Uma relação inversa do que se pretende com o Aparados, onde o asfalto está chegando antes que lixeiras e guardas florestais.

ANEXO 5 REPORTAGEM NO INFORMATIVO DA PREFEITURA DE CAMBARÁ DO SUL - SETEMBRO DE 1980

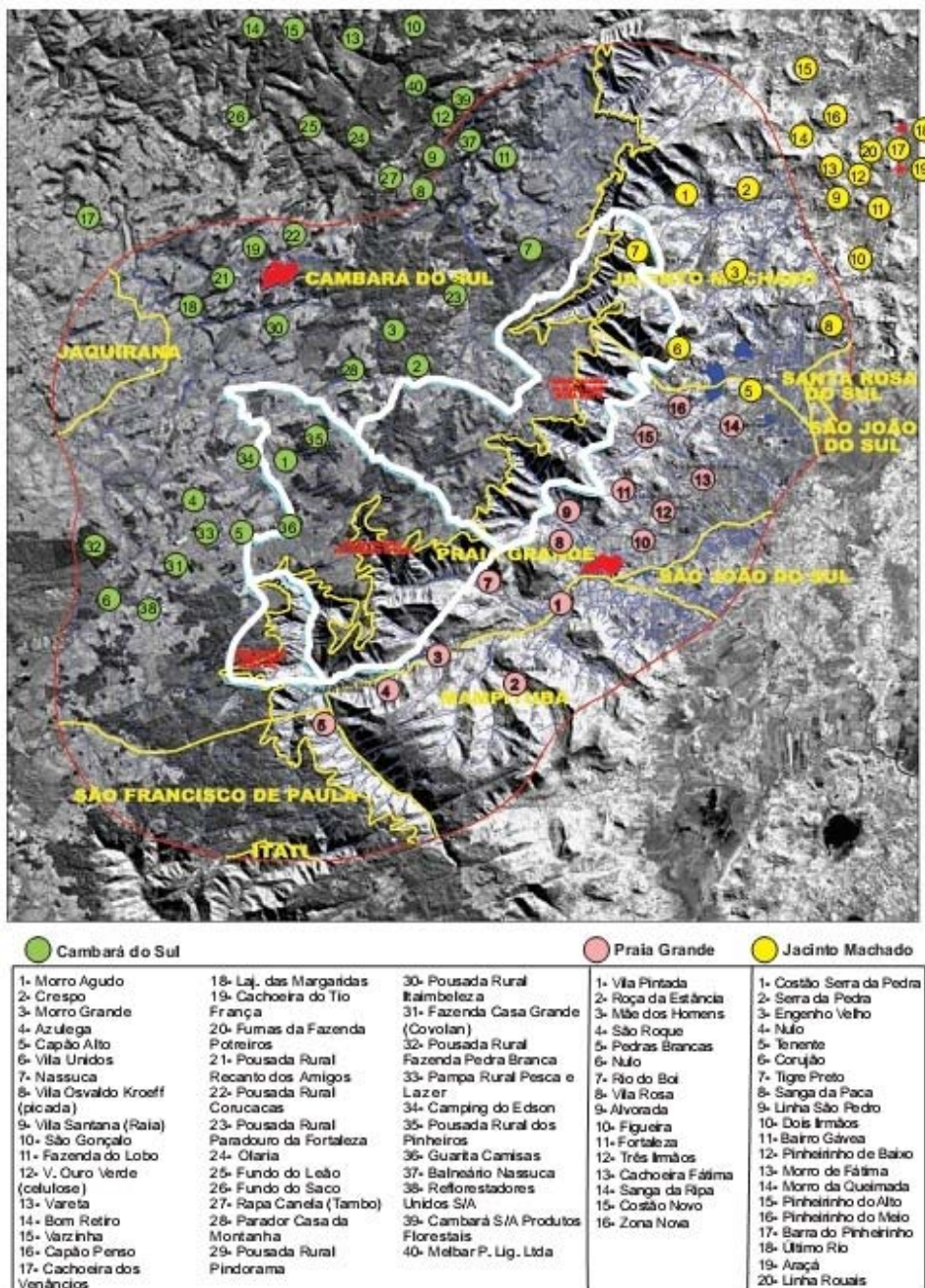
SENTINELA CAMBARAENSE

ANO III — N.º 24 — SETEMBRO 1980
Informativo da Prefeitura Municipal de Cambará do Sul — RS.



ANEXO 6 MUNICÍPIOS LINDEIROS E OCUPAÇÕES HUMANAS

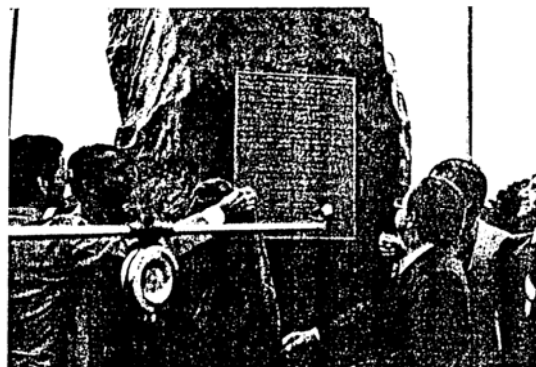
6- Municípios Lindeiros e Ocupações Humanas



Fonte: MMA/IBAMA. Plano de Manejo, 2004.

ANEXO 7 REPORTAGEM NO INFORMATIVO DA PREFEITURA DE CAMBARÁ DO SUL - NOVEMBRO DE 1981

O PASSO DEFINITIVO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO



Às 13:00 horas, o Governador Amaral de Souza presidiu a solenidade de IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA. A solenidade teve início com o hasteamento das bandeiras e a presença de autoridades federais, estaduais e dos municípios da região, contando também com um considerável número de populares. Dando prosseguimento ao ato oficial de implantação do parque, Pe. Mariano deu a bênção na pedra erguida e em sua placa alusiva.

O Governador disse que "o ato inaugural representa na verdade, a tarefa que uma nação tem em preservar suas riquezas ecológicas. De nada adianta, comentou ainda, obras gigantescas e arquitetônicas, se não se legar às futuras gerações, aquilo que a própria natureza oferece". E acrescentou: "procuramos preservar a natureza através de uma política de implantação de parques nacionais, que compatibilizem com o desenvolvimento econômico, porque não existe contradição entre meio ambiente e progresso. O homem hoje tem a sua disposição, uma tecnologia que permite a preservação do meio ambiente".

Após o discurso do Exmo. Sr. Governador do Estado, pronunciou-se o Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Dr. Mauro da Silva Reis, lembrando que o próprio Presidente da República, João Batista Figueiredo, deu prioridade, no início de seu Governo, às áreas de preservação permanente. "A nível do IBDF, nossa prioridade é de regularização fundiária e implantação de Parques Nacionais, entre os quais os APARADOS DA SERRA, cuja beleza excepcional, valor científico e cultural, são inegáveis e nos levam a procurar um acordo com os proprietários, a fim de pagar às áreas pertencentes à reserva, sem prejuízo. Este parque significa muito mais que um bem ao Rio Grande do Sul, e um bem da humanidade". Confirmado pelo Dr. Lauro Pereira Guimarães, a EMBRATUR destinará uma verba de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões), a ser utilizada na infra-estrutura do Parque Nacional de Aparados da Ser-

ra.

Falou o Prefeito Municipal, Sr. Pedro Teixeira Constantino, que emocionado agradeceu e deu às boas-vindas às autoridades e populares presentes, dizendo que aquelas prestações honrosas, era um presente para o município, que completava seus 18 anos. "Após 22 anos do Decreto de Juscelino Kubitschek, eis que chega o dia da implantação. No momento em que a consciência gaúcha se preocupa com o pólo petroquímico, fruto do progresso e da mão do homem, surge um Parque Nacional, que é fruto da obra divina e um presente da natureza. Por isso, Cambará é a Sinfonia da Natureza, pois é um conjunto de valores naturais como esse parque.

Meu único apelo nesta hora, é para que as autoridades competentes dotem este parque da infra-estrutura necessária, e exemplo do futuro Governador de Santa Catarina, nosso homenageado de honra, Dr. Espiridião Amin Helou Filho, que nos comunica o asfaltamento da BR-101, até a Praia Grande e desta ao Aparados da Serra. Este ato é um testemunho à posteridade de nossa luta em prol da natureza, e o Itaimbezinho, através de seu canyon, são braços abertos que mostram o carinho da comunidade cambaraense, o cavalheirismo do povo serrano e o abraço de nosso Rio Grande".

Logo após foi oferecido um saboroso churrasco às autoridades, homenageados e convidados especiais, em torno de 280 pessoas, sendo que os demais eram recepcionados, mediante ingresso pago, ao ar livre.

Cabe aqui um registro especial ao Sr. Ari Borges, DD. Prefeito de Praia Grande, que trouxe consigo a maioria dos prefeitos e representantes dos municípios do Vale do Araranguá-SC, que juntamente com a imprensa vieram prestigiar esse memorável evento.

O tempo disponível foi ocupado por muitos, para visita-ção ao canyon e às novas instalações do paradoro já ampliado com apartamentos feitos pela Prefeitura e com parte de recursos da CRTUR.